

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

DANIELLE DA MOTTA FERREIRA FIALHO

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR E NA COMUNICAÇÃO DA MÍDIA JORNALÍSTICA**

CURITIBA

2019

DANIELLE DA MOTTA FERREIRA FIALHO

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR E NA COMUNICAÇÃO DA MÍDIA JORNALÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração: Pensamento Educacional Brasileiro e Formação de Professores, na linha de pesquisa: História e Políticas da Educação, da Escola de Educação e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, como requisito para defesa à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Romilda Teodora Ens.

**CURITIBA
2019**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

F438r
2019

Fialho, Danielle da Motta Ferreira

Representação social sobre a política de avaliação da educação superior e na comunicação da mídia jornalística / Danielle da Motta Ferreira Fialho ; orientadora: Romilda Teodora Ens. – 2019.

162 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019

Bibliografia: f. 126-139

1. Ensino superior – Avaliação. 2. Representações sócias. 3. Ensino superior – Controle de qualidade – Indicadores. I. Ens, Romilda Teodora. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 20. ed. - 378

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE TESE N.º 141
DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO DE**

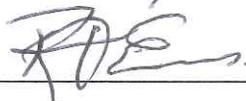
Danielle da Motta Ferreira Fialho

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às 14h30min, reuniu-se na Sala 7 - Pós- Térreo, da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Prof.^a Dr.^a Romilda Teodora Ens, Prof. Dr. Jorge Manuel Gorostiaga, Prof. Dr. Cassiano Roberto Nascimento Ogliari, Prof. Dr. Peri Mesquida e Prof.^a Dr.^a Ana Maria Eyng, para examinar a Tese da doutoranda **Danielle da Motta Ferreira Fialho**, ano de ingresso 2017, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa "História e Políticas da Educação". A doutoranda apresentou a tese intitulada "REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA COMUNICAÇÃO DA MÍDIA JORNALÍSTICA" que, após a defesa foi Aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 16h 25. O avaliador Prof. Dr. Jorge Manuel Gorostiaga, participou da banca de Defesa de Tese por videoconferência e está de acordo com termos acima descritos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Observações: A banca recomenda a publicação em artigo da área de Educação.

Presidente:

Prof.^a Dr.^a Romilda Teodora Ens



Convidado Externo:

Prof. Dr. Jorge Manuel Gorostiaga

Participação por videoconferência

Convidado Externo

Prof. Dr. Cassiano Roberto Nascimento Ogliari



Convidado Interno:

Prof. Dr. Peri Mesquida



Convidado Interno:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Eyng




Prof.^a Dr.^a Patrícia Lupion Torres

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Dedico este trabalho à minha família, meus amores: meu Marido, minha filhota,
meus pais, a amada Bisa e mano.

AGRADECIMENTOS

O sentimento de estar escrevendo os agradecimentos é indescritível, pois vem na mente todo o percurso até chegar aqui, todos os desafios e todos os sentimentos que tivemos ao longo dessa trajetória chamada doutorado.

O sonho de entrar no doutorado se concretizou quando meu marido e meus pais falaram: vai que lhe daremos todo apoio e suporte necessário. Iniciamos a caminhada com o processo de seleção, entrevista e lá estávamos no primeiro dia de aula, cumprindo os famosos créditos, tentando entender o que vinha pela frente: créditos, prova de proficiência, congressos, artigos, grupo de pesquisa e tudo o mais.

Agradeço a Deus por ter me sustentado espiritualmente ao longo desses quase três anos: Ele é o meu refúgio e fortaleza, o socorro presente na angústia! Me sinto em seus braços de Pai amoroso!

Marido meu, meu companheiro, meu incentivador, nunca mediu esforços para me apoiar. Estar ao seu lado é um presente de Deus: sem você não, teria sido possível. Sua ajuda em cada detalhe, em cada olhar e em cada abraço, foi meu porto seguro para continuar e dar conta do que havia me proposto: Amo muito você!

Filhota minha, minha Saricota: mamãe não será doutora de médica, mas será doutora porque você me olhou e disse a cada dia que me amava e em cada sorriso me deu forças para finalizar esse momento. Você entendeu todas as vezes que precisei sentar e escrever, ou como você mesma diz: mamãe escritora! Ah como responder a sua pergunta se ainda faltava muito, muito não, mas sempre faltava. E você dizia, “nunca vai acabar mamãe?” Amo muito você!

Meus pais, vocês são minha segurança. Quantas vezes me pegaram no colo, quantas vezes se ofereceram para ajudar, quantas vezes me ajudaram, e quantas vezes apenas me abraçaram e me olharam com ternura: “estamos aqui e acreditamos em você”: Amo muito vocês!

Minha família Motta, Minha família Ferreira e Minha família Fialho: a família do “firinfinfin”. Família amada que vibrou a cada momento e a cada conquista, sem vocês não teria sido possível: amo a cada um de vocês!

E aos meus amigos do doutorado, como não mencionar a Flavinha e ao Adilson, os doutorandos unidos! Obrigada pela parceria ao longo dessa trajetória, as nossas mensagens nos fortaleceram.

Aos estimados professores que passaram pela minha formação acadêmica, cada um contribuiu com seu conhecimento, com sua didática e com seu amor pela educação.

Aos estimados professores que aceitaram o convite de estar em minha banca, muito obrigada. Para mim é uma honra ter a cada um de vocês na banca de defesa da tese. Suas contribuições na banca de qualificação foram enriquecedoras. A escolha por vocês não foi ao acaso!

E para finalizar meu carinho, meu reconhecimento e minha gratidão a Professora Romilda, minha orientadora que esteve ao meu lado desde o primeiro projeto de tese até a versão final da tese: sempre contribuindo, sempre instigando, sempre dizendo que eu podia mais: Muito obrigada!

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar,
de invejar sua coragem de anunciar e denunciar.
Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã
pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora,
se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”.

Paulo Freire

FIALHO, Danielle da Motta Ferreira. Representação social sobre a política de avaliação da educação superior e na comunicação da mídia jornalística. 164f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Curitiba: PUCPR, 2019.

RESUMO

No Brasil, a avaliação de acompanhamento do desempenho das organizações e da gestão das Instituições de Educação Superior (IES) é realizada pelo Ministério da Educação, que utiliza os Indicadores de Qualidade da Educação Superior, sendo eles: Índice Geral de Cursos (IGC), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE). Além dos indicadores de qualidade, a avaliação das IES considera os dados do Censo da Educação Superior, os quais possibilitam gerar o *market share*. Com base nessas premissas, temos como problema de pesquisa: Os resultados da avaliação da Educação Superior, divulgados pela mídia jornalística, influenciam a formação de Representações Sociais que impactam no *market share* (na escolha) das Instituições de Educação Superior? Com o objetivo geral de “Compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das Instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição”, explicitamos a política estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: histórico e contexto da política de avaliação; refletir sobre o conceito de *market share* referente à estratégia de competitividade e possíveis relações com a avaliação das IES; apresentamos os dados pesquisados, a partir da análise das representações sociais que emergem na leitura e na análise das notícias veiculadas pelas mídias jornalísticas dos jornais Folha de S. Paulo e Gazeta do Povo e em pesquisa sobre os indicadores de qualidade da Educação Superior, no período de 2009 a 2017 e dos dados apontados pelo Censo da Educação Superior nesse mesmo intervalo. Para tanto, adotamos como metodologia a hermenêutica de Gadamer (2005), por seu caráter de rigor na interpretação dos textos analisados nessa pesquisa e a análise de conteúdo de Bardin (2011) para a pesquisa documental. Como principais aportes teóricos, temos: Políticas Públicas de Educação Superior e a Política de Avaliação da Educação Superior, com base em Cunha (1988), Papovero (1989), Faleiros (1991), Demo (1996), Behring e Baschetti (2007), Bonetti (2007), Guiraldelli Junior (2008), Fernandi; Griboski; Meneguel (2017), Neves (2003), Lima (2016), Gomes (2018), Sinaes (2004); a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (2011), Patriota (2007), Santos; Dias (2015); Gerken (2002), Rateau (2012); Sêga (2000) e Bôas (2004). Os resultados da pesquisa apontam que as representações da mídia jornalística não definem o *market share* da IES, mas influenciam a escolha dos estudantes e de suas famílias e essa escolha gera impacto no *market share* das IES. Além disso, a triangulação dos dados demonstra a importância desse olhar para mais de um dado (IGC, Censo e a Mídia) e de sua análise por meio de uma metodologia e teoria.

Palavras-chave: Representações Sociais. Indicadores de qualidade da Educação Superior. *Market share*. Políticas de Avaliação da Educação Superior.

ABSTRACT

In Brazil, the follow-up evaluation of the performance of organizations and management of Higher Education Institutions (HEIs) is carried out by the Ministry of Education, which uses the Higher Education Quality Indicators, namely: General Course Index (GCI), Preliminary Course Concept (PCC), National Student Performance Exam (NASPE). In addition to quality indicators, the HEI evaluation considers the Higher Education Census data, which make it possible to generate market share. Based on these assumptions, we have as research problem: The results of the evaluation of Higher Education, released by the news media, influence the formation of Social Representations that impact the market share (in the choice) of Higher Education Institutions? With the general objective of "Understanding the relationship between higher education quality indicators and the social representations of journalistic media on the increase in the market share of higher education institutions (HEIs) in choosing the institution", we explain the policy established by the National System of Higher Education Evaluation: history and context of the evaluation policy; We reflect on the concept of market share inserted in the perspective of Higher Education evaluation, supported by Porter's theory (1993) regarding the competitiveness strategy and possible relations with the evaluation of HEIs; We present the researched data, from the analysis of the social representations that emerge in the reading and analysis of the news conveyed by the journalistic media of the newspapers Folha de S. Paulo and Gazeta do Povo, and in research on the quality indicators of Higher Education, in the period from 2009 to 2017 and the data cited by the Higher Education Census in the same interval. Therefore, we adopted Gadamer's hermeneutics (2005) as a methodology, due to its rigor in the interpretation of the texts analyzed in this research and Bardin's (2011) content analysis for documentary research. The main theoretical contributions are: Higher Education Public Policies and Higher Education Evaluation Policy, based on Cunha (1988), Papovero (1989), Faleiros (1991), Demo (1996), Behring and Baschetti (2007) , Bonetti (2007), Guiraldelli Junior (2008), Fernandi; Griboski; Meneguel (2017), Neves (2003), Lima (2016), Gomes (2018), Sinaes (2004); Moscovici's Theory of Social Representations (2011), Patriota (2007), Santos; Dias (2015); Gerken (2002), Rateau (2012); Sêga (2000) and Bôas (2004). The results of the research indicate that the representations of the journalistic media do not define the market share of HEI, but influence the choice of students and their families and this choice generates an impact on the market share of HEI. Moreover, the triangulation of data demonstrates the importance of this look at more than one data (GCI, Census and the Media) and its analysis through a methodology and theory.

Keywords: Social Representations. Higher Education Quality Indicators. Market share Higher Education Evaluation Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores <i>Ranking Academic Ranking of World Universities</i>	62
Quadro 2 – Universidades brasileiras elencadas pelo <i>ranking</i> da <i>QS World University</i>	65
Quadro 3 – Notícias selecionadas para análise por ano, descritor, foco da notícia e canal de divulgação (2008-2018).	91
Quadro 4 – Categorias de análise.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento das IES particulares e públicas (1995-2017)	68
Gráfico 2 – Total de inscritos nas IES em 2017	71
Gráfico 3 – Total de notícias analisadas por ano – 2008 a 2018.....	97
Gráfico 4 – Notícias por descritores e ano 2008 a 2018	98
Gráfico 5 – Categoria das notícias por ano – 2008 a 2018	104
Gráfico 6 – Total de IES analisadas, por ano	109
Gráfico 7 – Quantidade de IES por faixa de IGC 2009 a 2017	110
Gráfico 8 – Comportamento do IGC ano contra ano	110
Gráfico 9 – Comportamento do <i>market share</i>	112
Gráfico 10 – Aumento do IGC x Aumento do <i>market share</i>	113
Gráfico 11 – Diminuição do IGC x Diminuição do <i>market share</i>	114
Gráfico 12 – Comportamento das IES que tiveram aumento de IGC ano contra ano	115
Gráfico 13 – Aumento x Redução de <i>market share</i>	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IES com aumento de IGC ano contra ano em relação ao <i>market share</i>	114
Tabela 2 – Comportamento <i>market share</i> das IES que tiveram aumento de IGC...	117

LISTA DE SIGLAS

- CAPES – Comissão Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CF – Constituição Federal
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- CPC – Conceito Preliminar de Curso
- ENADE – Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IGC – Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- PUC – Pontifícia Universidade Católica
- SERES – Secretaria de Regulação da Educação Superior
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	23
2.1 OPÇÃO PELA HERMENÊUTICA.....	23
2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDOS	29
3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	42
3.1 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	42
3.2 SINAES: SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	48
3.2.1 Indicadores de Qualidade da Educação Superior	54
3.2.2 Conceito Enade	55
3.3 <i>RANKING</i> ACADÊMICO: MITO OU REALIDADE?	61
3.4 <i>MARKET SHARE</i> NAS IES: CRESCIMENTO E ADOÇÃO	67
4 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: INCIDÊNCIA DA COMUNICAÇÃO E OS PROCESSOS DE ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO	74
4.1 FORMAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	74
4.2 HORIZONTE DAS CERTEZAS OU DAS INCERTEZAS?	79
5 MÍDIA IMPRESSA E INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM <i>MARKET SHARE</i>	90
5.1 MEIOS DE COMUNICAÇÃO: FOLHA DE SÃO PAULO E GAZETA DO POVO (2008 A 2018).....	90
5.2 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E MÍDIA: CORRELAÇÃO E INCERTEZAS	108
5.2.1 Estudantes ingressantes nas IES	112
5.2.2 Relação entre indicador de qualidade e <i>market share</i>	113
5.2.3 Triangulando os dados: indicador de qualidade da Educação Superior IGC, <i>market share</i> e as notícias nos meios de comunicação	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE A – LINKS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS NA TESE	140
ANEXO A – LEGISLAÇÃO VOLTADA À REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (1999-2019)	146

1 INTRODUÇÃO

A experiência na Educação Superior, acompanhando de perto seus indicadores de qualidade, devido à atuação profissional há mais de 15 anos em Instituições de Educação Superior, traçou o caminho trilhado nesta tese. O contato com o universo de análises desses indicadores fomentou o entendimento quanto à qualidade de uma IES sob o ponto de vista do Ministério da Educação e impulsionou meu interesse para traduzir os sentidos desses indicadores para a sociedade, para um ingressante, ou até mesmo para o estudante de uma IES e para a comunidade acadêmica, fazendo-me visualizar a possibilidade de, por meio dessa tese, aprofundar com rigor teórico uma pesquisa que contribuísse para a Educação Superior, para a nossa atuação profissional e para a comunidade educacional.

Sempre que acompanhávamos a divulgação na mídia das notícias relacionadas aos indicadores de qualidade da educação superior, ficávamos a nos questionar se eles influenciavam na formação do *market share* da IES. Se o Ministério da Educação dita os parâmetros para que uma IES seja considerada com qualidade educacional mínima, divulga quais IES atingiram ou não esses indicadores, como a sociedade leva em consideração esses dados para uma tomada de decisão?

No fulcro desses questionamentos, inquieta, ingressei como estudante no doutorado, no qual tive a oportunidade de conhecer os estudos desenvolvidos no Grupo de Estudos de “Políticas públicas e representação social”, coordenado por minha orientadora, nomeadamente aqueles relacionados à Teoria das Representações Sociais, pautados no teórico Serge Moscovici, bem como na disciplina de representação social. Então, por que não unir as inquietações que emergiram de uma trajetória de atuação profissional com o conhecimento teórico que estávamos tendo ao longo da formação acadêmica no doutorado? Sim, concluí que essa seria uma oportunidade para desenvolver a temática da nossa tese.

O contexto complexo e problemático da oferta e da valorização da Educação Superior no Brasil, os indicadores oficiais do MEC acerca da qualidade da educação, as notícias propagadas com essa temática no meio acadêmico e no cotidiano, bem como a nossa trajetória de atuação profissional instigaram a propor a temática da tese ora apresentada, qual seja: “Como as representações contidas na mídia jornalística

definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica”.

O problema de pesquisa a ser respondido assim se configura: Os resultados da avaliação da Educação Superior, divulgados pela mídia jornalística, influenciam a formação de Representações Sociais que impactam no *market share* (na escolha) das Instituições de Educação Superior?

O objetivo geral dessa tese é: “Compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição”.

Com esse objetivo, a pesquisa apresenta como objetivos específicos:

- explicitar a política estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: histórico e contexto da política de avaliação;
- refletir sobre o conceito de *market share* referente à estratégia de competitividade e possíveis relações com a avaliação das IES;
- indicar, com base na análise das representações sociais que emergem na leitura e no exame das matérias difundidas pelas mídias jornalísticas, se essas têm ou não relação com o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) e a escolha da instituição.

O tema central da pesquisa é tangenciado pelas implicações da oferta da Educação Superior e suas instituições, como legalmente definida pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, artigo 43 e incisos I a VIII, que assim estabelecem as finalidades dessa educação:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015). (BRASIL, 1996, 2015. Grifos nossos).

A Educação Superior no Brasil, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 e legislações que a alteram, artigos 43 a 57, tem por finalidade a formação profissional dos que a ela acessam, preocupando-se, no contexto atual, com as demandas do mercado de trabalho. Ao procurar atender às finalidades estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996, demonstra-se preocupação com a formação cultural, científica e a criação do pensamento reflexivo, o que contribui para a formação do ser humano integral (BRASIL, 1996).

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, artigo 45, a Educação Superior deve ser ministrada em “[...] instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (BRASIL, 1996). Essas instituições são classificadas, pela própria LDB, em dois grupos: universidades e instituições não universitárias (artigos 48, 51, 52, 53, 54). Essa classificação foi definida pelo Decreto nº 2.306/1997, que regulamenta a LDB, o qual, segundo Cavalcante (2000, p. 20-21), organiza a Educação Superior da seguinte forma:

- a- Universidades: instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior. Sua característica principal é a “indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.
- b- Universidades Especializadas – instituições organizadas por campo do saber, sendo assegurada a “existência de atividades de ensino e pesquisa em áreas básicas e/ou aplicadas”. (Portaria nº 639, de 13/5/97 – Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários para o sistema federal de ensino superior).
- c- Centros Universitários – instituições pluricurriculares, envolvendo uma ou mais áreas de conhecimento, oferecendo ensino de excelência, “oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico”.

- d- Centros Universitários Especializados – atuam limitadamente em uma área de conhecimento específica ou de formação profissional. (Portaria nº 639, de 13/5/97 – Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários para o sistema federal de ensino superior).
- e- Faculdades – todas as instituições de ensino superior são cadastradas inicialmente como faculdades. Essas instituições após funcionamento regular e adotar um padrão de qualidade elevado é que podem ser credenciadas como universidades.
- f- Centros de Educação Tecnológica – instituições especializadas em educação profissional, podendo ser pública ou privada. A finalidade desses centros é a de qualificar profissionais, abrangendo vários níveis e modalidades do ensino, para satisfazer as necessidades dos diversos setores da economia e “realizar pesquisa desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada” (Decreto nº 2.406/97 – Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8/12/94, e dá outras providências (Centros de Educação Tecnológica); e Portaria nº 1.647, de 25/11/99 – Dispõe sobre o credenciamento de Centros de Educação Tecnológica e a autorização de cursos de nível tecnológico da educação profissional).

Quanto à natureza jurídica das IES, Cavalcante (2000, p. 22) esclarece a seguinte tipologia, conforme emanado pela Lei nº 9.394/1996, artigo 19, e o Decreto nº 2.306/1997, artigo 5º:

- a- Públicas: criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podendo ser: Federais (subordinadas à União e organizadas como autarquias especiais ou fundações públicas); Estaduais (mantidas pelos governos estaduais); Municipais (mantidas pelas Prefeituras Municipais).
- b- Privadas: são IES mantidas e geridas por pessoas físicas ou jurídicas, podendo ser organizadas como: particulares (instituídas e mantidas pelo direito privado); comunitárias (instituída por grupos de pessoas físicas ou jurídicas, cooperativas de professores e alunos com mantenedora da comunidade); confessionais (instituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas que possuam orientação confessional e ideológica específicas); filantrópicas (instituições de educação ou de assistência social prestadoras de serviços educacionais que fornecem à população sem qualquer remuneração).
- c- Organizações Sociais: envolvem as associações civis sem fins lucrativos ou fundações de direito privado que exercem atividades de ensino superior, pesquisa científica e/ou desenvolvimento tecnológico.

Os cursos ofertados pelas IES, de acordo com o artigo 44 da Lei nº 9.394/1996 referem-se a:

- I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

- II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, 1996).

As IES, tangenciadas pelo contexto econômico, político e social do Brasil, bem como considerando envoltas em um cenário voltado à sociedade do conhecimento, a mudanças do mundo do trabalho, ao processo de mundialização do capital e à reconfiguração do papel do Estado, panorama esse enfatizado na década de 1990, têm constituído a Educação Superior em um mercado de “acirrada competitividade”, transformando esse espaço em local de disputa, no qual o ensino, a pesquisa e a extensão, pilares da universidade, tornaram-se massificados, seguindo os princípios do mercado, pela busca de poder (LIMA; LEITE, 2012).

A universidade brasileira possui uma tradição profissionalizante, alertam Prota e Hansen (1998, p. 61), sem uma correspondente tradição humanista. Esses autores esclarecem:

A modernidade exige uma universidade que não se apresente apenas como lugar de ensino; a transmissão de conhecimento é feita, hoje, com maior eficiência pelos meios de comunicação. Não se pode aceitar na universidade o aluno que apenas aprende, diante de um professor que apenas ensina. Em termos de modernidade, professor define-se pela capacidade de produção própria de conhecimento; o ensino é simples consequência da pesquisa; aliás, não há dicotomia entre ensino e pesquisa, mas ensina-se pesquisando. É o chamado processo “pesquisa/ação” um lugar do processo ensino/aprendizagem. E o resultado será precisamente o de “aprender a aprender”.

É possível observar que a qualidade¹ da Educação Superior emerge da formação de seus professores, com espaço/tempo para pesquisar envolvendo os estudantes, entre outros fatores. E, para identificar o nível de qualidade das IES, o Ministério da Educação utiliza-se do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado por meio da Lei nº 10.861/2004, o qual foi instituído com

¹ A educação de qualidade é localmente importante e culturalmente adequada; está conformada pelo passado (por exemplo, conhecimentos autóctones e tradicionais), é significativa no presente e prepara as pessoas para o futuro; constrói conhecimentos, habilidades vitais, atitudes e valores; oferece instrumentos para tornar mais sustentáveis as sociedades atuais; e é possível mensurá-las (MOROSINE, 2009, p. 173).

“[...] o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]” (BRASIL, 2004).

Com base nos resultados obtidos com a implantação desse sistema, criou-se a expectativa de que, com o controle da qualidade, reflexos seriam sentidos na Educação Superior, ao se defender que:

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. [...] (BRASIL, 2004).

Os indicadores de qualidade da Educação Superior, conforme instituídos para mensurá-la, disponíveis no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2019), são justificados como segue:

[...] portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, art. 33 B, os indicadores de qualidade são obtidos com base no Enade, e em demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela Conaes e atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2014. Os resultados se dividem em três frentes:

1. de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008;
2. de instituições de educação superior: o índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008;
3. de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Enade.

Os resultados desses indicadores são expressos em uma escala contínua e em cinco níveis, sendo que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Estes, por sua vez, servem como orientadores das avaliações *in loco* do ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de avaliação da Educação Superior brasileira (BRASIL, 2004).

O Ministério da Educação não divulga os resultados dos indicadores de qualidade da Educação Superior sob o formato de *ranking*, mas, sim, em diário oficial, elencando as IES em ordem alfabética, bem como em relatórios emitidos de forma

individual para cada instituição. Contudo, a mídia, ao divulgar esses resultados, ranqueia esses indicadores, e as IES, ao analisarem seus indicadores, também analisam levando em consideração a sua colocação frente às demais, sendo feita uma análise nacional, estadual e dentro da cidade. Também é levada em consideração a separação pela natureza da IES, se ela é pública ou privada. Em face desses olhares e de seus reflexos, entendemos a importância de apresentarmos em nosso referencial teórico uma referência quanto a alguns dos usos desses *rankings* no Brasil.

Esse *ranking* trespassa o mundo acadêmico em todo o mundo e possibilita “[...] tomar como referências outros indicadores mais específicos, como cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos e instituições de pesquisa científica, egressos [...] entre outros” (CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014, p. 231).

Além da divulgação dos indicadores de qualidade da Educação Superior, o Ministério da Educação divulga também os dados do Censo da Educação Superior por meio de relatórios públicos de todas as IES. Da mesma forma, esses relatórios não são divulgados em formato que vise divulgar quais IES têm a maior quantidade de estudantes, mas a mídia apresenta esses dados por meio de um conceito denominado *Marketing Share*.

Definimos *market share*, participação de mercado, como a porcentagem de um mercado (definido em termos de unidades ou receita), contabilizado por uma entidade específica. A participação de mercado é monitorada de perto em busca por toda a concorrência, e qualquer sinal de mudança no cenário competitivo conduz ao planejamento de ações estratégicas ou táticas pela concorrência (FARRIS *et al.*, 2010).

As IES, nomeadamente as particulares, ao se apropriarem desse conceito, geram comparativos para entender qual IES possui a maior fatia do mercado educacional. Essas análises são divulgadas na mídia pela própria IES, como também por meio de relatórios de diversas empresas de consultoria da área educacional.

O que chama a nossa atenção é quando se unem as duas fontes de informação, a dos indicadores de qualidade da educação superior e a do censo da Educação Superior, pois percebemos na mídia que cada IES tem um ranqueamento que melhor lhe promove e a fatia de mercado em que ela se destaca, começando, assim, uma sutil disputa entre as IES: qual é a melhor e qual delas tem a maior quantidade de estudantes, sendo essa uma das estratégias para divulgação da qualidade da IES e uma estratégia de *marketing* para a captação de estudantes.

Para que seja possível o alcance dos objetivos dessa tese, bem como buscando dar conta de responder à problemática nela apresentada, a metodologia adotada perpassará pela hermenêutica, por seu caráter de rigor na interpretação dos textos analisados nessa pesquisa; pela análise de conteúdo, como premissa para a pesquisa documental efetuada em veículos midiáticos de caráter nacional, entre eles *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*, dos anos de 2008 a 2018, nos quais, por meio da identificação dos descritores Enade, IGC e CPC nas notícias veiculadas, pudéssemos realizar uma comparação nos dados obtidos pelo Censo (2009 a 2017) no ingresso de estudantes na Educação Superior com o IGC da IES.

Esta introdução não teve a intenção de um aprofundamento no tema da pesquisa, mas, sim, a de informar seus leitores de como nasceu o desejo de pesquisarmos esse tema. O aprofundamento dar-se-á com a estrutura que engendramos, conforme apresentada a seguir:

No segundo capítulo, Caminhos metodológicos percorridos no estudo, explicamos os conceitos de hermenêutica e da análise de conteúdo, demonstrando a motivação e justificando as escolhas que efetuamos para uma análise cuidadosa da pesquisa documental. Esse capítulo foi embasado no arcabouço teórico dos seguintes autores: Hans-Georg Gadamer (2005); Silva (2007); Schmidt (2016) e Bardin (2011).

No terceiro capítulo, Avaliação da Educação Superior no Brasil, exploramos brevemente a historicidade da política pública no Brasil, a política de avaliação da Educação Superior, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, os indicadores de qualidade da Educação Superior, a adoção do *market share* nas IES e nosso diálogo com os *rankings* acadêmicos. Fundamentamo-nos principalmente em: Cunha (1988), Papovero (1989), Faleiros (1991), Demo (1996), Soares (2002), Marinho (2005), Nascimento (2006), Lucchesi (2007), Behring e Baschetti (2007), Bonetti (2007), Eyng e Possolli (2007), Guiraldelli Junior (2008), Zandavalli (2009), Farris (2010), Pina (2011), Souza (2015), Haines (2016), Bortolozza (2017), Flores (2017), Fernandi; Griboski; Meneguel (2017), Neves (2003), Lima (2016), Gomes (2018).

No quarto capítulo, Teoria das Representações Sociais: Incidência da Comunicação e os processos de ancoragem e objetivação, mostramos a importância da comunicação para os processos de ancoragem e objetivação, sua natureza e alcance, demonstrando, sobretudo, como a mente humana é influenciável e pode ser

manipulável por fatores externos. Além de Moscovici (2007) e (2011), outros referenciais teóricos embasaram a elaboração desse capítulo: Patriota (2007), Santos; Dias (2015); Gerken (2002), Rateau (2012); Sêga (2000) e Bôas (2004).

No quinto capítulo, Mídia impressa e indicadores de qualidade da educação superior e a relação com o *market share*, é analisada a hipótese da tese de que as notícias divulgadas sobre os indicadores de qualidade da Educação Superior contribuem para a formação de uma representação social, e a de que essa representação influencia em parte a escolha de uma IES para a formação acadêmica, isto é, temos presentes esses pressupostos ao analisar o comportamento do *market share* da IES. Os dados da pesquisa foram coletados nos *sites* da *Gazeta do Povo*, *Folha de São Paulo*, Relatórios de divulgação do Censo e Relatórios de Avaliação da Educação Superior representados por meio de seus Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Finalizando o corpo do texto da tese, apresentamos as Considerações Finais, capítulo no qual são apresentadas as deduções obtidas por essa pesquisa e levantados alguns dos benefícios dessa análise para a área acadêmica, com o intuito de fomentar nos leitores um raciocínio crítico sobre o tema. Nesse capítulo, também expomos a necessidade de trabalhos futuros. Referências, apêndices, anexos e notas de rodapé completam o trabalho ora apresentado.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de conceituar os fundamentos teóricos epistemológicos que subsidiaram a fundamentação dessa tese, utilizamos a hermenêutica, pautada com maior destaque em autores como Gadamer (2005); Silva (2007); Schmidt (2016). Utilizamos também, enquanto metodologia, a Análise de Conteúdo, pautada nos alicerces teóricos de Bardin (2011).

Neste capítulo, descrevemos e justificamos a escolha do caminho metodológico selecionado para a elaboração e para o desenvolvimento dessa pesquisa, além de apresentarmos como foi construído o raciocínio epistemológico referente às pesquisas bibliográficas e documentais, tendo o envolvimento de uma discussão epistemológica sobre a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição.

A discussão epistemológica está voltada ao caminho do pensamento dedutivo e racional, por buscar compreender e analisar aspectos que justificam a existência da criação de um universo representativo. Para alcançar esse objetivo, utilizamos a hermenêutica (GADAMER, 1998) para identificação do universo dos signos linguísticos existentes na revisão bibliográfica e na pesquisa documental.

Os dados produzidos foram sistematizados e analisados com base na análise de conteúdo (BARDIN, 2011), visando decifrar, por meio de categorias, conteúdos linguísticos utilizados na linguagem midiática.

2.1 OPÇÃO PELA HERMENÊUTICA

Tendo esta tese o objetivo de compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição, acreditamos que o uso do método da hermenêutica, que tem seu principal fundamento na interpretação para conseguir alcançar o nível de compreensão, por meio da “relação circular entre o todo e suas partes” (GADAMER, 1998, p. 58), seja condizente com o estudo, já que esse método, por meio de sua proposta de análise, possibilita a compreensão das interpretações e dos significados

presentes nos discursos jornalísticos. Conforme afirmam Schleiermacher² (2005) e Schmidt (2016, p. 19), “[...] a hermenêutica é a arte de compreender a linguagem falada e escrita”. Segundo Schmidt (2016, p. 19), “[...] a prática estrita da hermenêutica pressupõe que erros de compreensão ocorrem normalmente, por isso a interpretação é sempre necessária”.

A opção pela hermenêutica filosófica (GADAMER, 1998) está relacionada à estrutura da tese, a qual tomou como ponto de partida um olhar macro sobre a política de avaliação da Educação Superior, para compreender as partes, uma vez que estas se traduzem como representações sociais dos indicadores de qualidade da Educação Superior presentes na mídia jornalística, sendo possível com a hermenêutica filosófica (GADAMER, 1998) embasar as discussões e análises que foram realizadas a partir do mapeamento de textos da mídia jornalística, no período de 2008 a 2018.

Com base nos dados levantados, foi necessário utilizar a hermenêutica cultural pautada em Paul Ricoeur³ (2000) e Clifford Geertz⁴ (2000), a fim de compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição (BIÃO, 2000).

O uso da hermenêutica para interpretar textos a partir de pesquisa bibliográfica e documental no presente estudo aproxima-se do que Palmer (1997, p. 19) pontua, ou seja, “[...] este processo de ‘decifração’, esta ‘compreensão’ do significado de uma obra, é o ponto central da hermenêutica. A hermenêutica é o estudo da compreensão, é essencialmente a tarefa de compreender textos” (Grifos do autor).

Para que nessa pesquisa possamos interpretar as representações com o apoio da hermenêutica, temos que ler o símbolo, pois conforme Palmer (1997, p. 53), “A hermenêutica é o sistema pelo qual o significado mais fundo é revelado, para além do conteúdo manifesto”. Dessa maneira, a linguagem torna-se somente uma forma de comunicação. Assim, as manchetes jornalísticas podem ser vistas para além daquilo

² REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Schleiermacher: a interpretação da religião, o relançamento de Platão e a hermenêutica. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do Romantismo ao Empiriocriticismo*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2005. cap. II, p. 21.

³ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

⁴ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

que está escrito, pois os comportamentos que indicam e podem gerar também são formas de comunicação que emanam da comunicação escrita.

Compreendemos que as interpretações gramaticais, sociais e psicológicas do texto são interdependentes, pois o intuito é penetrar nas intenções do autor e aproximar-se dos significados autênticos expressados por ele. Comparativamente ao que Gadamer (1999) indicou, a hermenêutica é um processo de interpretação que reilumina o texto e/a linguagem analisada, ou seja, ao reler uma obra ou um documento, é necessário contextualizar os fatos e significados expressos neste material, para que ao olhar de quem o lê seja possível uma interpretação coerente com as intenções do autor e empregáveis ao objeto de estudo atual.

Conforme Gadamer (1999, p. 561),

O problema da hermenêutica não é, pois, um problema de correto domínio da língua, mas o correto acordo sobre um assunto, que ocorre no *médium* da linguagem. [...] Só quando é possível pôr-se de acordo linguisticamente, pelo fato de uns falarem com os outros, é que se pode converter em problema a compreensão e o possível acordo.

De certa forma, estamos falando de signos e símbolos, os quais ultrapassam o simples idioma. Além de compreender o que se diz, é preciso interpretar e adentrar na simbologia das palavras, gestos e atitudes. Portanto, ler não significa compreender, muito menos aprender. De acordo com Menezes (2001, p. 1), podemos exemplificar o uso da interpretação no contexto da educação ao focar o problema do analfabetismo funcional,

[...] termo que se refere ao tipo de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever, **mas é incapaz de interpretar o que lê** e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Ou seja, **o analfabeto funcional não consegue extrair sentido das palavras** nem colocar ideias no papel por meio do sistema de escrita, como acontece com quem realmente foi alfabetizado. (Grifo nosso).

Assim ocorre também com obras científicas e documentos, que se encontram estruturados por uma escrita imbuída de significado, razão pela qual a interpretação visa identificar a intencionalidade do autor ao escrever o texto. Portanto, na obra não se encontra exposto o seu pensamento, mas a sua intencionalidade (AMARAL FILHO, 2009).

Na pesquisa bibliográfica apresentada nessa tese, tem-se a exposição de fatos, buscando na leitura seletiva e crítica a visão histórica e as repercussões desta na realidade da Educação Superior brasileira. Encontrar fatos embutidos na linguagem signática, como explica Husserl⁵ (1967, p. 315) *apud* Gedrat (2008, p. 44), significa que os signos podem ser “[...] indicativos (sinais, notas, distintivos, entre outros), não expressam nada, a não ser que, além de a função indicativa, cumpram uma função significativa”. Essa relação é denominada por Husserl (1967, p. 317) de sinal, que

[...] em sentido próprio somente pode se chamar signo significativo a algo quando este algo serve efetivamente de sinal de algo para um ser pensante [...]esse ponto comum é a circunstância de que certos objetos e situações objetivas, de cuja existência alguém tem conhecimento atual, indicam a esse alguém a existência de certos outros objetos ou situações objetivas – no sentido de que a convicção de que os primeiros existem, é vívida pelo depoimento alguém como motivo (motivo não baseado na intelecção) para a convicção ou presunção de que também os segundos existem.

Este foi um dos caminhos percorridos no presente estudo, ou seja, realizar as pesquisas bibliográfica e documental no âmbito da abordagem qualitativa, pois segundo Sidi e Conte (2017, p. 1948),

[...] o investigador precisa, muitas vezes, emergir na cultura que irá pesquisar, observando atentamente tudo que ocorre no campo pesquisado, de onde decorre seu caráter interpretativo, que confere intencionalidade à ação e ao ato de (re)conhecer. A vida implica um ato de compreensão histórica e a busca de sentido hermenêutico implica aventurar-se pelas atitudes das pessoas envolvidas, por meio de crenças, ideias do grupo investigado, compartilhamentos de emoções e sensibilidades, tudo deve ser visto como de suma importância para o pesquisador.

Com base na consciência hermenêutica e nos aspectos que fundamentam as pesquisas bibliográfica e documental e no mapeamento de textos da mídia jornalística, procuramos induzir à recepção da informação intrínseca ao texto, identificando opiniões e preconceitos, retirando destes a limitação que impede a aquisição do conhecimento. Para isso, foi preciso eximir-se de concepções, para que o leitor possa dar vazão à absorção das verdades manifestas pela imparcialidade, caso contrário, a dedução obtida pela análise textual pode não atingir o objetivo de

⁵ HUSSERL, E. *Investigaciones Lógicas*. Manuel G. Morente e José Gaosm trad. 2. ed. v. 1. Madrid: Selecta, 1967.

transmissão do real conhecimento. Como afirma Gadamer (2003, p. 69), “[...] se é difícil substituir uma convicção, denunciá-la como preconceito, é porque precisamente aquela que reivindica o seu lugar não pode apresentar as suas credenciais enquanto a convicção atacada não for desmascarada e denunciada como preconceito”.

A hermenêutica, para Gadamer (2005), constitui elemento relacionado à percepção e à manifestação da verdade, sendo esta encontrada no interior do sujeito e que pode ser lida na linguagem utilizada. Portanto, ao analisar o processo de avaliação da Educação Superior, o método hermenêutico possibilitou a identificação de valores, ideologias e interesses que nem sempre são proporcionais aos resultados de aprendizagem que a teoria educacional se presta. É exatamente no intuito de interpretar os fatos que a hermenêutica contribui para desmistificar as causas e consequências dos processos implementados, favorecendo uma análise factual e compreensiva.

Ao abordarmos a hermenêutica cultural, Bião *et al.* (2000), apoiando-se em autores como Paul Ricoeur⁶ (2000) e Clifford Geertz⁷ (2000), que apontam a necessidade da interpretação da cultura, da razão que influencia e motiva um determinado povo a adotar ou não um determinado comportamento, uma vez que, Geertz (1999), como indica Bião *et al.* (2000, p. 289) indica ser o homem:

[...] um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado.

Para compreender o comportamento humano sobre indicadores de qualidade, nessa pesquisa, usaremos o conceito de hermenêutica aplicada, no qual Wilhelm Dilthey⁸ (2010) defende a interpretação das expressões essenciais da vida humana por meio da compreensão histórica, numa operação fundamentalmente diferente da quantificação e do domínio científico do mundo natural. Para a compreensão da

⁶ RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

⁷ GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

⁸ DILTHEY, Wilhelm. *Filosofia e educação*. Org. de Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. Trad. de Alfred Josef Keller e Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. São Paulo: EdUSP, 2010. p. 13-30.

hermenêutica aplicada, esclarece o autor ser essencial um conhecimento pessoal do que significa ser humano. Utilizaremos esse conceito para analisarmos as notícias selecionadas (levando em consideração o recorte feito) do jornal *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*, objetivando a compreensão de uma influência positiva, negativa ou neutra para a formação da representação pautada nas contribuições de Jodelet, (2009).

Pelo fato de a tese estar embasada na Teoria da Representação Social, tem-se uma interligação com a hermenêutica, pois conforme afirma Banchs (2004, p. 47), o enfoque processual da TRS é entendido como um processo de construção social que necessita de uma abordagem hermenêutica:

O enfoque processual se caracteriza por considerar que para ascender o conhecimento das representações sociais deve-se partir de uma abordagem hermenêutica, entendendo o ser humano como produtor de sentidos, e focalizando na análise das produções simbólicas, dos significados, da linguagem, através dos quais nós, seres humanos, construímos o mundo em que vivemos⁹ (tradução nossa).

Aliando a hermenêutica à pesquisa e à metodologia no campo da educação, esta proporciona valiosos

[...] recursos para a interpretação textual e discursiva, bem como amplia e aprofunda visões de mundo, tendo como foco os contextos de interação que se quer (re)conhecer na realidade vital [...] Afinal de contas, a educação é um projeto político-pedagógico-social que sustenta as ações e decisões culturais, buscando ampliar a visão de mundo, uma utopia pedagógica, tendo o futuro como possibilidade hermenêutica de cada *lócus* pesquisado (SIDI; CONTE, 2017, p. 1952-1953).

Em complementariedade ao uso do método hermenêutico, será empregada a análise de conteúdo, que está descrita no próximo subitem desse capítulo, que favorecerá a identificação e a interpretação dos dados da pesquisa qualitativa da presente tese.

⁹ El enfoque processual se caracteriza por considerar que para acceder al conocimiento de las representaciones sociales se debe partir de un abordaje hermenéutico, entendiendo al ser humano como productor de sentidos y focalizándose en el análisis de las producciones simbólicas, de los significados, del lenguaje, através de los cuales los seres humanos construimos el mundo em que vivimos (BANCHS, 2004, p. 47 – Original).

2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDOS

A análise de conteúdos de Bardin (2011) foi tomada como premissa para a pesquisa documental da presente tese, a qual buscou compreender como o conteúdo das notícias divulgadas sobre os indicadores de qualidade da Educação Superior contribuem para a formação de uma representação; e como a representação sobre os indicadores são ou não levados em consideração no momento da escolha de uma IES para a formação acadêmica, refletindo no *market share* da IES.

Pelo fato de o objetivo dessa tese ter um viés de análise qualitativa, observamos que apenas a apresentação dos dados numéricos não daria conta de atingir esse objetivo, por isso entendemos a importância de enfatizar a pesquisa qualitativa expressa na análise de conteúdo. A pesquisa qualitativa emprega, em vez de linguagem numérica, categorias empíricas, as quais auxiliarão a explicar a realidade vivenciada pelos indicadores de qualidade, a criação de representação social e o aumento do *market share* das IES (GOLDENBERG; MARSIGLIA; GOMES, 2003).

A pesquisa qualitativa foca aspectos da realidade não quantificáveis, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações humanas, uma vez que Gerhardt e Silveira (2009, p. 55), apoiados em Minayo (2001), explicam que

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências.

Para os autores, a aquisição do conhecimento científico exige demonstração, submetendo-se ao teste e à comprovação, e nesse momento a pesquisa utiliza como

fundamento o senso comum¹⁰ e o comportamento humano para captação do que ocorre na realidade (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A motivação para a pesquisa é exatamente tornar real (factual) o resultado obtido pela pesquisa documental, comprovando a veracidade da afirmativa quanto à criação de representação social, um universo consensual, pelos indicadores de qualidade das IES. E, para tal, utiliza a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011).

A origem da análise de conteúdo (Figura 1) encontra-se interligada à análise das comunicações humanas. Para analisar uma comunicação, impreterivelmente é necessária a arte de interpretar, a hermenêutica, emergindo da necessidade de interpretar textos necessários à pesquisa (BARDIN, 2011). Campos (2004, p. 611) argumenta que a

[...] primeira tentativa, por assim dizer, para responder à indagação: o que essa mensagem significa exatamente? Surgiu com a decodificação de símbolos, sinais e mensagens, por meio da exegese (avaliação minuciosa) dos textos bíblicos, para a possível interpretação de metáforas e parábolas contidas neste documento.

Figura 1 – Histórico da Análise de Conteúdo



Fonte: Portela (2015).

¹⁰ Segundo Moscovici (2011), é por meio da comunicação e da interação que o conhecimento do senso comum é disseminado. “[...] o fenômeno em questão é da ordem dos diferentes tipos de teorias populares, senso comum, e saberes cotidianos que chamamos representações sociais” (WAGNER, 2002, p. 150).

Importa salientar que as “[...] mensagens obscuras que exigem uma interpretação, mensagens com um duplo sentido cuja significação profunda (a que importa aqui) só pode surgir depois de uma observação cuidadosa ou de uma intuição carismática” (BARDIN, 2011, p. 20). É nesse ambiente que emerge a análise de conteúdo.

No século XVII, foram averiguados pela primeira vez os temas, os valores, as modalidades e a complexidade estilística dos textos que compunham os hinos religiosos e os seus possíveis efeitos sobre os luteranos. No século XIX, visando identificar a expressão das emoções e das tendências, numa perspectiva temática e quantitativa, foi analisado o livro do Êxodo, dentre os escritos bíblicos (CAMPOS, 2004).

No início do século XX, Lasswell¹¹ (1925), um dos precursores da análise de conteúdo, utilizou-a para identificar “[...] a postura estratégica dos demais países, procedendo à análise de imprensa e de propagandas” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 2).

No período das Grandes Guerras, novamente utiliza-se a análise de conteúdo de Lasswell (1925) para identificar o efeito das propagandas no comportamento humano. Na Primeira Guerra Mundial, o intuito era avaliar o estímulo e a reação nos indivíduos (teoria behaviorista). Na Segunda Guerra Mundial, buscava-se identificar propagandas subversivas de cunho nazista (CAMPOS, 2004).

A partir da década de 1950, graças aos estudos de Berelson, Lazarsfeld e Lasswell (1925), observa-se, então, que a análise de conteúdo mantinha-se rígida, fazendo com que os pressupostos se tornassem mais confusos. Essas constatações fizeram com que os teóricos se frustrassem em relação à eficiência do método. Berelson chega à seguinte conclusão: “A análise de conteúdo como método não possui qualidades mágicas e raramente se retira mais do que nela se investe e algumas vezes até menos; no fim das contas, nada há que substitua as ideias brilhantes” (BARDIN, 2011, p. 25).

As décadas seguintes foram utilizadas para discutir o método, voltando-se para buscar “[...] conteúdos não manifestos e associadas às inferências sobre o material estudado, numa perspectiva qualitativa de pesquisa”. A inovação informacional trouxe

¹¹ O trabalho de Harold Dwight Lasswell, editado em 1925, *Propaganda technique in the world war*, agrupa análises de imprensa e propaganda deste período (SILVA; FOSSÁ, 2015; CAMPOS, 2004).

o desenvolvimento de *softwares* delineados “[...] para a verificação da frequência de ocorrência de palavras em determinado texto, o que favoreceria uma abordagem por frequenciamento do material” (CAMPOS, 2004, p. 612).

A partir de 1970, é possível observar uma ampliação no campo da análise de conteúdo, enquanto metodologia na análise comunicacional que envolve a “[...] lexicometria, enunciação linguística, análise da conversação, documentação e bases de dados etc.” (BARDIN, 2011, p. 31).

Em 1977, Laurence Bardin publica a obra *Analyse de Contenu*, configurando o método de análise de conteúdo que é utilizado atualmente. Sua explicação à análise de conteúdo se exprime em

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas [...] é a hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. (BARDIN, 2011, p. 15).

A análise de conteúdo possui duas fronteiras: a linguística tradicional e a interpretação das palavras (hermenêutica). Sobre essas fronteiras apontadas por Bardin (2011), Campos (2004, p. 612) esclarece:

Se o caminho escolhido voltasse para o domínio da linguística tradicional, a análise de conteúdo abarcará os métodos lógicos estéticos, onde se busca os aspectos formais típicos do autor ou texto. Nesse território, o estudo dos efeitos do sentido, da retórica (estilo formal), da língua e da palavra, invariavelmente evolui, na linguística moderna, para a “análise de discurso”. No outro lado, sob a fronteira da hermenêutica, os métodos são puramente semânticos, subdividindo-se em métodos psicológico-semânticos, que pesquisam as conotações que formam o campo semântico de uma imagem ou de um enunciado, e em métodos semânticos estruturais, que se aplicam a universos psicosemânticos ou sociossemânticos mais ampliados. No centro, localiza-se o grupo de métodos lógico semânticos, lógicos, pois se o alcance da análise de conteúdo é de um classificador, assim sendo, a classificação é lógica, segue parâmetros mais ou menos definidos e o analista se vale de definições, que são problemas da lógica.

Complementando as explicações de Campos (2004), Franco (2008) indica ser o discurso a mensagem que pode se constituir de material oral ou escrito, gestual, figurativo, documental, silencioso ou provocado. Entretanto, Gomes (2008 *apud* MENDES, 2018, p. 10) orienta que

O conteúdo de uma mensagem é tão rico que permite infinitas interpretações, mas é apenas o ponto de partida. Desta forma, imperioso é que os resultados da análise de conteúdo reflitam os objetivos da pesquisa, devidamente contextualizados. Para tanto, necessário fazer um percurso metodológico com foco nos propósitos da pesquisa, do objeto, do material disponível e da perspectiva teórica adotada.

Na presente pesquisa, as mensagens analisadas são escritas e documentais, provenientes de registros midiáticos dos jornais *Folha de São Paulo* e *Gazeta do Povo*, nos quais buscamos, por meio de um levantamento de notícias dos últimos dez anos, reportagens que abordam dados quantitativos dos indicadores de qualidade (Enade, CPC e IGC). Os resultados serão analisados em relação aos dados do Censo, quando se especificou o número de matrículas por IES, visando identificar se há a criação de universo consensual entre qualidade *versus* escolha da IES pelos alunos. Em resumo, o que buscamos foi identificar se os indicadores de qualidade da Educação Superior promovem a formação de uma representação social, cujo objetivo é buscar qualidade nas IES, qualidade essa que se encontra interligada aos indicadores. Assim, pretende-se verificar se a clientela (estudantes) entende os indicadores de qualidade como um aspecto de confiança, a ponto de influenciar o seu processo decisório na escolha da IES.

A análise documental, referência da presente tese, envolveu o tratamento das informações contidas nos documentos, visando representar a informação de outra maneira, mediante procedimentos de transformação. Esse procedimento permitiu, ainda, “[...] passar de um documento primário (bruto) para um documento secundário (representação do primeiro)”. Com base nas informações condensadas da análise documental, a análise de conteúdo manipula as “[...] mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 51-52).

O uso da análise de conteúdo, com base em Bardin (2011), promove no pesquisador a compreensão das características, das estruturas ou dos modelos encontrados por trás dos fragmentos de mensagens consideradas, uma vez que o “[...] esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira” (CÂMARA, 2013, p. 182).

São três fases, segundo Bardin (2011), necessárias para a correta elaboração da análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (Figura 2).

Figura 2 – Fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Portela (2015).

A primeira fase, pré-análise, tem por objetivo a sistematização das ideias iniciais inseridas pela pesquisa bibliográfica, a fim de estabelecer os indicadores para a correta interpretação dessas informações (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Nessa fase de organização, a leitura flutuante, conceituada como o “[...] primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material” (CÂMARA, 2013, p. 183).

A escolha dos dados deve ser efetuada seguindo as regras de exaustividade¹², representatividade¹³, homogeneidade¹⁴ e pertinência¹⁵ (SILVA; FOSSÁ, 2015; CÂMARA, 2013; BARDIN, 2011).

A segunda fase, exploração do material, cujo objetivo é construir as operações de codificação, “[...] considerando-se os recortes dos textos em unidades de registros, a definição de regras de contagem e a classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 4).

A codificação, segundo Bardin (2011, p. 133), “[...] é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo”.

Isso implica no recorte em unidades de registros dos textos na análise documental ou das entrevistas. A identificação de palavras-chaves é fundamental para uma primeira categorização (SILVA; FOSSÁ, 2015).

A categorização, segundo Bardin (2011, p. 147), é definida como “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Compreendemos, assim, as categorias como classes. O critério para a categorização pode ser semântico (temas), sintático (verbos e adjetivos), léxico (classificação de palavras segundo o sentido, como sinônimos) e expressivo (classificação de perturbações da linguagem). O processo de categorização realiza-se em duas etapas: inventário, ao isolar os elementos comuns do discurso; classificação, ao repartir os elementos, alocando-os de forma organizada.

As categorias iniciais são agrupadas tematicamente, originando as categorias intermediárias e estas últimas também aglutinadas em função da ocorrência dos temas resultam nas categorias finais. Assim, o texto das entrevistas é recortado em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências. Por este processo indutivo ou inferencial, procura-

¹² Exaustividade: refere-se à deferência de todos os componentes constitutivos do *corpus*. Bardin salienta que o ato de exaurir significa não deixar fora da pesquisa qualquer um de seus elementos, sejam quais forem as razões (SILVA; FOSSÁ, 2015).

¹³ Representatividade: a amostra deve representar o universo (CÂMARA, 2013).

¹⁴ Homogeneidade: os dados devem se referir ao mesmo tema, obtidos por técnicas iguais e colhidos por indivíduos semelhantes (CÂMARA, 2013).

¹⁵ Pertinência: significa verificar se a fonte documental corresponde adequadamente ao objetivo suscitado pela análise (SILVA; FOSSÁ, 2015). Em suma: documentos adequam-se ao conteúdo e ao objetivo da pesquisa (CÂMARA, 2013).

se não apenas compreender o sentido da fala dos entrevistados, mas também buscar-se-á outra significação ou outra mensagem através ou junto da mensagem primeira. (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 148).

Um processo de categorização eficiente deve possuir, segundo Bardin (2011), as seguintes qualidades: exclusão mútua (cada elemento deve existir em uma única categoria); homogeneidade (apenas um princípio de classificação deve balizar a organização das categorias); pertinência (quando a categoria encontra-se adaptada ao material de análise e pertence ao quadro teórico); objetividade e fidelidade (a codificação deve ser igual em todas as categorias, independentemente da quantidade de análise exigida); produtividade (capacidade de o conjunto de categorias fornecer resultados profícuos).

A terceira fase, tratamento dos resultados, envolve a captação dos conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação) (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 4).

Com base nos resultados iniciais, considerados brutos, o pesquisador buscará torná-los significativos e válidos, o que envolve um processo interpretativo, que deve transcender o conteúdo manifesto do documento, interessando ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido por trás do apreendido inicialmente. Por essa razão, no decorrer da interpretação dos dados, é imprescindível retornar à pesquisa bibliográfica, quantas vezes forem necessárias, pois são elas que fornecem o embasamento e as perspectivas significativas para a pesquisa. “A relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica é que dará sentido à interpretação” (CÂMARA, 2013, p. 189).

O exercício de compreensão e discussão dos resultados foi realizado em conjunto com as demais etapas:

[...] acreditamos que o exercício de compreensão e discussão dos dados ou resultados é um processo que possa ser feito conjuntamente com os outros passos da análise, ou seja, à medida que são feitos, os idos e vindos ao material, ao corpo teórico norteador, referencial pessoal do pesquisador e suas inferências. Esse processo coloca o pesquisador em um momento, solitário, pois ele vivenciou a coleta de dados e manteve por todo este período contato com seus sujeitos de pesquisa, angariando dados e percepções que só ele teve acesso. [...] Como no processo de coleta de dados, no uso dos instrumentos e técnicas, também é necessária uma validação da análise procedida pelo pesquisador. Existem diversas formas de se realizar essa validação, por exemplo, na triangulação de teorias, na qual se analisa os dados tomando por base várias teorias e tenta-se encontrar validade intrínseca pelo embasamento de cada uma delas. (CAMPOS, 2004, p. 614).

A inferência, nessa fase, é uma ferramenta para a indução que orienta os diferentes polos de atenção/polos de atração da comunicação (CÂMARA, 2013).

Os polos de comunicação, segundo Bardin (2011), envolvem quatro fatores: emissor (produz a mensagem, podendo ser um indivíduo ou um grupo); receptor (indivíduo que recebe a mensagem e a interpreta, identificando seu significado); mensagem (ponto de partida da análise de conteúdo e, para tal, é preciso estudar conteúdo, significado, significantes, código e significação); e canal (envolve o procedimento experimental, não importando para a análise de conteúdo).

Há ainda a condensação e a ênfase de informações para posterior tratamento analítico, promovendo interpretações inferenciais. Essa fase envolve intuição, análise reflexiva e análise crítica (BARDIN, 2011).

A produção inferencial é considerada, segundo Mendes (2018, p. 11), a essência da análise de conteúdo, pois confere “[...] ao procedimento relevância teórica, já que a informação puramente descritiva é de pequeno valor”, tornando “[...] necessário, então, a comparação de dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduos e de sociedade”.

A seguir, são detalhadas as etapas percorridas para o desenvolvimento do estudo, pautando-se nos objetivos propostos para o alcance das respostas ao problema de pesquisa levantado.

2.3 ETAPAS DA PESQUISA

A pesquisa realizada nessa tese teve como pressupostos metodológicos a Hermenêutica e a Análise de conteúdo, o embasamento teórico pautado na Política de Avaliação da Educação Superior, nos Indicadores de Qualidade da Educação e na Teoria da Representação Social, conforme demonstra a Figura 3.

A análise das notícias seguiu a metodologia de análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011). Para tanto, os passos e as delimitações seguidos foram:

- a) Busca nos *sites* dos canais de comunicação escolhidos – *Folha de São Paulo* e *Gazeta do Povo*.
- b) Delimitação do tempo em que seria feita a pesquisa – 2008 a 2018.

- c) Determinação dos descritores que seriam os propulsores para a busca dentro do *site* de cada um dos canais de comunicação – Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC).
- d) Seleção das notícias levando em consideração o objetivo da tese – relação com a Educação Superior e Indicadores de Qualidade Acadêmica.
- e) Apenas notícias que foram geradas espontaneamente, sem nenhum tipo de patrocínio.
- f) Definição da tendência das notícias – Positiva, Negativa ou Neutra.
- g) Análise do conteúdo das notícias e sua interligação com o objeto da tese.

Figura 3 – Referencial Teórico



Fonte: a autora (2019).

Tendo como base os objetivos da pesquisa e buscando responder ao problema de pesquisa dessa tese, a pesquisa foi realizada nos meios de comunicação da *Gazeta do Povo* e *Folha de São Paulo*, pois ambos os meios de comunicação atendem aos critérios estabelecidos para a pesquisa, sendo eles:

- acervo de notícias on-line;
- idoneidade perante à categoria;
- caderno editorial específico para Educação;
- representatividade de consulta local (Curitiba);

- representatividade de consulta Nacional (Brasil).

As notícias foram selecionadas com a premissa de apreender as representações contidas na mídia jornalística quanto à contribuição dos resultados das avaliações da Educação Superior e o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica.

Ao iniciar a busca no *site* da *Folha de São Paulo*, foram elencadas 1.100 notícias e, aplicando-se as premissas acima descritas, foram localizadas 55 notícias dos anos de 2008 a 2018 que fazem referência ao Enade, CPC ou IGC, tendo relação com a Educação Superior e os Indicadores de Qualidade Acadêmica.

A busca feita no *site* da *Gazeta do Povo* apresentou 480 notícias e, aplicando-se as premissas dessa tese, foram localizadas 47 notícias, dos anos de 2008 a 2018, que fazem referência ao Enade, CPC ou IGC, tendo relação com a Educação Superior e os Indicadores de Qualidade Acadêmica.

Dessa forma, analisamos 102 notícias entre os anos de 2008 a 2018. A análise levou em consideração a quantidade de notícias por ano, a tendência das notícias, a quantidade de notícias por meio de comunicação jornalístico e também as notícias pelos descritores selecionados.

Associando a Teoria da Representação Social (MOSCOVICI, 2011) com a Hermenêutica (GADAMER, 2005), elegemos as tendências das notícias para ser possível realizar uma análise crítica e fazer a correção com a ancoragem e a objetivação, bem como de que forma a difusão de uma opinião midiática pode propagar atitudes por meio da propaganda, estabelecendo estereótipos.

Para analisarmos as notícias por meio da análise de similitude e nuvem de palavras, utilizamos o *software* IBM® SPSS® Statistic versão 20, sendo realizada a análise no *software* IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

A análise de similitude que se apoia na teoria dos grafos¹⁶ possibilita identificar as concorrências entre as palavras e o seu resultado traz indicações da conexão

¹⁶ “A teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. Para tal, são empregadas estruturas chamadas de grafos, onde é um conjunto não vazio de objetos denominado vértices ou nós) e é um subconjunto de pares não ordenados em V ” (FEOFILOFF; KOHAYAKAWA; WAKABAYASHI, 2011, p. 8).

entre as palavras, ajudando no reconhecimento da estrutura de um *corpus* textual, diferenciando também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis descritivas. A análise de semelhanças permitiu visualizar a relação entre as palavras e a sua conectividade dentro de cada classe e por outro lado a ligação entre as várias classes. Com essa análise, conseguimos perceber como as notícias relacionam as várias palavras para descrever as Representações Sociais geradas pela mídia quanto ao tema pesquisado. Por meio da análise de semelhanças, conseguimos identificar a estrutura, o núcleo central e o sistema periférico da interpretação da representação social que os meios de comunicação têm acerca dos indicadores de qualidade da Educação Superior.

A nuvem de palavras une e organiza as palavras graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante estimulante, pois possibilita a identificação das palavras-chave de um *corpus*.

Além das notícias da mídia, entendemos que faria sentido trazer como dados pesquisados nessa tese, que nos ajudariam a responder ao nosso problema de pesquisa, os resultados da avaliação da Educação Superior, por meio do indicador IGC e o Censo da Educação Superior, por meio da quantidade de ingressantes de cada IES.

Para se ter acesso à base de dados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, bem como aos dados do Censo da Educação Superior, foi necessário baixar do *site* do Inep todos os relatórios que contêm os microdados do Censo, de 2009 a 2017, e os relatórios de IGC de cada ano. Esses relatórios são disponibilizados em formato específico e precisam ser convertidos para o formato de planilha Excel, a fim de realizar o tratamento, o cruzamento e a análise dos dados.

Os dados selecionados para dar conta de responder ao objetivo dessa pesquisa foram: nome da IES, região do Brasil em que se encontra, IGC faixa no período de 2009 a 2017, estudantes ingressantes de 2009 a 2018, base de estudantes de 2009 a 2017.

O tratamento dos dados levou em consideração a retirada das IES que não tinham declarado sua base total de estudantes e ingressantes (dados em branco), e IES que estavam sem o IGC declarado (aqui as que pela base baixada estavam em branco, pois há IES que vêm com a declaração de S/C – sem conceito, as quais estão presentes nos dados analisados).

Ainda no tratamento dos dados, somamos as IES que são apresentadas em mais de uma linha, desde que seu código de referência no MEC seja o mesmo, os dados de ingressante foram somados e os dados de base também. Isso ocorre quando uma IES tem sede em outros municípios, tendo a possibilidade de ser um câmpus (tem-se o mesmo código) ou a possibilidade de ser uma IES em separado (códigos diferentes). Foram considerados, para essa análise, todos os códigos diferentes que estavam presentes nos relatórios baixados da base do Inep.

Após esse tratamento, atribuímos aos dados uma coluna com a indicação do comportamento do IGC ano contra ano e da base de ingressantes e base de estudantes ano contra ano. Outros dados que incluímos para análise foi o de *market share*. Nele, apresentamos em percentual qual o *market share* da IES em relação à base de ingressantes Brasil. Para o recorte dessa pesquisa, vamos analisar apenas o *market share* de base de ingressantes, fazendo referência sempre às bases de ingressantes nacionais.

Nos dados da pesquisa, tivemos a premissa de por meio de uma análise hermenêutica e da Teoria da Representação Social, de demonstrar se os resultados da avaliação da Educação Superior, divulgados pela mídia jornalística, influenciam a formação de Representações Sociais que impactam no *market share* (na escolha) pelas Instituições de Educação Superior.

No próximo capítulo, abordaremos a Avaliação da Educação Superior, apresentando um resgate quanto ao surgimento das políticas públicas de Educação Superior, da política de avaliação da Educação Superior e os indicadores de qualidade da Educação Superior.

3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Ao considerarmos um dos objetos específicos dessa tese que é explicitar a política estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: histórico e contexto da política de avaliação, pretendemos, nesse capítulo, realizar um breve resgate sobre o conceito de política pública, com base em um recorte das políticas de avaliação da Educação Superior. Tomando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como ponto de partida da presente análise, estabelecer avanços ocorridos a partir da colocação em prática do Sinaes (2004), bem como a relação entre esse processo e o estado neoliberal e a competitividade. Em relação à competitividade experienciada pelas IES no Brasil, trazemos a avaliação da Educação Superior por meio dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, a saber: IGC, CPC, Enade, o Censo da Educação Superior e o que é levado em consideração na escolha da IES.

Os seguintes autores compuseram os pressupostos teóricos desse capítulo: Cunha (1988), Papovero (1989), Faleiros (1991), Demo (1996), Soares (2002), Marinho (2005), Nascimento (2006), Lucchesi (2007), Behring e Baschetti (2007), Bonetti (2007), Eyng e Possolli (2007), Guiraldelli Junior (2008), Zandavalli (2009), Farris (2010), Pina (2011), Souza (2015), Haines (2016), Bortolonza (2017), Flores (2017), dentre outros.

3.1 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Para que possamos entender como a Política de Avaliação da Educação Superior foi introduzida no Brasil, procuramos, com base em breve conceituação de políticas públicas, políticas de educação, e na sequência dialogamos com a política de avaliação da Educação Superior no Brasil.

Ao falarmos sobre políticas públicas, de acordo com Behring e Baschetti (2007, p. 47), não se tem precisão quanto à sua gênese, pois as primeiras iniciativas a serem reconhecidas enquanto políticas públicas emergiram “[...] na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal”.

De acordo com os autores, a consolidação das políticas públicas situa-se “[...] na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós 1945)” (p. 47). Elas se generalizaram com um enfoque duplo: ora para gerar e regular as manifestações sociais (BONETTI, 2007), ora como conquista dos trabalhadores, como garantia do aumento da riqueza e dos direitos dos cidadãos (FALEIROS, 1991).

Como forma de conquista dos trabalhadores, as políticas públicas surgem com o objetivo de reduzir a desigualdade social no contexto capitalista, buscando a superação para as manifestações sociais (DEMO, 1996), mas esse enfoque fica apenas no discurso, pois como esclarece o autor:

Política Social, no contexto capitalista subdesenvolvido, é tão importante quanto contraditório. Seu alcance é limitado, além de não ultrapassar a lógica do sistema. Entretanto, à medida que souber acionar iniciativas mais estruturais, como educação, cidadania, ciência e tecnologia, pode aumentar sensivelmente a oportunidade de algum redirecionamento e mesmo alimentar potencialidades de superação. (p. 10).

Para a sociedade, as políticas públicas são vistas como uma forma de terem seus direitos assegurados em lei (BONETTI, 2007). Já com um olhar mais paternalista, de acordo com Bóbbio (1998, p. 908), a política social é “[...] orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo [...]”. Tem-se, por meio dos movimentos sociais e de classe, um pequeno movimento no que tange à busca pela consolidação, ou ainda, pela efetivação dos direitos previstos pelas políticas sociais, que têm hoje sua dificuldade pautada na universalização para toda a sociedade.

As políticas públicas, de acordo com Bonetti (2007):

[...] é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Nesse sentido, a palavra princípio não carrega consigo apenas o significado literal do termo, mas algo mais, o contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma ideia de política pública, como o caso da conjugação dos interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais, etc. (BONETTI, p. 9).

A política pública pode ser entendida como um espaço de contradição, pois, de certa forma, atende às necessidades dos sujeitos, mas não em sua totalidade, pois ao mesmo tempo elas aproximam-se dos interesses de acumulação de capital do

Estado Capitalista. “É certo que as políticas públicas são criadas e postas em prática a partir de uma determinada concepção de sociedade ou de um fundamento teórico” (BONETTI, 2007, p. 19), que na atualidade refere-se à lógica do capitalismo.

As políticas públicas hoje não dão conta de suprir a necessidade de toda a sociedade, pois elas não conseguem superar as contradições presentes, ao contrário, elas aumentam o contraste e com isso acentuam as expressões da questão social, tais como: pobreza, fome, desemprego, discriminação, degradação ambiental, segregação socioespacial, subtração da autonomia de indivíduos e grupos sociais (decisão política e produção de valores). Vale ressaltar, conforme afirma Demo (1996, p. 11), a necessidade de se terem sujeitos envolvidos tanto na formulação, quanto na execução das políticas sociais com conhecimento técnico adequado, para que a política possa ser tratada com a “[...] devida profundidade interdisciplinaridade e (auto) crítica”.

A política pública, em sua maturidade, não é capaz de reverter esse quadro de diversas manifestações da questão social, nem sendo essa sua função inicial, “[...] contudo levar as políticas sociais ao limite de cobertura numa agenda de lutas dos trabalhadores é tarefa de todos os que têm compromissos com a emancipação política e a emancipação humana [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 190).

Para atender a um dos objetivos específicos dessa tese, “Explicitar a política estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: histórico e contexto da política de avaliação”, realizamos um recorte das políticas públicas voltadas à Educação Superior, por estas envolverem o exercício da cidadania, a formação da consciência crítica, bem como regulamentarem a organização educacional brasileira.

A educação, de acordo com Lopes (2003), iniciou-se no Brasil com a chegada dos padres jesuítas, no ano de 1549, sendo seu objetivo a alfabetização por meio da introdução da cultura portuguesa. Dessa forma, diversos historiadores apontam ser o início da educação brasileira tortuosa e com objetivos escusos, sendo esses para além da educação, como uma marca de manter a monarquia portuguesa no território brasileiro.

A evolução no campo das políticas educacionais é crescente, mesmo que tenha sido de forma lenta e tardia, mas hoje já temos resultados importantes de conquistas e lutas. Passamos por momentos de grande inquietação nessa esfera da política,

envolvendo conflitos científicos e luta pelo direito à educação¹⁷, visto que esta, muitas vezes, é posta e entendida como uma ferramenta a favor da globalização e do império capitalista, uma vez que a educação se:

[...] constitui uma característica da realidade da economia, da sociedade e da cultura, podemos pressupor que será inevitavelmente afetada pelas mudanças suscitadas pelos processos de globalização, embora não se percam as referências de caráter mais local em que vinham atuando os sistemas educativos. (MOREIRA, 2006, p. 63).

O marco nas políticas educacionais que tomamos como ponto de partida é a segunda Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Essa Lei confirma o definido pela Constituição Federal de 1988, artigo 205º, em que a “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A lei apresenta em seu conteúdo um detalhamento quanto à forma em que o Brasil direciona a efetivação da educação, por meio dos mecanismos legais e estruturais presentes na sociedade, tais como governo, estado, município e escolas.

Como decorrência da LDB/1996, em 2001 ocorreu a apresentação para a sociedade do Primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), composto pelos seguintes objetivos:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; e
- democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2001, p. 7).

Sendo assim, entendemos que as políticas educacionais no Brasil intentam minimizar as desigualdades sociais e possibilitar uma formação cidadã. No que diz respeito às políticas educacionais da Educação Superior, encontramos alguns

¹⁷ Um exemplo dessa luta é o documento conhecido como *Manifesto dos Pioneiros*. Datado de 1932, ele foi elaborado por 25 educadores da elite brasileira que buscava, por meio desses documentos, manifestar a necessidade da reconstrução educacional. O Manifesto tornou-se um marco na luta pela formalização e adequação da educação, bem como gerou grandes reformas na educação nacional.

movimentos e documentos que retratam o percurso do Brasil no desenvolvimento desta área, como é o caso do Sinaes, que veremos na sequência.

São inúmeras as portarias, os decretos e as leis voltados à Educação Superior que tangenciam a presente tese e que definem e regulamentam a Educação Superior e seu processo avaliativo. Como exemplo, apresentamos no Anexo A uma relação de portarias, decretos e leis voltados aos indicadores de qualidade da Educação Superior, no período de 1999 a 2019.

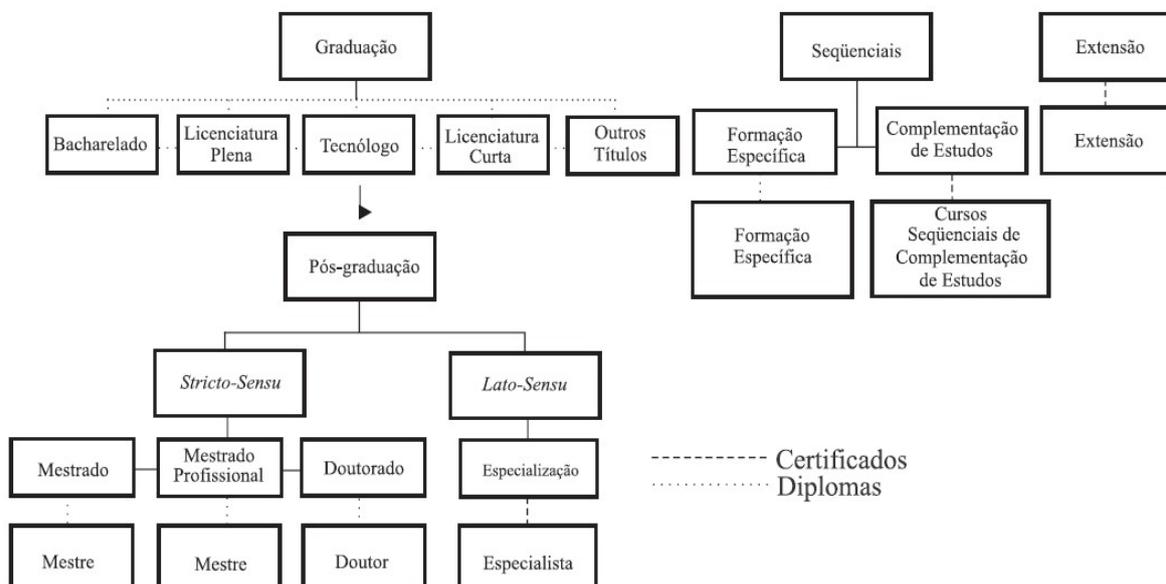
A partir da segunda metade do século XX, há uma expansão da Educação Superior no Brasil, principalmente em 1988, com a Constituição Federal (CF), devido ao incentivo à iniciativa privada. Tais fatos provocaram a ampliação de todos os atores envolvidos com a Educação Superior, emergindo novas relações que exigiram atitudes do governo federal com vistas a regulamentar e a controlar a qualidade no ensino fornecido pelas IES (FERNANDES; GRIBOSKI; MENEGHEL, 2017).

O marco legal da avaliação da Educação Superior, de acordo com o Inep (2015), envolve a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei nº 9.394/1996 (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (2001), a Lei nº 10.861/2004 (SINAES), o Decreto nº 5.773/2006 e a Portaria Normativa nº 40/2007, revista em 29/10/2010. Por esse motivo, apresentamos a contribuição de cada um desses documentos para a instituição da avaliação da Educação Superior (BRASIL, 1988, 1996, 2006, 2004, 2015, 2017).

A LDB (Lei de Diretrizes e Base), em seus artigos 43 a 57, organizou a Educação Superior em diversos graus de abrangência, a serem ministrados tanto pelas IES públicas como privadas, e limitou a três modalidades: ensino presencial, semipresencial e a distância, conforme representado na Figura 4 (NEVES, 2003).

A LDB/1996 possibilitou aos cursos de graduação que estes fossem apresentados sob a forma de cursos sequenciais por área do saber e cursos ministrados a distância. O objetivo dos cursos superiores sequenciais atendia à necessidade “[...] de inclusão de processos de formação de nível superior com duração mais curta” (NEVES, 2003, p. 39). Em relação aos programas de pós-graduação, principalmente *lato sensu*, cursos a distância.

Figura 4 – Educação Superior: Cursos e Níveis/Diploma



Fonte: Neves (2003, p. 38).

Sobre essa flexibilização dos cursos não serem apenas presenciais, Gesteira (2001, p. 98) afirmou:

[...] ampliar a oferta de vaga dos cursos superiores; flexibilizar o processo de formação de nível superior no país; criar mecanismos para suprir demandas emergentes em nichos de mercado não cobertos pelos processos de formação tradicionais; aproveitar vagas remanescentes em disciplinas em cursos de graduação, para introduzir oportunidades de formação pluridisciplinar; introduzir modalidades de formação superior que permitam ampliar as opções atualmente existentes.

Conforme esclarece o autor, o intuito da esfera federal foi o de fechar as lacunas existentes no mercado de trabalho pela falta de mão de obra capacitada, bem como o de favorecer a criação de cursos específicos e personalizados para o atendimento à demanda empresarial (GESTEIRA, 2001). Com base nos aspectos apontados por Neves (2003) e Gesteira (2001), podemos dizer que o final do século XX trouxe consigo uma meta específica para a Educação Superior: suprir as lacunas e as carências de mão de obra qualificada no mercado de trabalho, com ênfase na formação de professores cujos relatórios internacionais apontavam várias deficiências. Com a rápida ampliação da quantidade e da oferta de cursos pelas IES e a criação de muitas faculdades, o governo federal viu-se obrigado a criar um sistema

de avaliação, com a finalidade de não apenas regular as IES, mas de controlar a qualidade do ensino e da pesquisa em prática nas IES.

Nos primeiros anos do século XXI, era visível a necessidade premente de regular, controlar e avaliar a Educação Superior, afinal, por mais de uma década, o setor da Educação Superior cresceu exponencialmente, dificultando o controle pelo MEC (LIMA *et al.*, 2016). Emergiram, então, inúmeras dúvidas quanto à qualidade do ensino ofertado pelas diversas IES, criadas *a toque de caixa* para suprir às necessidades do mercado e à formação de professores em nível superior, uma exigência da Lei nº 9.394/1996 para a Escola Básica.

Esse movimento passou a exigir do Ministério da Educação (MEC), órgão responsável pela regulação das IES federais e privadas, ações com o objetivo de regular e acompanhar a Educação Superior, sendo necessária a criação de secretarias, como a SESU, a SETEC e a SEED para esse acompanhamento:

São de competência da Secretaria de Educação Superior (SESU) os atos autorizativos de credenciamento ou recredenciamento de instituições e de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos de graduação presencial e cursos sequenciais. As secretarias de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e de Educação a Distância (SEED) do MEC respondem pelas atividades de regulação relativas, respectivamente, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância. Em relação às instituições estaduais e municipais de educação superior, a regulação fica a cargo dos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2010, p. 5).

Frente à necessidade de ter um processo que direcionasse a atuação do MEC para a realização da avaliação da Educação Superior, em 2004, por meio da Lei nº 10.861, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de instituir “[...] a avaliação sistemática das instituições de educação superior, dos cursos superiores e do desempenho dos estudantes” (BRASIL, 2004).

3.2 SINAES: SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) surgiu com o objetivo de integrar todos os processos avaliativos, controle de qualidade, acompanhamento e aperfeiçoamento das instituições e da Educação Superior. Ele foi instituído em 2004 pela Lei nº 10.861, conforme definido nos artigos 1º ao 8º, por três

componentes: avaliação das instituições dos cursos e do desempenho dos estudantes.

[...] com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos e de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...] A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP, sob a coordenação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. (BRASIL, 2004).

Anteriormente ao Sinaes, desde a década de 1970 até o início dos anos 2000, houve diferentes políticas e programas focados na avaliação da Educação Superior (ZANDAVALLI, 2009), demonstrando a concomitância das diretrizes para essa modalidade de ensino e o contexto político e econômico do país. De forma sucinta, podemos verificar a dinâmica desses períodos nas afirmações de Zandavalli (2009, p. 433 - 434):

[...] nos anos de 1960, as proposições de Rudolph Atcon voltavam-se à “modernização” das universidades públicas, que não foram implantadas de imediato, em razão das restrições impostas pelo Governo Militar quanto à abertura do âmbito decisório nas universidades à sociedade civil, mas estão sendo operacionalizadas gradativamente até os dias atuais. No Plano *Atcon*, a autonomia universitária é encarada como autofinanciamento das IES públicas por meio de sua transformação em uma empresa rentável, com gestão centralizada e ausência da participação da comunidade acadêmica em sua organização.

[...]

Nos anos de 1990, a nova proposição de modernização do Estado passa pela mudança da forma de gestão, “a governança”, que toma o planejamento estratégico como base das suas operações e a avaliação como parte inerente ao ciclo do PDCA14, ações acompanhadas por cortes significativos das verbas para as políticas sociais, com impactos muito significativos sobre a educação superior.

Nos anos de 2000, a pressão sociometabólica exercida pelo capital e sua aguda crise mostram a presença de um Estado interventor na área econômica para recuperar o equilíbrio do sistema capitalista e dar novo fluxo aos mercados. A auto avaliação institucional, neste cenário, atende às determinações do mercado e o espaço para a luta contra hegemônica, por parte da comunidade acadêmica, torna-se cada vez mais limitado. (Grifo do autor).

Destacamos que na década de 1980 aconteceram muitas reuniões e discussões a respeito da Educação Superior, mas que não resultaram em proposições pontuais. Com base nessas proposições, algumas associações trouxeram resultados mais incisivos, como a “Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e de

Planejamento” (ZANDAVALLI, 2009, p. 418). Uma dessas proposições foi a retomada do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), sendo produzido em 1993 o *Documento Básico – Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional*, a fim de proporcionar ferramentas que favorecessem o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e a gestão universitária (ZANDAVALLI, 2009).

Dentre os princípios indicados pelo PAIUB e constantes no Documento Básico, temos globalidade, comparabilidade, legitimidade e continuidade, os quais passam a fazer parte da proposta de elaboração do Sinaes, aspecto esse que encaminhou a criação do Sinaes para atender tanto uma prerrogativa governamental como o envolvimento da comunidade acadêmica, a fim de criar critérios de avaliação que produzam indicadores empregáveis no próprio processo de melhoria das instituições e das diretrizes educacionais, além de acompanhar o desempenho dos estudantes, a capacitação dos professores e as demandas da sociedade.

O Sinaes, em sua formulação inicial,

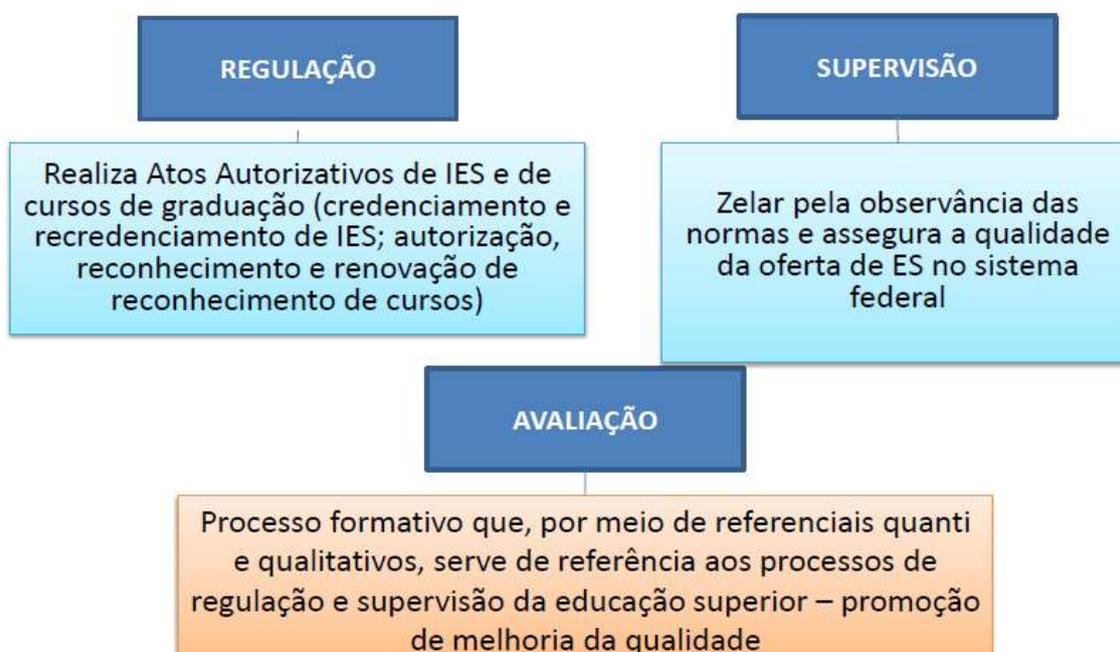
[...] se baseia numa concepção de avaliação e de educação global e integradora. Mais que um simples instrumento isolado, busca construir um sistema nacional de avaliação da Educação Superior. Um sistema se realiza como uma ideia básica e integradora que se materializa em determinadas práticas articuladas entre si, com a finalidade de produzir efeitos e alcançar objetivos coerentes e consistentes. Para ser realmente um sistema de avaliação, o SINAES propôs a integração entre diversos instrumentos e momentos de aplicação, tendo como base e eixo estruturante uma concepção global de avaliação e de Educação Superior. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 208).

O Sinaes regulamentou um processo de avaliação da Educação Superior por meio do qual foram avaliadas as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes, enfocando o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (BRASIL, 2004). O objetivo do processo de avaliação, como explica Gomes (2018, p. 2), ao mesmo tempo em que aumenta a qualidade da Educação Superior, por avaliar cursos, pesquisa, extensão, gestão da IES e promover a busca pela IES para com responsabilidade social da IES, procura respeitar “[...] a identidade institucional e a autonomia de cada organização”, ou seja, conforme estabelece o artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, o objetivo da avaliação junto às IES busca “[...] a identificação do perfil

e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (BRASIL, 2004).

Os incisos I a X, do artigo 3º definem que a avaliação envolve a análise de dez dimensões das IES: missão e plano de desenvolvimento institucional; política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social; comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; organização de gestão; infraestrutura física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e sustentabilidade financeira (GOMES, 2018; BRASIL, 2004). Essa Lei não contemplou orientações de como seria efetuada a regulação das IES, por isso foram expressas no Decreto nº 5.773/2006 (BRASIL, 2006), o qual complementa a legislação do Sinaes e estabelece como serão efetuadas a regulação, a supervisão e a avaliação das IES, abrangendo os cursos superiores de graduação e sequenciais (Figura 5).

Figura 5 – Regulação, supervisão e avaliação das IES (Decreto nº 5773/2006)



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2015).

A regulação é definida em Lei pelo Poder Executivo e estabelece os parâmetros de controle e ordenamento, a serem acompanhados e avaliados por suas agências

educacionais, as quais supervisionam as IES “[...] quanto às condições mínimas requeridas para a realização de suas finalidades e objetivos, devendo cumprir as normas fixadas”. A Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) é responsável por essa atividade (BRASIL, 2015). Já o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o responsável pela avaliação, que envolve “[...] a promoção da qualidade da educação superior, da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES” (BRASIL, 2015).

Para efeitos classificatórios, o estudo adota a classificação bifronte de Fernandes, Griboski e Meneghel (2017), os quais tratam a Educação Superior de acordo com as políticas públicas e seus efeitos sobre a realidade social, intuito esse percorrido pela presente tese. O grupo de agências que formam as entidades atuantes no Ministério da Educação (MEC) são classificadas em agências reguladoras – as quais abrangem o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES) – e agências de avaliação – envolvendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A criação do Sinaes (2004) fomentou a instalação da Conaes (2004) para supervisionar e coordenar o sistema de avaliação, sendo que a Diretoria de Avaliação da Educação Superior do Inep (DAES/INEP) funcionou como Secretaria Executiva da Conaes. O alinhamento do Conaes (2004) com a DAES/INEP “[...] fortaleceu o SINAES e permitiu que o mesmo se mantivesse em estreita sintonia com as bases epistemológicas” elencadas pela Comissão Especial de Avaliação (CEA), criada em 2003.

Sobre essas agências, no período de 2006 a 2015, uma série de trabalhos voltados “[...] à autoavaliação na formulação e reformulação dos instrumentos de avaliação” foi desenvolvida, com o objetivo de tornar os instrumentos de avaliação mais direcionados a alcançar o que está previsto no Sinaes quanto à avaliação da Educação Superior. O Inep passa a “[...] desempenhar relevante apoio à CONAES, não só na formulação de diretrizes para avaliação, mas também na elaboração dos instrumentos e sua metodologia”. No mesmo período, os órgãos vinculados ao Estado regulador disputaram intensamente a gestão do Sinaes e, em consequência, a

concepção de qualidade, entre eles se encontravam: a Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), a Consultoria Jurídica do MEC (CONJUR/MEC) e a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) (FERNANDES; GRIBOSKI; MENEGHEL, 2017, p. 4).

Sobre a disputa, em relação à concepção de qualidade da Educação Superior, Dias Sobrinho (2010, p. 202) esclarece que

[...] a avaliação se tornou um instrumento importante para informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam oferecendo, bem como para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia.

Esclarece o autor que não se tem como “[...] implantar reformas educacionais sem ter a avaliação como uma das principais ferramentas de uma organização” (p. 195) e complementa que a avaliação incentiva “[...] mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, [...] nas configurações do sistema educativo, nas políticas [...]” (p. 195), uma vez que estas estão diretamente ancoradas “[...] às transformações que se deseja fazer não apenas para a educação superior, mas para todos que interagem com ela: a sociedade” (p. 195).

A avaliação da qualidade, por meio de indicadores, é regida pela Portaria Normativa do MEC nº 40/2007, revisada em 2010, em seu Capítulo V, Art. 33-B:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE. (BRASIL, 2007, 2010).

Os instrumentos avaliativos disponibilizados pelo Sinaes para a avaliação institucional contemplam dez dimensões: missão e PDI; política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da IES; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-

administrativo; organização de gestão da IES; infraestrutura física; planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira. No que diz respeito aos cursos, a avaliação segue três dimensões: organização didático-pedagógica; perfil do corpo docente; e instalações físicas. Já os estudantes passam a cada três anos pelo Enade (BRASIL, 2004).

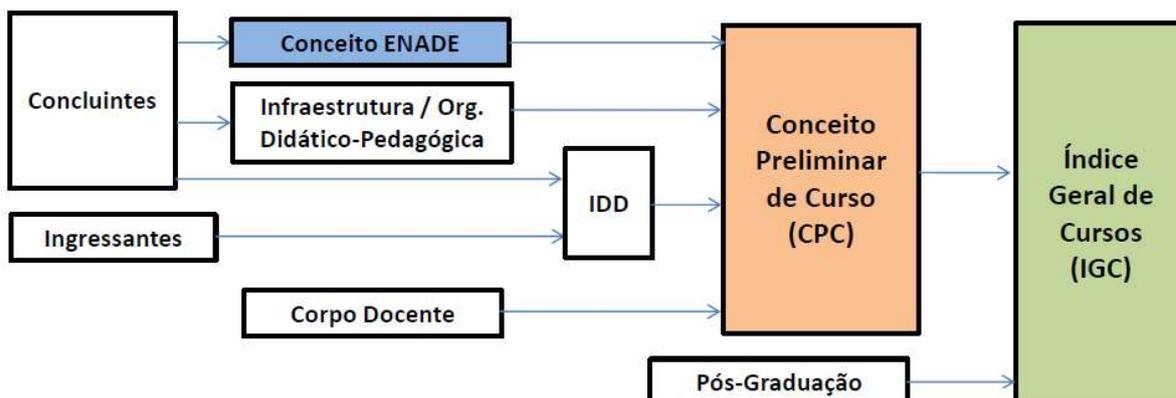
Ao passar por esses instrumentos de avaliação, as instituições, conforme Portaria que define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018, estabelece que os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados nº 586/2019 deverão apresentar resultado de qualidade que se enquadre nos indicadores propostos pelo Sinaes: Conceito Enade; Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD); Conceito Preliminar do Curso (CPC); e Índice Geral de Cursos (IGC) (BRASIL, 2019).

A classificação destinada à pontuação desses indicadores percorre a escala de um a cinco, visto que pontuações inferiores a três são insuficientes para a qualidade da IES, do curso e do desempenho do estudante. Quando a IES não atinge os indicadores desejados, o Sinaes oferece orientações, encaminhamentos e procedimentos que subsidiam a melhoria das instituições, a fim de propiciar a regulação da Educação Superior oferecida no país.

3.2.1 Indicadores de Qualidade da Educação Superior

Os indicadores de qualidade são os instrumentos utilizados para a avaliação da Educação Superior, os quais envolvem o conceito Enade, o CPC e o IGC, de acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007 (BRASIL, 2007). A Figura 6 apresenta como os indicadores de qualidade foram elaborados de forma interdependente, sendo que o resultado de um indicador influencia diretamente no resultado de outro indicador.

Figura 6 – Indicadores de Qualidade da Educação Superior



Fonte: Inep (2015).

Para o Enade, os componentes são o Conceito Enade, o Questionário do Estudante e o IDD. Para o CPC, os componentes são o Enade e o Corpo Docente, que somado ao componente da pós-graduação, atribuído pela Capes, compõem o IGC.

A Secretaria de Regulação da Educação Superior (SERES), em nome do MEC, utiliza os dados obtidos pela aplicação dos indicadores de qualidade para a regulamentação de IES e cursos de Educação Superior, o que faz dos indicadores elementos fundamentais ao acompanhamento da evolução da qualidade na Educação Superior (BRASIL, 2018).

Na sequência, cada um dos indicadores que compõem a avaliação da Educação Superior: conceito Enade, conceito IGC e o conceito CPC.

3.2.2 Conceito Enade

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) encontra-se previsto na Lei que criou o Sinaes, possuindo como meta avaliar o desempenho dos alunos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos ensinados e as habilidades e competências desenvolvidas pelo estudante no decorrer do curso (BRASIL, 2004).

O Enade faz a compreensão entre o conteúdo programático do curso, as habilidades e as competências do aluno adquiridas para a compreensão dos temas específicos de sua profissão e a ligação desses com a realidade brasileira e mundial,

bem como a aquisição de conhecimentos em outras áreas. A maior crítica ao Enade encontra-se na limitação de avaliação do conteúdo programático:

O ENADE, ao centrar-se nas diretrizes curriculares comuns, desconsidera as características regionais, as condições peculiares de trabalho de cada instituição, a escolha autônoma e legítima das instituições por determinada abordagem nos cursos, a missão e os objetivos educacionais priorizados por cada instituição, dentro do espírito de relativa autonomia didático/pedagógica e de pluralidade de concepções. (LIMA *et al.*, 2016, p. 10).

Sucintamente, pode-se dizer que o Enade é “[...] calculado para o curso da IES, localizada em um município, considerada uma área de avaliação. A nota do curso inclui o desempenho dos alunos nas provas de formação geral e componente específico” (BRASIL, 2015). As notas do Enade estão contidas em faixas que variam de um a cinco. O critério adotado define que as notas um e dois são consideradas insatisfatórias, já a nota três é considerada satisfatória para o Inep/MEC, enquanto quatro e cinco indicam níveis mais elevados de qualidade (ESAB, 2015). Na ocorrência de desempenho insatisfatório dos alunos, é desencadeado um processo de supervisão pelo MEC, obrigando as IES a adotarem medidas saneadoras das deficiências apontadas nos cursos (BRASIL, 2018).

As principais características do Enade são: aplicação periódica, trienal, para concluintes das áreas e cursos superiores de tecnologia; é componente curricular obrigatório nos cursos de graduação; o resultado do Enade é registrado no histórico do estudante; o resultado individual é acessível apenas ao estudante (BRASIL, 2015). Na implantação do Enade, as seguintes avaliações eram aplicadas: provas presenciais – alunos de graduação ingressantes (que já cursaram até 25% da estrutura curricular) e concluintes (mais de 75% cursado); questionários – aplicados aos estudantes e aos coordenadores do curso (ESAB, 2015).

O Enade segue a regulamentação da Portaria 40 (2007), avaliando as áreas por rodízio e de forma trienal: Ano I – Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins; Ano II – Licenciaturas, Ciências Exatas e áreas afins; Ano III – Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins. Os eixos tecnológicos avaliados são: Ano I – Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; Ano II – Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; Ano III – Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design (BRASIL, 2007).

Por meio da Portaria Normativa nº 840/2018, tivemos uma alteração no ciclo do Enade, tendo a mudança de ciclo de alguns cursos. Não é a primeira vez, desde a instituição do Enade, que temos alterações nos ciclos avaliativos, cabendo a cada IES acompanhar a legislação educacional vigente (BRASIL, 2018).

Os resultados obtidos pelo Enade “[...] definem apenas a qualidade individual do curso em avaliação, e não indicam a qualidade da instituição como um todo”. Entretanto, o Inep/MEC utiliza as notas do Enade para avaliar também “[...] a qualidade do ensino superior no Brasil, em conjunto com o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC)” (ESAB, 2015).

3.2.3 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) abrange a nota do Enade, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), a titulação e o regime de trabalho docente, recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas (BRASIL, 2018).

Para o curso ser incluído no CPC, precisa possuir no mínimo dois estudantes concluintes participantes no Enade (BRASIL, 2018). Os fatores utilizados no cálculo são:

Desempenho dos estudantes no ENADE – Nota do ENADE; Valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes (IDD); Perfil do Corpo docente (Regime de Trabalho e Titulação) – Censo Superior; Percepção Discente sobre as Condições do Processo Formativo – Questionário do Estudante no ENADE. (BRASIL, 2018).

O resultado do CPC é expresso em faixas descritas em uma escala discreta, crescente de valores de um a cinco, sendo que os cursos com conceito CPC 1 e 2 “[...] serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do INEP para verificação *in loco* das condições de ensino”. Os cursos com “[...] conceito igual ou maior que 3 podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente (o Conceito de Curso)”. O CPC também é realizado trienalmente para cada grupo de cursos, tal como é efetuado com o Enade (BRASIL, 2010).

O CPC agrega variáveis diferentes visando avaliar o desempenho dos estudantes *versus* infraestrutura e instalações, recursos didático-pedagógicos e corpo docente. Devido à dependência ao resultado do Enade, o CPC é calculado e divulgado no ano seguinte ao da aplicação deste exame, de acordo com o calendário que faz parte do edital a cada ano (BRASIL, 2015).

As críticas envolvendo o CPC baseiam-se em dois fatos principais: primeiro nas medidas que são quantitativas e padronizadas, ou seja, estáticas, perdendo, assim, a riqueza e a complexidade que envolvem os cursos e as IES, como são consideradas pela Avalies¹⁸ e na Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG); segundo, por não deixar espaço à academia e à sociedade para perceberem a importância dos indicadores Avalies e ACG. O CPC ainda tem outro agravante: o Enade influencia 55% do seu resultado, pois a prova tem peso 20% e o IDD tem peso de 35%, sendo que o IDD é calculado pela diferença entre a nota do aluno entrante e a nota obtida no Enade (FERNANDES; GRIBOSKI; MENEGHEL, 2017).

Observamos a interdependência entre os indicadores de qualidade: o resultado do Enade impacta no resultado do CPC e o resultado do CPC irá impactar no resultado do ICG, sobre o qual veremos a conceituação no próximo tópico.

3.2.4 Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)

O Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) agrupa em um único indicador “[...] a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de cada universidade, centro universitário ou faculdade do país” (BRASIL, 2010). Para ter o IGC calculado, é imprescindível que a IES possua “[...] ao menos um curso com estudantes concluintes inscritos no ENADE no triênio de referência”, tendo já sido calculado o CPC (BRASIL, 2019).

¹⁸ A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) é efetivada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). É realizada por avaliadores que conferem, *in loco*, as atividades desenvolvidas na Instituição de Ensino Superior (IES). Para isso, tomam-se por base diversos indicadores de qualidade previstos nos eixos e respectivas dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio do Instrumento de Avaliação Institucional Externa e a Nota Técnica DAES/Inep nº 025/2015 (UNIBAVE, 2019).

“O IGC é resultado da média ponderada dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) da graduação no triênio de referência e dos Conceitos da Capes dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Instituição de Educação Superior” (BRASIL, 2015).

A divulgação do IGC abrangendo a escala de um a cinco é anual e efetuada pelo Inep/MEC após a divulgação do Enade, seguindo o calendário disponibilizado às IES por meio de edital divulgado a cada ano pelo Inep. Importante salientarmos que o IGC é utilizado como critério de aceite nos processos de credenciamento e reconhecimentos das IES, bem como para a autorização de novos cursos. Em decorrência, as IES com resultado inferior a três podem ter seus pedidos indeferidos pelo MEC. As IES com bons desempenhos de IGC ficam dispensadas de autorização pelo MEC quando necessitarem abrir novos cursos (BRASIL, 2010).

O IGC também é utilizado como parâmetro para que a IES tenha acesso aos incentivos governamentais à educação, tal como o Fies. No caso de universidades e centros universitários, uma boa avaliação do IGC garante-lhes a autonomia institucional. O pedido de aumento de vagas dos cursos também leva em consideração o IGC e o processo de pedido de credenciamento de Polo EaD e novos câmpus inclusive.

3.2.5 Censo da Educação Superior

O Censo da Educação Superior é considerado o instrumento de pesquisa mais completo sobre as IES, pois abrange os cursos de graduação e os sequenciais de formação específica, bem como informações sobre alunos e docentes. É realizado anualmente pelo Inep (BRASIL, 2018).

“O Censo é um instrumento independente que carrega grande potencial informativo, podendo trazer elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, para o Estado e para a população em geral” (GOMES, 2018). As informações contidas nesse Censo proporcionam uma visão detalhada sobre a situação e as tendências da Educação Superior (BRASIL, 2018).

Por essa razão, “[...] os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis ao entendimento da instituição e do sistema”. Os dados obtidos pelo Censo fazem parte de um conjunto de análises e estudos para a avaliação da IES, de forma interna

e externa, contribuindo para a “[...] construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior” (GOMES, 2018).

As estatísticas educacionais produzidas oferecem aos usuários informações sobre ingressos, matrículas, concluintes, vagas, dados de financiamento estudantil, recursos de tecnologia assistida disponíveis às pessoas com deficiência, entre outros. Como forma de aprimorar a qualidade das análises realizadas, o Censo traz as informações de alunos e profissionais individualmente. Ou seja, permite que as políticas do setor e seus participantes sejam acompanhados de maneira minuciosa. O Censo ainda subsidia o planejamento e a avaliação de políticas públicas, além de contribuir no cálculo de indicadores de qualidade como o Cálculo Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). (BRASIL, 2018).

O Censo, como se observa, é importante instrumento não só para a avaliação como para a regulação da Educação Superior, pois traz consigo informações valiosas para a análise evolucionária da Educação Superior (demanda *versus* oferta de cursos *versus* quantidade de IES *versus* quantidade/qualidade docente). Como salientado por Gomes (2018) e pelo Inep (2018), essas informações são essenciais para a sociedade como um todo.

Os dados para compor o Censo são postados em sistema próprio, chamado Censup. Quem posta os dados do censo são os próprios representantes da IES, designados para esse fim. O cronograma para a inserção dos dados do Censo está sempre com datas do ano subsequente aos dados que devem ser postados. Dessa forma, em 2019, as IES postaram os dados do Censo 2018, que abrangem diversos dados, tais como: base de estudantes (calouros e veteranos), formandos, horas das matrizes curriculares vigentes, corpo docente com seu respectivo regime de trabalho e titulação, dados de infraestrutura da IES, dados do acervo bibliográfico, dados quanto aos cursos que a IES oferta, entre outros.

Para atender ao objetivo geral dessa tese, analisaremos um dos dados presentes no Censo anual das IES, que é a base de ingressantes, para, por meio dela, calcularmos o *market share* da IES e gerar uma comparação com seu IGC ano contra ano. A base que iremos analisar do Censo compreende os anos de 2009 até 2017, sendo esse o último censo divulgado, visto que o Censo de 2018 foi postado e finalizado pelas IES no sistema Censup no mês de junho de 2019.

Importa salientar que a presente tese não busca aprofundar-se na forma como os indicadores de qualidade são medidos ou calculados, mas a relação deles com o *market share* da IES e com as notícias da mídia e a representação social formada.

3.3 RANKING ACADÊMICO: MITO OU REALIDADE?

O *ranking* acadêmico é tratado com muita seriedade por todo o mundo. A excelência da Educação Superior é uma busca incessante por parte das universidades, independentemente do país. Segundo Calderón, Matias e Lourenço (2014, p. 231), o *ranking* acadêmico

[...] além de envolver o ranqueamento de IES, permite tomar como referências outros indicadores mais específicos, como cursos de graduação, cursos de pós-graduação, grupos e instituições de pesquisa científica, egressos e empregabilidade, transferência de conhecimento, inovação tecnológica, projeção internacional, entre outros.

O primeiro *ranking* efetuado foi o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU, 2015), publicado em junho de 2003, pelo Centro de Universidades de Classe Mundial (CWCU), Escola Superior de Educação da Universidade de Jiao Tong, de Xangai, na China. O objetivo inicial era encontrar a posição ocupada pelas universidades chinesas em caráter mundial. Os indicadores usados para a construção desse *ranking* estão descritos no Quadro 1.

A ARWU (2015) classifica anualmente mais de 1.200 universidades, das quais apenas 500 são consideradas as melhores no *ranking*, gerando a publicação. A influência da ARWU deve-se à sua metodologia, a qual é considerada cientificamente sólida, estável e transparente, avaliando as universidades de forma criteriosa e utilizando diversos indicadores de desempenho da pesquisa.

A Universidade de São Paulo encontra-se na posição 101-150; a Universidade do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual Paulista e a Universidade Estadual de Campinas encontram-se na posição 301-400; a Universidade Federal de Minas Gerais e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontram-se na posição 401-500 da ARWU (ARWU, 2015).

Quadro 1 – Indicadores *Ranking Academic Ranking of World Universities*

INDICADORES	DESCRIÇÃO DO INDICADOR
Número de egressos vencedores de prêmios mundiais (Nobel e Medalha Field)	<p>Prêmio Nobel: Prêmio internacional, conferido anualmente aos indivíduos que contribuíram de maneira relevante e significativa nos campos da Física, Química, Medicina, Economia, Literatura e Paz. O prêmio leva o nome do sueco Alfred Bernhard Nobel (1833-1896), o inventor da dinamite, que, em testamento, decidiu doar sua fortuna para premiar os que contribuíram em benefício da humanidade (DICIO, 2019).</p> <p>A medalha Fields, popularmente conhecida como “Nobel da matemática”, é um prêmio quadrienal para matemáticos com feitos de carreira extraordinários, a possibilidade de façanhas futuras e que tenham no máximo 40 anos. A premiação, a maior da área, ocorre desde 1936 e é dada durante o Congresso Internacional de Matemáticos. A medalha é forjada a ouro 14 quilates e vale aproximadamente 15 mil reais. Em um de seus lados, está gravado o rosto de Arquimedes, um dos maiores matemáticos da história. Ele era conhecido por usar o conhecimento na área de forma aplicada. É atribuída a ele a famosa expressão “eureka”, utilizada para momentos de descobertas epifanias. Também na frente do objeto, há a inscrição em latim <i>Transire suum pectus mundoque potiri</i>, que significa “superar os limites da inteligência e conquistar o universo”. Já no verso da medalha, encontra-se a inscrição, também latina, <i>Congregati ex toto orbe mathematici ob scripta insignia tribuere</i>, que significa “Reunidos, matemáticos de todo o mundo a concedem [a medalha] por escritos notáveis”. Além da medalha propriamente dita, os vencedores recebem 15 mil dólares canadenses (cerca de R\$ 43 mil), um valor pequeno quando comparado à premiação em dinheiro do Nobel, cerca de US\$ 1,1 milhão (aproximadamente R\$ 4 milhões) hoje. (FOLHA DE S.PAULO, 2018).</p>
Número de pesquisadores selecionados pela Thomson Reuters	<p>A Thomson Reuters oferece o conhecimento, a tecnologia e os especialistas de que você precisa para encontrar respostas confiáveis. O objetivo é respaldar os profissionais dos setores financeiro e de risco; jurídico; fiscal, contábil e de gestão do comércio exterior; e de mídia, para tomarem suas decisões mais importantes, todos movidos pela organização de notícias mais confiáveis do mundo. No Brasil, a <i>Thomson Reuters</i> conta com uma equipe de cerca de 2200 colaboradores e opera localmente com uma suíte completa e integrada que reúne marcas muito reconhecidas e confiáveis, incluindo <i>Reuters News</i> no segmento de notícias; <i>Revista dos Tribunais</i>, <i>ProView™</i> e <i>Legal One</i> como soluções voltadas ao mercado jurídico profissional e corporativo; AUMENTUM, para simplificar a gestão de serviços públicos; ONESOURCE (com a chancela da Mastersaf), CHECKPOINT e soluções Domínio Sistemas para os mercados fiscal, tributário e contábil; ONESOURCE Global Trade (<i>Powered by Softway</i>) para a gestão de comércio exterior; e EIKON e ACCELUS para o mercado financeiro, de risco corporativo e <i>compliance</i> (THOMSON REUTERS, 2019).</p>
Número de artigos publicados na revista <i>Nature</i>	<p>A <i>Nature</i> é o principal periódico semanal internacional de ciência. Publicado pela primeira vez em 1869 – para periódicos de assinaturas seletivas específicas, incluindo <i>Nature Genetics</i> e <i>Nature Physics</i> e revistas de acesso amplo como <i>Nature Communications</i> e <i>Scientific Reports</i>. Temos o compromisso de fornecer mais opções para autores na área de acesso aberto também. No início de 2018, três novos periódicos multidisciplinares de acesso aberto de alta qualidade e seletivos publicaram seus primeiros trabalhos: Biologia das Comunicações, Química das Comunicações e Física das Comunicações. Gráficos de alta qualidade e conteúdo aprimorado fornecem contexto e explicação, qualquer que seja sua disciplina (NATURE, 2019).</p>

Número de artigos publicados na revista <i>Science</i>	A Revista <i>Science</i> é uma revista científica considerada como uma das revistas científicas mais consideradas no mundo. É mantida pela <i>American Association for the Advancement of Science</i> (AAAS), a qual procura “avançar ciência, engenharia e inovação em todo o mundo para o benefício de todas as pessoas”. Para cumprir essa missão, o Conselho da AAAS definiu os seguintes objetivos gerais: Melhorar a comunicação entre os cientistas, engenheiros e o público; Promover e defender a integridade da ciência e seu uso; Fortalecer o apoio à empresa de ciência e tecnologia; Dar voz à ciência em questões sociais; Promover o uso responsável da ciência nas políticas públicas; Fortalecer e diversificar a força de trabalho em ciência e tecnologia; Fomentar a educação em ciência e tecnologia para todos; Aumentar o envolvimento do público com a ciência e tecnologia; e Avançar a cooperação internacional em ciência (AAAS, 2019).
--	---

Fonte: a autora, com base em DICIO (2019); Folha de São Paulo (2018); Thomson Reuters (2019); Nature (2019); AAAS (2019).

Outro *ranking* de universidades internacional é o *QS World University Rankings*. A QS conecta altos realizadores das comunidades de pós-graduação, MBA e executivos de todo o mundo com as principais escolas de negócios, departamentos de pós-graduação em universidades e com os empregadores, por meio de *sites*, eventos, guias eletrônicos e soluções técnicas. Também organiza os maiores eventos de educação empresarial do mundo, o *QS World MBA Tour*, o *QS World Executive MBA Tour* e o principal evento de informação de pós-graduação, o *QS World Grad School Tour*, entre uma extensa gama de produtos, incluindo publicações impressas e *on-line* e *softwares* de soluções (QS TOP UNIVERSITIES, 2019).

As universidades são avaliadas, segundo *QS Top Universities* (2018), com as seguintes métricas:

- 1) Reputação acadêmica: cujo peso percentual é de 40%, sendo resultado de pesquisa acadêmica que reúne as opiniões de especialistas de mais de 80.000 pessoas no espaço da Educação Superior em relação à qualidade do ensino e da pesquisa nas universidades do mundo. É um meio inigualável de medir o sentimento na comunidade acadêmica.
- 2) Reputação do empregador: peso percentual de 10%, baseia-se em mais de 40.000 respostas à Pesquisa de Empregadores da QS, a qual solicita aos empregadores que identifiquem as instituições de onde obtêm os graduados mais competentes, inovadores e eficazes.
- 3) Relação Docente/Estudante: peso percentual de 20%. A qualidade do ensino é tipicamente citada pelos alunos como a métrica de maior

importância para eles quando se comparam as instituições usando um *ranking*. É notoriamente difícil de medir, mas são medidas as proporções de professor/aluno, medida esta mais eficaz para o ensino de qualidade. Avalia, ainda, até que ponto as instituições são capazes de fornecer, aos alunos, acesso significativo a professores e tutores, reconhecendo que um grande número de membros do corpo docente por aluno reduzirá a carga de ensino de cada acadêmico individualmente.

4) Citações por Docente: o ensino é um dos principais pilares da missão de uma instituição. Ao medir a qualidade da pesquisa institucional, usa a métrica Citação por Docente, o número total de citações recebidas por todos os trabalhos produzidos por uma instituição em um período de cinco anos pelo número de docentes dessa instituição.

5 e 6) Índice da Faculdade Internacional e Índice internacional de estudantes: ambas possuem peso de 5%; uma universidade altamente qualificada internacionalmente adquire e confere uma série de vantagens. Esse fator demonstra capacidade de atrair professores e alunos de todo o mundo, o que, por sua vez, sugere que possui forte marca internacional. Implica uma perspectiva altamente global: essencialmente para instituições que operam em um setor da educação superior internacionalizado. Também proporciona aos alunos e funcionários um ambiente multinacional, facilitando o intercâmbio de melhores práticas e crenças. Ao fazê-lo, proporciona aos alunos simpatia internacional e consciência global: habilidades sociais cada vez mais valiosas para os empregadores. Para analisar, é efetuada uma janela de publicação de cinco anos para artigos e, em seguida, analisa-se uma janela de citações de seis anos; refletindo o fato de que leva tempo para que a pesquisa seja efetivamente disseminada.

Vale destacar que esses indicadores de qualidade das IES enquadram-se no que Calderón, Matias e Lourenço (2014) argumentam sobre a *performance* e comodificação¹⁹ do mercado educacional. A comodificação é definida como uma

¹⁹ O termo “comodificação” foi empregado pelos autores Calderón, Matias e Lourenço com base na definição de Fairclough (2001 *apud* CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014, p. 233).

organização das questões educacionais conforme os processos de “produção, distribuição e consumo de mercadorias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255 *apud* CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014, p. 234). Já a *performance* relaciona-se à produtividade e ao rendimento das IES, ou seja,

[...] a performatividade torna-se um elemento inerente ao mercado educacional, e impregna-se igualmente nas avaliações da educação superior por meio de rankings acadêmicos. Dessa forma, a comodificação e a performatividade podem ser visualizadas nos impactos gerados pelos rankings, ganhando concretude nos meios de divulgação das IES e nas expressões usadas nas propagandas, nos discursos favoráveis dos dirigentes e acadêmicos, que acabam consagrando, direta ou indiretamente, a competitividade como elemento indutor de qualidade no mercado educacional. (CALDERÓN; MATIAS; LOURENÇO, 2014, p. 235).

Dessa forma, algumas IES brasileiras já alcançaram essa comodificação e performatividade, de acordo com organizações internacionais, como o *QS World University Rankings*, que divulgou em 2019 o *ranking* de 2018, elencando dez universidades brasileiras (QUADRO 2).

Quadro 2 – Universidades brasileiras elencadas pelo *ranking* da *QS World University*

Posição	Nome da Universidade
118	Universidade de São Paulo (USP)
204	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
361	Universidade Federal do Rio de Janeiro
464	Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
491	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)
531-540	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)
601-650	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRio
601-650	Universidade Federal de Minas Gerais
601-650	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
701-750	Universidade Federal de São Carlos

Fonte: G1 (2018).

Ao falarmos em *ranking*, é interessante exemplificar, de acordo com o G1 (2018), as cinco universidades consideradas as TOPs mundiais pela QS:

- 1) Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) – Estados Unidos.
- 2) Universidade de Stanford – Estados Unidos.
- 3) Universidade de Harvard – Estados Unidos.
- 4) Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) – Estados Unidos.
- 5) Universidade de Oxford – Reino Unido.

No Brasil, existem dois tipos de *rankings* das IES, sendo o primeiro o de iniciativa pública, criado em 2008 pelo MEC, abrangendo o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar do Curso (CPC); o segundo tipo abrange os *rankings* criados de acordo com a “regulação do mercado ou quase mercado da educação superior”, envolvendo o “*Ranking* Universitário Folha²⁰ (RUF) (Jornal Folha de São Paulo) criado em 2012, e as classificações do Guia do Estudante da Editora Abril²¹, elaboradas a partir de 1986” (ABMES, 2018).

A projeção futura é alcançar maior visibilidade internacional nas IES. Há o Projeto de Lei nº 158/2017, cujo objetivo é dar forma ao Programa de Excelência das Universidades e dos Institutos de Pesquisa Brasileiros em Pesquisa e Desenvolvimento, cujo objetivo é qualificar IES “[...] para que alcancem maior visibilidade internacional e exerçam, com maior protagonismo, a produção de conhecimento, ciência, desenvolvimento e inovação, em consonância com as necessidades objetivas e aspirações da sociedade” (ABMES, 2018).

Lembrando que um dos eixos principais de execução do Programa é “apoiar centros ou grupos de excelência em pesquisa básica ou aplicada capazes de projetar universidades brasileiras como universidades de excelência mundial, de modo a criar as condições e o ambiente necessários para a inovação e P&D no país”. Trata-se de uma iniciativa altamente focalizada, que prevê a seleção de projetos tendo como um dos requisitos a adequação das propostas aos padrões internacionais adotados pelos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (OCDE) (ABMES, 2018).

²⁰ O Ranking Universitário Folha (RUF) é uma avaliação anual da Educação Superior do Brasil feita pela Folha desde 2012. Há dois produtos principais: o *ranking* de universidades e os *rankings* de cursos. No *ranking* de universidades, estão classificadas as 196 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. No *ranking* de cursos, é possível encontrar a avaliação de cada um dos 40 cursos de graduação com mais ingressantes no Brasil de acordo com o último Censo da Educação Superior disponível, como Administração, Direito e Medicina, a partir de dois indicadores: ensino e mercado. Nos *rankings* de cursos, são avaliados universidades, centros universitários e faculdades. Os dados que compõem os indicadores de avaliação do RUF são coletados pela Folha nas bases do Censo da Educação Superior do Inep-MEC, Enade, SciELO, *Web of Science*, Inpi, Capes, CNPq, fundações estaduais de fomento à ciência e em duas pesquisas anuais feitas pelo Datafolha (RUF, 2019).

²¹ A avaliação efetuada pelo Guia do Estudante envolve uma pesquisa de opinião feita, basicamente, com professores e coordenadores de curso. Eles emitem conceitos que permitem classificar os cursos em bons (três estrelas), muito bons (quatro estrelas) e excelentes (cinco estrelas) (GUIA DO ESTUDANTE, 2017).

Do exposto, conclui-se que o *ranking* acadêmico, apesar de no Brasil ainda estar em desenvolvimento, conta com metodologias criadas pelas esferas pública e privada, esta última voltada ao mercado de trabalho. Muito precisa ser feito na busca pela excelência da Educação Superior brasileira, mas há de se considerar que a história científica do Brasil, prognosticada pelas IES, possui pouco mais de um século. O próprio Prêmio Nobel é mais antigo que a primeira universidade brasileira, aliás, o prêmio foi criado dois anos após a Proclamação da República.

O Brasil, apesar de sua parca experiência na produção acadêmica, possui universidades entre as 200 melhores colocadas no mundo, o que quer dizer que há potencial. Entretanto, o problema da morosidade do Poder Legislativo é gritante e ainda há muito o que fazer sobre a burocracia que comanda a esfera pública.

3.4 MARKET SHARE NAS IES: CRESCIMENTO E ADOÇÃO

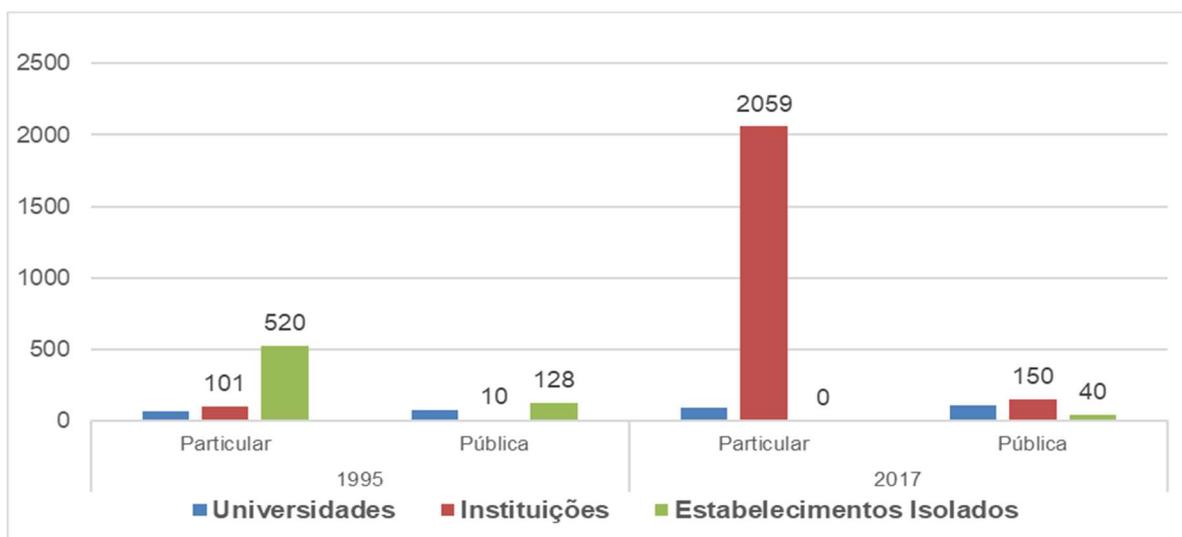
O *marketing*, em sua definição mais atualizada, é concebido como “[...] o processo de planificação e execução da concepção, preço, comunicação e distribuição de ideias, produtos e serviços, para criar intercâmbios que satisfaçam os indivíduos e os objetivos da organização” (HAINES, 2016, p. 9).

O uso desse processo pela IES privadas teve seu início no Brasil, principalmente, considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 209, regulamentou a ação privada no Ensino Superior e incentivou a mercantilização do setor, as quais passaram a adotar estratégias e ferramentas de *marketing*, como o *market share*.

O objetivo das IES, na atualidade, segundo Haines (2016), foi estratificado entre a qualidade de ensino e a lucratividade. Os estudantes são vistos como clientes e os professores como funcionários e fornecedores de conhecimento. A busca incessante por lucro da iniciativa privada justifica-se pela própria sobrevivência no mercado, afinal não é amparada pelo poder público, mas, sim, pela regulação do mercado e, em consequência, por angariar recursos financeiros pela comercialização de seus produtos e/ou serviços. Outro detalhe, de relevante importância, é o fato de que quando houve a liberação da entrada da iniciativa privada na Educação Superior, o crescimento das IES se multiplicou.

Como indicam os dados do Gráfico 1, o crescimento das IES particulares, em especial das faculdades, alcançou mais de 2000% no período de 1995 a 2017, o que representou no total mais de 300%. No mesmo período, o crescimento das IES públicas, no total, representou apenas 40%.

Gráfico 1 – Crescimento das IES particulares e públicas (1995-2017)



Fonte: a autora, com base nos dados fornecidos pelo Inep (1995-2017).

Por essa razão, as estratégias de *marketing* tornaram-se tão importantes para as IES, em especial o *market share*, que significa a participação de mercado.

O objetivo do *marketing* é definido como estados ou resultados de comportamentos desejados, tornando-se uma medida de eficiência do processo de conversão de recursos (ACKOFF, 1970; HAINES, 2016).

O mercado (*market*) é concebido por um lugar real ou nominal em que operam forças de demanda e oferta e no qual compradores e vendedores interagem (diretamente ou por intermediários) para negociar bens, serviços, contratos ou instrumentos, por dinheiro ou permuta. Sob o aspecto econômico, o mercado envolve o acúmulo de compradores e vendedores, em que a concorrência entre compra e venda é estabelecida. Tradicionalmente, concebe-se o *market* como um lugar em que ocorre a compra e a venda, mas economicamente o *market* não é delimitado por lugar. As teorias econômicas definem o *market* de acordo com o produto e/ou serviço

comercializado, como, por exemplo, mercado do ouro, mercado de peixe, mercado do arroz, mercado das telecomunicações, entre outros.

No presente caso, o foco é o mercado da Educação Superior, o qual envolve competitividade acirrada pela elevada quantidade de concorrentes, abrangendo a esfera pública e privada.

Existem três variáveis de participação no mercado, segundo Kotler e Keller (2012, p. 308), para analisar o potencial de ameaça da concorrência:

1. Participação de mercado (*market share*): identificar e quantificar a participação da concorrência no mercado-alvo.
2. Participação na mente dos consumidores (*share of mind*): envolve o percentual de clientes que mantêm na mente, em primeiro lugar, o concorrente. É a resposta para a pergunta “Cite a primeira empresa que lhe vem à mente nesse setor”.
3. Participação na preferência dos consumidores (*share of heart*): refere-se ao percentual de preferência do cliente frente ao concorrente. A resposta para a pergunta “Cite a empresa da qual você prefere comprar esse produto”.

Definimos *market share*, participação de mercado, como a porcentagem de um mercado (definido em termos de unidades ou receita), contabilizado por uma entidade específica. Os profissionais de *marketing* das IES precisam ser capazes de traduzir as metas de comercialização dos seus serviços em participação de mercado, porque isso demonstrará se as previsões devem ser atingidas pelo crescimento com o mercado ou pela captura de participação dos concorrentes. A participação de mercado é monitorada de perto em busca por toda a concorrência, e qualquer sinal de mudança no cenário competitivo conduz ao planejamento de ações estratégicas ou táticas pela concorrência (FARRIS *et al.*, 2010).

Assim, a participação de mercado torna-se um indicador-chave da competitividade do mercado, demonstrando quão bem uma empresa está indo contra seus concorrentes. Essa métrica, complementada por mudanças na receita de vendas, ajuda os gerentes a avaliar a demanda primária e seletiva em seu mercado. Isto é, permite-lhes avaliar não apenas o crescimento total ou o declínio do mercado, mas também as tendências nas seleções dos clientes entre os concorrentes (FARRIS *et al.*, 2010).

Geralmente, o crescimento de vendas resultante da demanda primária (crescimento total do mercado) é menos dispendioso e mais lucrativo do que o obtido pela captura de participação de concorrentes. Por outro lado, as perdas na participação de mercado podem sinalizar sérios problemas de longo prazo, que exigem ajustes estratégicos. Empresas com cotas de mercado abaixo de um determinado nível podem não ser viáveis. Da mesma forma, dentro da linha de produtos/serviços de uma empresa, as tendências de participação de mercado para produtos/serviços individuais são consideradas indicadores antecipados de oportunidades ou problemas futuros (FARRIS *et al.*, 2010).

Para a construção do *market share* (FARRIS *et al.*, 2010), percentual de um mercado contabilizado por uma empresa específica, é preciso identificar:

- Participação de mercado unitária: as unidades vendidas por uma determinada empresa, como porcentagem das vendas totais do mercado, medidas nas mesmas unidades.
- Aplicar a fórmula: participação de mercado unitária (%) = $100 \times \text{Vendas unitárias (\#)} \div \text{Vendas unitárias totais de mercado (\#)}$.

Essa fórmula, é claro, pode ser reorganizada para derivar as vendas unitárias ou as vendas totais da unidade de mercado das outras duas variáveis, conforme ilustrado a seguir:

Fórmula 2 – $\text{Vendas unitárias (\#)} = \text{Participação de mercado unitária (\%)} \times \text{Vendas unitárias totais de mercado (\#)} \div 100$.

Fórmula 3 – $\text{Vendas unitárias totais de mercado (\#)} = 100 \times \text{Vendas unitárias (\#)} \div \text{Cota de mercado unitária (\%)}$.

- Participação de mercado da receita: a participação de mercado da receita é diferente da cota de mercado unitária, à medida que reflete os preços em que as mercadorias são vendidas. Na verdade, uma maneira relativamente simples de calcular o preço relativo é dividir a participação de mercado da receita pela participação de mercado da unidade.

Aplicar a fórmula: $\text{Participação no mercado de receita (\%)} = 100 \times \text{Receita de vendas (\$)} \div \text{Receita total de vendas no mercado (\$)}$.

Tal como acontece com a cota de mercado da unidade, esta equação para a cota de mercado da receita pode ser reorganizada para calcular a receita

de vendas ou a receita total de vendas do mercado das outras duas variáveis (FARRIS *et al.*, 2010).

Considerando as variáveis elencadas por Farris *et al.* (2010), resta identificar como o cálculo se daria no contexto brasileiro.

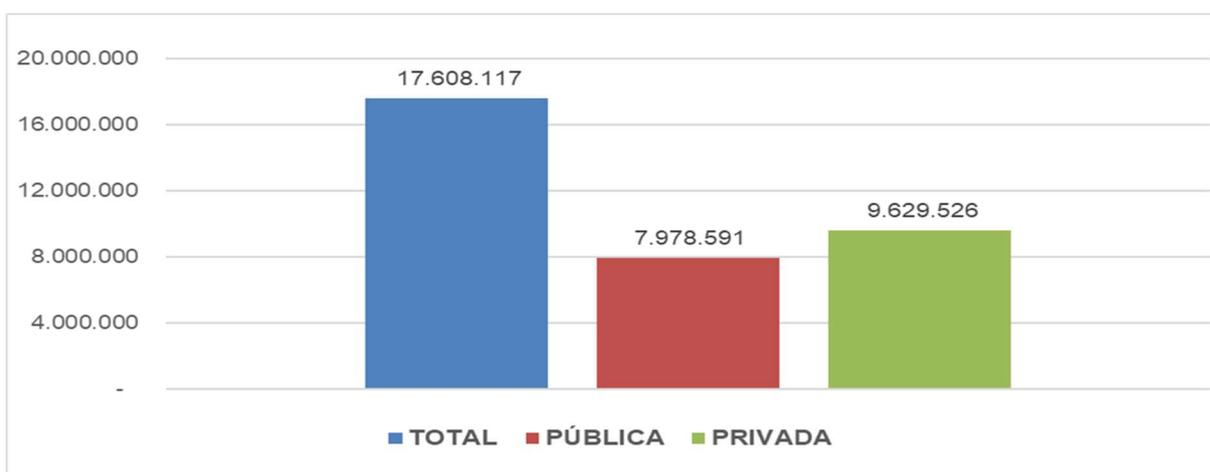
No Brasil, em 2017, conforme dados do Inep (2017) apresentados no Gráfico 2, o mercado das IES (públicas mais privadas) totalizam:

- Total Geral: 2.448 IES.
- Total de Universidades: 199.
- Total de Instituições (Centros Universitários e Faculdades): 2.209.
- Total de Estabelecimentos (Centros de Educação Tecnológica): 40.

Esse é o mercado concorrencial de uma IES no Brasil, e tais números serão alterados considerando-se a localidade da IES, motivadora da pesquisa de *market share*.

Quando falamos em *market share*, é necessário analisar a demanda sobre o *share* que se pretende estratificar. No Gráfico 2, os dados indicam que a demanda para as IES em 2017 foi de mais de 17 milhões de estudantes. Importa lembrar que o mercado das IES não envolve apenas a graduação, mas, sim, cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e cursos presenciais.

Gráfico 2 – Total de inscritos nas IES em 2017



Fonte: a autora, com base nos dados fornecidos pelo Inep (2017).

Quanto ao número de matrículas ofertado, um total geral de 8.286.663, das quais 2.045.356 ofertadas pelas IES públicas e 6.241.307 pelas IES privadas (CENSO, 2017).

Hipotetizando que uma IES ofereça 5.000 vagas, a sua participação no mercado, segundo a demanda nacional total, é:

Aplicação da fórmula:

Participação de mercado unitária (%) = 100×5.000 (total matrículas ofertadas) \div 8.286.663 (total matrículas demandadas) = 0,06% o *market share* no contexto brasileiro.

Atualmente, grande parte das empresas não utiliza mais o *market share*, mas, sim, o *customer share* (participação do cliente), devido ao fato de a medição da participação do mercado não possuir acurácia e, em algumas vezes, enganosa, como, por exemplo:

[...] se tenho uma participação de 10% do mercado do produto X, isso não significa que todos os consumidores comprem 10% de minha marca e o resto das outras. A realidade mostra que pode ser o contrário, ou seja, que 10% dos clientes consomem 100% de minha marca ou 20% consomem 50% de minha marca. (COBRA; BREZZO, 2010, p. 90).

É verdade que para as empresas que fornecem produtos, a medição pode ser diferente, buscando uma identificação mais precisa de seus clientes. Entretanto, para as IES, o cliente é único: o aluno com o Ensino Médio concluído. Esse cliente não possui delimitações – independentemente de idade, sexo, *status quo*, crença, raça, entre outros. O único delimitador é o poder aquisitivo deste para bancar os custos do fornecimento de serviços propostos pela IES – ensino de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Assim, podemos hipotetizar uma clientela total para as IES, de acordo com a pirâmide etária, considerando o *range* de 18 a 80 anos. Projetada para 2018, pelo IBGE, tem-se:

- Total de homens: 64.788.092.
- Total de mulheres: 69.082.166.
- Demanda total: 133.870.258.

Compreende-se, então, que a quantidade total de possíveis clientes para as IES por ano é de mais de 133 milhões de alunos.

No próximo capítulo, abordaremos a Teoria das Representações Sociais e pretendemos atender ao previsto no objetivo geral dessa tese, qual seja, compreender a relação entre Indicadores de Qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição.

4 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: INCIDÊNCIA DA COMUNICAÇÃO E OS PROCESSOS DE ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO

O propósito desse capítulo é embasar as discussões desta tese no campo das representações sociais, levando em consideração o nosso objetivo geral: “Compreender a relação entre Indicadores de Qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição”.

O presente capítulo apresenta os principais fundamentos teórico-epistemológicos da Teoria da Representação Social (TRS), sua evolução e a influência de diversas áreas científicas, tendo como base as formulações de Jodelet (2001), Umaña (2002), Gerken (2002), Villas Bôas (2004), Pérez (2004), Patriota (2007), Moscovici (2011), Rateau (2012) e Santos; Dias (2015).

A TRS oportuniza o entendimento sobre o comportamento das pessoas, a percepção destas sobre determinado assunto ou situação, não se limitando às circunstâncias particulares da interação, porquanto transcende ao quadro cultural e às estruturas sociais mais amplas, como as estruturas de poder e subordinação, pressupondo o senso comum como conhecimento que se transforma pela ação da divulgação de outros conhecimentos, como do científico, os quais contribuem para os modos particulares de grupos se comportarem, possibilitando a compreensão do comportamento humano e de fenômenos sociais (UMAÑA, 2002).

4.1 FORMAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Analisar a realidade social mediante a ótica da TRS possibilita a compreensão da origem e das dinâmicas que acontecem em um dado tempo em um grupo, pelas relações sociais que nele ocorrem, no que essa teoria viabiliza traduzir como os indivíduos percebem seu entorno e a si mesmos, porquanto coautores por essas construções (MOSCOVICI, 2011).

A TRS foi apresentada por Serge Moscovici, em 1961, com a publicação do livro *La psychanalyse, sonimage et sonpublic*. Desde sempre, Moscovici (2000/2010) reconheceu os efeitos das leituras e reflexões que realizou sobre seus antecessores e contemporâneos, destacando e discutindo as proposições de Emile Durkheim, Lévi-

Bruhl, Sigmund Freud, Jean Piaget, para propor claramente como sua teoria diferencia-se conceitualmente das demais. Ademais, desde o início, evidenciou os múltiplos efeitos das diversas modalidades de comunicação para a constituição da subjetividade²² individual e da compartilhada pelos membros de um grupo, em um dado momento histórico.

No jubileu de ouro de sua obra inicial, a comunidade internacional, convidada para a VII Jornada Internacional de Representações Sociais (JIRS, realizada em Vitória – AL), analisou a importância da obra de Moscovici como pensador social (WOLTER, 2011, p. 21- 29), a origem do conceito representação social (JESUÍNO, 2011, p. 33-57), a fecundidade de sua obra (JODELET, 2011, p. 199- 223); o alcance, o impacto e as ramificações das representações sociais (PHILOGENE, 2011, p. 371-389), entre outros aspectos, textos esses publicados na obra organizada por Almeida, Santos e Trindade (2011).

Moscovici (2011), em seu trabalho situado no campo da Psicologia Social, indica que diferentes áreas do conhecimento serviram de base à elaboração de sua teoria, as quais foram sintetizadas por Umaña (2002, p. 20) em quatro:

[...] Emile Durkheim e seu conceito de representações coletivas; Lucien Lévy-Bruhl e seu estudo sobre funções mentais em sociedades primitivas; Jean Piaget e seus estudos sobre a representação do mundo em meninas e as teorias de Sigmund Freud sobre a sexualidade infantil.

Para que possamos compreender a Teoria da Representação Social, é importante destacarmos aspectos das teorias que influenciaram a proposição de Moscovici. Dessa forma, vamos assinalar os principais aspectos de cada uma delas na sequência. Não é nosso objetivo a discussão em profundidade dessas teorias, mas o de apresentarmos as principais contribuições de cada uma delas para a TRS.

Dos estudos de Emile Durkheim, sociólogo francês, Moscovici empresta e dá uma nova configuração ao conceito de representações, a qual transcende a filosofia positivista de Durkheim, contudo, Moscovici (2011) ressalta a essência sociológica

²² Banchs (2002) analisa a posição da TRS a respeito do sujeito e o papel dela na construção do sujeito e da realidade. BANCHS, Maria A. Reflexiones en torno a la arista subjetiva de las representaciones sociales. **Psicologia da Educação**, São Paulo, v. 14/15, p. 39-64, 1º e 2º sem. 2002.

para explicar os fenômenos sociais, tangenciada por outras forças não consideradas por Durkheim, como ele mesmo afirma:

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância continua a crescer, em proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – as ciências, religiões e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. **Os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência**, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais (MOSCOVICI, 2011, p. 48. Grifo nosso).

A busca de Moscovici (2011) na Antropologia e na Sociologia para explicar as representações sociais como fenômeno psicossocial segundo o viés da Psicologia Social contribuiu sobremaneira para a construção de sua teoria, “[...] possibilitando o novo olhar sobre os indivíduos e sobre suas interações sociais” (SANTOS; DIAS, 2015, p. 174).

Para esses autores, apoiados em Durkheim²³ (2007) e Quintaneiro²⁴ (2002),

Na concepção de Durkheim a representação coletiva ou social traduz o modo como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para entender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisa-se considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos, ou seja, as ações coletivas decidem o modo de agir, pensar, sentir das pessoas. (SANTOS; DIAS, 2015, p. 178).

Explicam Santos e Dias (2015, p. 178) que a representação coletiva, como concebida por Durkheim

²³ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007

²⁴ QUINTANEIRO, Tania. Émile Durkheim. In: QUINTANEIRO, Tania (Org.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002

[...] só existe quando é formada pelo todo, resultante da coercitividade, exterioridade, generalidade dos fatos sociais. Tal posicionamento reforça que as representações coletivas, ou sociais, são resultantes do coletivo e feito para o coletivo, pelo que as pessoas fora dos grupos sociais não passam de meros sujeitos isolados. Esta postura durkheimiana reforça que se as instituições sociais condenam certos modos de conduta dos indivíduos é porque estes desobedecem a alguns de seus sentimentos fundamentais. Logo, as representações individuais têm pouca ou nenhuma importância diante das relações coletivas exteriores.

Ao contrário do apresentado por Durkheim, como esclarece Moscovici (1978), as representações não são fatos sociais coletivos e, sim, construídas individualmente pelas interações entre sujeitos. Essa dedução, em parte, corrobora com a posição de Lévy-Bruhl (1857-1939), filósofo e sociólogo francês²⁵ para o qual as representações possuíam funcionamentos próprios e independentes. Em decorrência, essas representações coletivas poderiam ser identificadas por “[...] serem comuns aos indivíduos de um determinado grupo social, por serem transmitidas de geração em geração e por se imporem aos indivíduos e lhes provocarem, por exemplo, sentimentos de respeito, de crença, de adoração por seus objetos” (GERKEN, 2002, p. 3).

De acordo com Umaña (2002), Jean Piaget (1896-1980), também influenciado pelos estudos de Lévy-Bruhl, postulou que o pensamento da criança era essencialmente diferente, mas não inferior ao dos adultos. A contribuição desse epistemólogo²⁶ para o estudo de Moscovici envolve a especificidade das representações em termos psíquicos. Complementando, Moscovici (2011, p. 188) afirma que:

Piaget, contudo, distanciou-se de Lévy-Bruhl (e se aproximou de Durkheim e Freud) quando imaginou uma evolução contínua estendendo-se dessas representações “pré-lógicas” da criança, para as representações mais lógicas e individuais do adolescente.

As interações com o mundo físico e as realizadas com o auxílio da linguagem contribuem para a construção, isto é, para a psicogênese dos conhecimentos, a qual

²⁵ Lucien Lévy-Bruhl procurou elaborar uma ciência dos costumes. Dedicou-se principalmente aos estudos das sociedades chamadas primitivas, tendo por base a teoria sociológica durkheimiana.

²⁶ Na introdução de sua obra *A Epistemologia Genética*, Jean Piaget considera como significativa uma parte da mensagem encaminhada pela *American Psychological Association* ressaltando que essa “grande sociedade admitiu de bom grado que nossos trabalhos revestiam-se de uma dimensão psicológica, mas a título de *by product*, [...] reconhecendo que a intenção, no caso, era essencialmente epistemológica” (PIAGET, 1971, p. 8).

demanda uma elaboração contínua (PIAGET, 1971, p. 11) do pensamento, processos de construção. No entanto, Piaget estudou a construção da representação com base em uma perspectiva individual-social e não de seu desenvolvimento de grupo-social²⁷. Por esse motivo, segundo Moscovici (1978), suas contribuições são insuficientes como critérios para analisar situações sociais globais.

Apesar de a TRS não lidar especificamente com o inconsciente, a análise de Freud sobre o ser humano como ser social influenciou Moscovici (1978). Essa influência é evidente nos comentários da Psicanálise como objeto de conhecimento e como teoria geradora de diversas explicações sobre o sujeito e seu mundo social. Quando Moscovici (1978) adjetiva a representação como representação social, refere-a como um aspecto básico de sua teoria: “[...] toda representação social contribui para o processo de formação de comportamento e orientação das comunicações sociais, elemento que, sem dúvida, retomou a partir das contribuições de Freud” (UMAÑA, 2002, p. 24).

Porém, como destaca Moscovici (2011, p. 22):

As representações podem ser o produto da comunicação, mas também é verdade que, sem a representação, não haveria comunicação. Precisamente devido a essa interconexão, as representações podem também mudar a estabilidade de sua organização e estrutura depende da consistência e constância de tais padrões de comunicação, que as mantêm.

Moscovici (2011) percebe as diferenças e a necessidade de construir um conceito além do já identificado:

A teoria das representações sociais, por outro lado, toma, como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade. [...] As representações sociais se baseiam no dito: “Não existe fumaça sem fogo”. Quando nós ouvimos ou vemos algo nós, instintivamente, supomos que isso não é casual, mas que este algo deve ter uma causa e um efeito. Quando nós vemos fumaça, nós sabemos que um fogo foi aceso em algum lugar e, para descobrir de onde vem a fumaça, nós vamos em busca desse fogo. (MOSCOVICI, 2011, p. 79. Grifo do autor).

²⁷ Jesuino (2011, p. 46) evidencia que, desde 1961, a postura alternativa epistemológica de Moscovici foi a de recusar a oposição entre o individual e o social, por considerar esse dilema falso, não essencial e perigoso.

Essa causa e efeito, lembrada por Moscovici (2011), é na realidade a base para a presente tese, que toma como causa os indicadores de qualidade propalados pela imprensa e seu efeito de influência no *market share* das IES.

A seguir, são identificados os fatores que promovem a formação das representações sociais, abrangendo suas certezas e incertezas formativas.

4.2 HORIZONTE DAS CERTEZAS OU DAS INCERTEZAS?

Para compreender e explicar o mundo que rodeia o homem, é preciso estudar sua realidade social. Todos desejam entender os eventos, os comportamentos, as ideias e as trocas com os outros, procurando encontrar em torno deles certa coerência e estabilidade. Cada indivíduo procura explicar e entender o ambiente com o intuito de torná-lo mais previsível e controlável. No entanto, esse ambiente é composto de inúmeras situações e eventos e sofre uma multiplicidade de influências oriundas de outros indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, o indivíduo encontra-se sob pressão, com a necessidade contínua de tomar decisões em suas interações sociais, opinando sobre este ou aquele assunto ou, ainda, para explicar esse ou aquele comportamento que teve ou que observa. Em suma, o indivíduo está mergulhado em um ambiente no qual é bombardeado com infinitas informações, que exigem dele estrutura para lidar com tudo e com o todo (RATEAU *et al.*, 2012).

Esse horizonte de certezas e incertezas é o mundo vivenciado diariamente pelo homem, que sofre constantemente pressões e influências do ambiente e das interações sociais.

Na tentativa de dominar e entender o ambiente em que vive, o homem precisa reconstruí-lo à sua maneira. Esse processo de reconstrução é contínuo e constantemente repetido. Desde a mais tenra idade, a escola, a família, as instituições e os meios de comunicação buscam incutir no indivíduo certas maneiras de ver o mundo e de oferecer uma visão particular das coisas, apresentando uma construção pronta dele, com valores preestabelecidos e com categorias que o governam e governam os próprios princípios pelos quais o indivíduo o compreende (RATEAU *et al.*, 2012).

Em outras palavras, nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos. O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente; e o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, poder-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e a nossas necessidades e desejos. O que era tido como vieses cognitivos, distorções subjetivas, tendências afetivas obviamente existem. Como nós, todos estamos cientes disso, mas eles são concretamente vieses, distorções e tendências em relação a um modelo, a regras, tidas como norma. (MOSCOVICI, 2001, p. 30).

As representações sociais, segundo Sêga (2000, p. 128), emergem como forma de interpretar e raciocinar sobre a realidade humana. “Uma forma de conhecimento da atividade mental desenvolvida pelos indivíduos e pelos grupos para fixar suas posições em relação a situações, eventos, objetos e comunicações que lhes concernem”. Nesse contexto, o social desempenha um papel importante, intervindo de diversas formas:

[...] pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade. (SÊGA, 2000, p. 128-129).

Ademais, como afirma Jodelet (2001, p. 17-18), “[...] as representações sociais [...] circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”.

As representações sociais, segundo Moscovici (1978) *apud* Villas Boas e Pérez (2004), possuem três bases dimensionais: informação (conceito), campo de representação (imagem) e atitude.

a) A informação (conceito): é a organização ou soma de conhecimento que um grupo tem sobre um evento ou fenômeno de natureza social. Conhecimento que mostra particularidades em termos de quantidade e qualidade; caráter estereotipado ou difuso sem apoio explícito; trivialidade ou originalidade no seu caso. Esta base está relacionada à organização do conhecimento que um grupo dispõe em relação a um objeto social (VILLAS BOAS; PÉREZ, 2004).

Visto que a dimensão da informação diz respeito à organização do conhecimento que uma pessoa ou grupo tem sobre um objeto ou situação social

específica, é possível distinguir a quantidade de informação e sua qualidade, especialmente seu caráter mais ou menos estereotipado ou preconceituoso, o que revela a presença da atitude na informação. Essa dimensão leva, necessariamente, à riqueza de dados ou explicações que as pessoas formam em suas relações cotidianas sobre a realidade. No entanto, deve-se considerar a mediação e a influência do grupo sobre a quantidade e a precisão das informações disponíveis. A origem da informação também é um elemento a considerar, porque as informações que surgem de um contato direto com o objeto e as práticas que uma pessoa desenvolve em relação têm propriedades bem diferentes daquelas apresentadas pela informação coletada por meio da comunicação social (UMAÑA, 2002).

b) O campo de representação (imagem) expressa a organização do conteúdo da representação de forma hierárquica, variando de grupo para grupo e até dentro do mesmo grupo. Permite visualizar o caráter do conteúdo, as propriedades qualitativas ou imaginativas, em um campo que integra informações em um novo nível de organização em relação às suas fontes imediatas. Refere-se à ideia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado de proposições que se referem a um aspecto preciso do objeto de representação (VILLAS BOAS; PÉREZ, 2004).

Especificamente, o tipo de organização interna que esses elementos adotam quando são integrados à representação é o que constitui o conjunto de atitudes, opiniões, imagens, crenças, experiências e valores presentes em uma representação social. O campo da representação é organizado em torno de um esquema figurativo ou núcleo figurativo, construído no processo de objetivação. Esse esquema ou núcleo não só é a parte mais forte e mais estável da representação, mas exerce função organizadora para toda a representação, porque é ele que dá peso e significado a todos os outros elementos presentes no campo de representação (UMAÑA, 2002).

A teoria do esquema figurativo tem implicações importantes para a mudança social. Com efeito, as ações que tendam a modificar uma representação social não serão bem-sucedidas se não forem direcionadas primariamente à modificação do esquema, uma vez que o significado global da representação dele depende. Em suma, conhecer ou estabelecer uma representação social envolve determinar o que é conhecido (informação), o que se acredita, como é interpretado (campo de representação) e o que é feito ou como é atuado (atitude). Essas três dimensões, destacadas por Moscovici (1978), formam um conjunto que só pode ser dividido para

satisfazer aos requisitos da análise conceitual. Não há dúvida de que o campo da representação é a dimensão mais interessante e original e talvez a mais difícil de capturar (UMAÑA, 2002).

c) A atitude é base e dimensão que orienta o indivíduo/grupo favorável ou desfavoravelmente em relação ao objeto da representação social. Pode ser considerada, portanto, como a representação o componente factual e comportamental mais aparente da representação, pois é a mais estudada pelo seu envolvimento na influência e na motivação comportamental do indivíduo (VILLAS BOAS; PÉREZ, 2004).

A atitude expressa o aspecto mais afetivo da representação, pois é a reação emocional sobre o objeto ou o fato. É o elemento mais primitivo e resistente das representações e está sempre presente, embora os outros elementos não o sejam. Ou seja, uma pessoa ou um grupo podem ter uma reação emocional sem precisarem de mais informações sobre um determinado evento. Se uma concepção unidirecional das atitudes considera que elas são basicamente compostas de um elemento afetivo, a concepção bidimensional acrescenta, à anterior, o elemento cognitivo. No entanto, é uma visão tridimensional que a complementa com uma tendência comportamental e é nesta última que se baseia a teoria das representações sociais (UMAÑA, 2002).

Segundo Jodelet (2001), cinco são as características principais de uma representação social: sempre envolve a representação de um objeto; possui “[...] caráter imagético e a propriedade de deixar intercambiáveis a sensação e a ideia, a percepção e o conceito” (SÊGA, 2000, p. 129); possui caráter significativo e simbólico; possui caráter construtivo; e possui caráter criativo e autônomo.

Moscovici (1961/2012, p. 100) indica dois processos responsáveis pela elaboração de uma representação social: “a objetivação e a ancoragem”.

Jovchelovitch (2013, p. 69) descreve esses dois processos como “[...] as formas específicas em que as representações estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”.

A ancoragem é o processo pelo qual são nomeadas e classificadas as coisas, pois “[...] coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2011, p. 61).

A objetivação, segundo Ordaz e Vala (1997, p. 848), responde pelas “[...] formas através das quais um conceito é objectivado, ou um fenómeno é pensado de forma objectivada, ou seja, adquire materialidade e se torna expressão de uma realidade vista como natural”. Moscovici (2012, p. 103) assim se expressa: “Naturalizar e classificar são duas operações essenciais da objetivação. Uma torna o símbolo real, a outra dá à realidade um ar simbólico”.

A *objetivação* não garante a inserção orgânica de um novo conhecimento. É o processo de *ancoragem*, em relação dialética com a objetivação, que vai garanti-lo. Assim acontece pela articulação das três funções basilares da representação da realidade: função cognitiva de integração da novidade; função de interpretação da realidade; função de orientação das condutas e das relações sociais.

Vala (2000, p. 362) analisa três acepções pelas quais pode ser entendida a ancoragem:

[...] refere **o duplo e simultâneo efeito** que conteúdos e processos relativos ao funcionamento do sistema cognitivo, nomeadamente os processos de categorização, **exercem** sobre a objetivação e as etapas que envolve;

[...] refere a função social das representações;

Bem *como* “funciona como estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens. (p. 361). O processo é, contudo, mais complexo, [Porquanto...] leva à produção de transformações nas representações já constituídas. (p. 361).

É nesse sentido que o processo de ancoragem é, a um tempo, um processo de redução do novo ao velho e uma reelaboração do velho, tornando-o novo (VALA, 2000, p. 363).

Para Jodelet (2001 *apud* SANTOS; DIAS, 2015, p. 183), ancoragem “[...] é um trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e capaz também de se referir a todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social ou ideal”.

De fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes. A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema, onde cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica. [...] sistemas de classificação e de nomeação (classificar e dar nomes) não são, simplesmente, meios de graduar e de rotular pessoas ou objetos considerados como entidades discretas. Seu objetivo principal é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, na realidade, formar opiniões. (MOSCOVICI, 2011, p. 62-70).

A ancoragem, por conseguinte, é o momento no qual buscamos transformar algo não familiar em familiar, exploramos em nossa mente o que temos como referências, seja por meio de ideias, imagens e ou pensamentos para associar o novo que nos está sendo apresentado. Com isso, ao utilizar do que dispomos em nossa memória, realizamos uma classificação mental do que pode nos ajudar a compreender o que era até o momento desconhecido. Para Moscovici (2011, p. 11), “[...] ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras”.

Ao usar esse mecanismo em nossa tese, buscamos evidenciar os principais efeitos das ancoragens que os sujeitos realizam ao terem contato com notícias quanto aos indicadores de qualidade da Educação Superior, porquanto, em um primeiro momento, esse é um universo estranho e desconhecido para eles. Enfim, eles buscam ancorar em qual ideia, imagem e pensamento que já dispõem?

Essa ação de classificar o novo no que já dispomos em nossa mente propicia a (re)construção da representação (MOSCOVICI, 2011), visto que a neutralidade é inexistente na constituição de uma RS. Ao classificar, sempre atribuímos ao objeto em questão uma posição hierárquica positiva ou negativa, mesmo que o novo objeto tenha se apresentado ou sido apresentado de forma neutra. “Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estudados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2011, p. 63).

É importante destacar que Moscovici (2011, p. 70) ressalta que a TRS não considera as ideias ou pensamentos que não possuam ancoragem, pois para o processo de ancoragem tem que acontecer a comparação e a classificação/categorização. Assim, podemos afirmar que ancorar é dar “[...] sentido ao objeto que se apresenta à nossa compreensão. Trata-se da maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto” (ARRUDA, 2002, p. 136).

Percebemos que ao estudar a TRS que conseguir destacar a ancoragem da representação emergida, conseguindo explicar o seu sentido, é o desafio, pois não se tem uma representação independente das outras que já temos, até porque sempre utilizamos o que temos em nossas memórias, que são velhas representações para dar sentido ao que não conhecemos.

Quando de fato conseguimos identificar a ancoragem da representação emergida, teremos conseguido identificar a representação de uma pessoa sobre determinado objeto e com isso explicar o porquê da representação formada.

Ao analisarmos o objeto dessa pesquisa realizada, é isso que queremos conseguir trazer à tona, isso é, a ancoragem da representação quanto à relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição.

O outro processo presente na RS é a objetivação que visa dar sentido à ancoragem, externalizando o conhecimento abstraído pelos indivíduos.

Objetivação une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante de nossos olhos, física e acessível. Sob esse aspecto, estamos legitimados ao afirmar, com Lewin, que toda representação torna real – realiza, no sentido próprio do termo – um nível diferente da realidade. (MOSCOVICI, 2011, p. 71).

Objetivar, de forma sintética, é transformar o abstrato em concreto e a imagem (mental) em algo existente no mundo material (físico) (SANTOS; DIAS, 2015).

Os processos de ancoragem e objetivação são, segundo Moscovici (2011, p. 78), formas de agir sobre e com a memória. Na ancoragem, a memória encontra-se em movimento, sendo dirigida para a parte interna, colocando e “[...] tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome”. No processo de objetivação, a memória é direcionada para fora (para os outros), extraindo conceitos e imagens para uni-los e “[...] reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido”.

A objetivação, de acordo com Moscovici (2011, p. 71), “[...] une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então, diante dos nossos olhos, física e acessível”. A objetivação busca concretizar a nossa representação.

Vale a pena ressaltar que a ancoragem e a objetivação são indissociáveis, ou seja, uma não ocorre sem a outra e também não se pode primeiro ter a objetivação e depois a ancoragem.

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conhecimentos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que é conhecido. (MOSCOVICI, 2011, p. 78).

Importante salientar que as representações sociais são construídas também pelo *background* cultural acumulado na sociedade ao longo de sua história. Este fundo é constituído pelas crenças amplamente compartilhadas, pelos valores considerados básicos e pelas referências históricas e culturais que compõem a memória coletiva e a identidade da própria sociedade. As fontes de determinação das representações sociais são encontradas no conjunto de condições econômicas, sociais e históricas que caracterizam uma sociedade específica e no sistema de crenças e valores que circulam dentro dela (UMAÑA, 2002).

Diante do exposto, compreendemos que a representação social pode ser gerada por um consenso e facilitada pela base sócio, histórica e cultural do indivíduo ou do grupo. Na presente tese, compreendemos que o grupo de indivíduos a ser atingido, por serem candidatos à procura de uma IES, pode ter como referencial as notícias vinculadas nos meios de comunicação quanto aos resultados da avaliação da Educação Superior expressa por meio dos indicadores de qualidade.

Trataremos a seguir sobre as relações que podem ocorrer entre modalidade de comunicação e comportamentos de escolha de candidatos a uma IES, à luz da Teoria da Representação Social, pois trará embasamento teórico para a hipótese da tese aqui apresentada: As representações contidas na mídia jornalística definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica?

4.3 A COMUNICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Uma das afirmações que mais escutamos hoje é que grande parte do problema da sociedade está no processo como ela se comunica, uma vez que o que é óbvio para um não se torna óbvio para o outro nos processos estabelecidos por meio da comunicação.

A comunicação de massa é dirigida a um grande público (heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, a partir de uma fonte organizada, geralmente uma grande empresa (ampla e complexa), com muitos profissionais e aparelhagem técnica, extensa divisão de trabalho e correspondente grau de despesas. (ALEXANDE, 2001, p. 113).

A nossa pesquisa baseou-se em dados presentes no que se denomina de comunicação em massa (mídia jornalística) e por ter o aporte em Moscovici (2011, p. 353) “[...] a partir dessas comunicações, entendimentos ou desentendimento, a partir de numerosas transformações e reformulações, algo novo é criado nas conversações e debate [...]” que a comunicação deve ser estudada, levando em consideração a sua ideologia e também a estrutura utilizada é que a maior preocupação não é com o que é comunicado, mas, sim, com a maneira como se comunica e qual o significado que essa comunicação vai gerar ao sujeito que tiver contato, uma vez que

A comunicação é o processo da troca de experiências para que se torne patrimônio comum. Ela modifica a disposição mental das partes envolvidas e inclui todos os procedimentos por meio dos quais uma mente pode afetar outra. Isso envolve não somente as linguagens oral e escrita, como também a música, as artes plásticas e cênicas, ou seja, todo comportamento humano. (ALEXANDRE, 2001, p. 113).

Moscovici (2011, p. 352) preocupou-se em deixar clara a ideia quanto à influência social e à circulação do conhecimento por meio da comunicação. Ele apresenta os três modelos de comunicação propostos e difundidos: a) “Difusão através do ‘contágio’”; b) “propagação das ideias através da imitação” e a “conformidade”, aos quais o autor acrescentou um quarto modelo, o da comunicação por meio da conversação (falada).

A difusão desse conhecimento, segundo Simoneau e Oliveira (2014, p. 282), “é característico da imprensa de ampla circulação cuja particularidade é a ausência de mecanismos de diferenciação entre a sua fonte e os seus receptores; é direcionada a um público amplo e heterogêneo”, e que Moscovici (2011, p. 352) esclareceu ser essa difusão nos modelos de comunicação apresentados “[...] reduzida a uma série infundável de escolhas individuais e aceitação do conhecimento”.

Seu objetivo é criar um interesse em comum a partir de determinados assuntos, assim como de adaptar-se as necessidades e interesses dos seus receptores. As mensagens transmitidas através deste gênero tendem a ser segmentadas, descontínuas e sua ligação é aleatória, sendo fracamente

hierarquizadas. Essas mensagens são pouco estruturadas o que favorece que os receptores as ordenem livremente em função das suas próprias perspectivas e atitudes. (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014, p. 282).

O sistema de propagação das ideias por meio da imitação, de acordo com Moscovici (2011), significa você aceitar a opinião ou a informação que foi expressada ou divulgada como sendo sua e com isso você está realizando uma imitação ou repetição.

A propagação por meio das ideias se dá por uma “[...] mensagem estruturada com o objetivo de orientar e controlar informações contrárias a crença propagada” (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014, p. 282). Moscovici (2015, p. 354) afirma que essa propagação é uma comunicação feita de forma autoritarista e totalmente hierarquizada, mas que cumpre com duas funções, sendo uma a de transformar uma “[...] teoria em um conjunto compatível com os princípios que fundam a unidade do grupo social” (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014, p. 282), e a outra sendo a de “[...] preparar ou controlar uma conduta, dar-lhe um significado que não possuía anteriormente” (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014, p. 282).

A propagação trata-se de

[...] um tipo de comunicação que é puramente instrumental, que media o objeto socialmente valorizado e o grupo definido. Aqui a relação entre a fonte de comunicação e os receptores não supõe reciprocidade, na medida em que o emissor goza de autoridade e autonomia na propagação das mensagens. (SIMONEAU; OLIVEIRA, 2014, p. 282).

Moscovici (2011) afirma que a propagação das ideias dominantes que são reproduzidas é dos grupos dominantes e com isso favorece a manutenção do seu poder e a disseminação das ideias, gerando a imitação e a aceitação.

O terceiro sistema é chamado de propaganda, sendo esse a comunicação que se insere em relações conflituosas, pois cada um dos “lados” tenta impor sua ideia por meio de estratégias de persuasão. A propaganda manipula o saber e forma estereótipos com o objetivo de estabelecer a identidade do grupo (MOSCOVICI, 2015, p. 352-353).

Fica evidenciado que a comunicação midiática não apenas contribuiu para a formação de uma representação, como também é portadora de uma representação,

gerando, assim, uma interferência direta na conduta dos sujeitos, pois entre a comunicação e o sujeito são realizadas interações.

O conhecimento das representações sociais veiculadas pela mídia é de fundamental importância, tendo em vista que nos possibilita ter acesso a um conjunto de sentidos e significados que servem de referência para os indivíduos e grupos no seu processo de apreensão da realidade e nas suas práticas sociais. (SALES, 2012, p. 2).

Partindo da TRS e de sua interligação com a comunicação é que entendemos a necessidade de, nessa tese, compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição.

Como orienta Wolton (2010), as pessoas se comunicam para convencer, ou mesmo para seduzir pelo argumento e fazer o outro acreditar em algo, uma vez que o fenômeno da comunicação é inerente ao homem e ele é complexo.

O próximo capítulo demonstra como a mídia impressa dos meios midiáticos selecionados forma uma representação social e como ela influencia na dinâmica dos estudantes quando do ingresso em uma IES no que se refere à escolha dessa IES. Também apresentamos o resultado da avaliação da Educação Superior, pautado em um de seus indicadores, denominado IGC, e sua correlação com o *market share* de cada IES.

5 MÍDIA IMPRESSA E INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM MARKET SHARE

Nesse capítulo, refletimos sobre a relação entre os dados produzidos pelo mapeamento de notícias apresentadas pela mídia jornalística, divulgados pelos jornais *Gazeta do Povo* (Curitiba-PR) e *Folha de São Paulo* (São Paulo-SP), sobre o Sistema de Avaliação da Educação Superior, representados pelos indicadores de qualidade IGC, CPC e Enade, no período de 2008 a 2018 em relação ao *market share* (na escolha) pelas Instituições de Educação Superior.

5.1 MEIOS DE COMUNICAÇÃO: FOLHA DE SÃO PAULO E GAZETA DO POVO (2008 A 2018)

Objetivando dar resposta à tese, selecionamos como fonte de pesquisa dois meios de comunicação *on-line*: a *Folha de São Paulo* (cidade de São Paulo-SP) e a *Gazeta do Povo* (Cidade de Curitiba-PR). Para a seleção desses dois meios de comunicação, levamos em consideração que os dois canais possuem histórico de pesquisas em seus *sites*, sendo possível dar resposta ao período em que estabelecemos para a produção dos dados, 2008 a 2018. O fato de ser *on-line* possibilitou acesso às notícias, já que hoje nenhum dos dois meios de comunicação possui o arquivo físico dos jornais.

No meio de comunicação midiática *Folha de São Paulo*, selecionamos 55 notícias, e do meio de comunicação midiático *Gazeta do Povo*, selecionamos 47 notícias. Em ambos, as notícias foram selecionadas entre os anos de 2008 a 2018, tendo sido usado como descritores “Enade”, “CPC” ou “IGC”, correlacionando as manchetes que emergiam com a Avaliação da Educação Superior e os Indicadores de Qualidade Acadêmica. Para essa pesquisa, conforme descrito no capítulo 2, foram desconsideradas as notícias que tinham patrocínio.

O acesso inicial às notícias, ao inserir os descritores na busca do *site* de cada um dos meios de comunicação midiático selecionado, em um primeiro momento

apresentou a chamada da notícia (título ou manchete). Na sequência, realizamos a leitura das notícias selecionadas e identificamos o foco dela, com base no título e no conteúdo, conforme Quadro 3. Complementando a informação sobre as notícias selecionadas, apresentamos no Apêndice B os *links* dessas notícias.

Quadro 3 – Notícias selecionadas para análise por ano, descritor, foco da notícia e canal de divulgação (2008-2018).

Ano notícia	Descritor	FOCO DA NOTÍCIA	Canal de divulgação
2008	Enade	UNE organiza boicote ao Enade pelo segundo ano seguido. A ideia é que os estudantes compareçam ao local de prova, mas deixem de responder às questões	Folha S. Paulo
2008	Enade	Levantamento do Conselho Estadual de Educação apontou que a USP tem registrado diplomas de cursos que estão sem o processo de reconhecimento regularizado	Folha S. Paulo
2008	Enade	No Paraná, 38 mil fazem Enade neste domingo	Gazeta do Povo
2008	Enade	Prós e contras do Enade	Gazeta do Povo
2008	Enade	Paraná tem sete cursos no Enade 2007 com nota máxima	Gazeta do Povo
2008	CPC	Cursos "inadequados" formam 1 em cada 4 médicos do país	Folha S. Paulo
2008	CPC	Novo conceito tira 214 cursos da "lanterna"	Folha S. Paulo
2008	IGC	Fora da elite, mas acima da média, instituições do Paraná conseguem boas notas, mas ainda estão longe do topo	Gazeta do Povo
2008	IGC	MEC reprova 31% do ensino superior	Folha S. Paulo
2008	IGC	Mesmo com reitoria em crise, Unifesp é apontada como melhor universidade do país	Folha S. Paulo
2009	Enade	USP decide continuar fora da avaliação do Enade	Folha S. Paulo
2009	Enade	Enade revela qualidade baixa na Pedagogia	Gazeta do Povo
2009	Enade	Boicote no exame de 2005 deixou cursos com as piores notas, mas na edição seguinte a graduação se recuperou e foi ao topo da lista	Gazeta do Povo
2009	Enade	Cursos privados concentram 74% das notas ruins no Enade	Gazeta do Povo
2009	Enade	MEC divulga indicadores que avaliam cursos superiores	Gazeta do Povo

2009	CPC	MEC fecha 2 mil vagas do curso de Pedagogia. Instituições, incluindo a paranaense Fafijan, tiveram desempenho ruim em avaliações de 2005 e de 2008	Gazeta do Povo
2009	CPC	Engenharia eletrônica do ITA obteve a melhor avaliação do MEC	Folha S. Paulo
2009	CPC	Cursos privados concentram 74% das notas ruins no Enade	Gazeta do Povo
2009	CPC	Um em cada quatro engenheiros que participou da última avaliação do governo federal se formou em cursos universitários reprovados, apontam dados divulgados pelo MEC	Folha S. Paulo
2009	IGC	UEM foi a primeira colocada do estado no Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado ontem pelo MEC. Em seguida, estão UEL e UFPR	Gazeta do Povo
2009	IGC	Avaliações do MEC ajudam a escolher a faculdade	Gazeta do Povo
2009	IGC	Piores faculdades crescem mais que a média	Folha S. Paulo
2009	IGC	Diferença de nota entre universidades públicas e privadas cai	Folha S. Paulo
2009	IGC	Faculdades dão ao PR pior resultado do Sul	Gazeta do Povo
2009	IGC	Só 1% das universidades obtém conceito máximo de qualidade no MEC	Folha S. Paulo
2010	Enade	Cerca de 450 mil universitários farão o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Quem não participar da prova não receberá o diploma	Gazeta do Povo
2010	Enade	Faculdades reclamam de fiscais do Enade	Gazeta do Povo
2010	Enade	Sindicato teme vazamento de dados dos alunos do Enade	Gazeta do Povo
2010	Enade	A anulação de 7% das questões do Enade, somada ao roubo da prova do Enem, demonstrou fragilidades no sistema de aplicação das provas	Gazeta do Povo
2010	CPC	O nível de qualificação de quem alcança a universidade privada é uma das principais causas da baixa qualidade no ensino superior do país	Folha S. Paulo
2011	Enade	MEC corta 3.986 vagas de cursos da saúde com conceito baixo. A redução aconteceu em instituições que tiveram conceito insatisfatório na avaliação nacional de 2010	Folha S. Paulo
2011	Enade	Enade divide opiniões de estudantes, que foram convidados para exame, condição obrigatória para a retirada dos diplomas	Gazeta do Povo
2011	CPC	33% das Instituições de ensino superior ficam abaixo da média	Gazeta do Povo
2011	CPC	MEC corta 50 mil vagas de cursos superiores mal avaliados	Folha S. Paulo

2011	CPC	OAB divulga 90 faculdades sem aprovados em exame e sua relação com as notas do ENADE de cada curso	Folha S. Paulo
2011	IGC	A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Centro Universitário de Maringá (Cesumar) foram consideradas as melhores instituições de ensino superior da cidade pelo Índice Geral de Cursos (IGC) de 2010	Gazeta do Povo
2011	IGC	MEC divulga 70 instituições punidas por resultado insatisfatório	Folha S. Paulo
2011	IGC	Falta qualidade em 34% dos cursos. Censo do MEC aponta ainda queda de 2% no número de matrículas em universidades públicas do país	Gazeta do Povo
2012	Enade	MEC determina punições mais duras para cursos superiores que tiveram desempenho ruim em avaliações de qualidade consecutivas	Folha S. Paulo
2012	Enade	Unip é acusada selecionar só os melhores para o Enade	Gazeta do Povo
2012	Enade	20,1% dos estudantes não fizeram a prova do Enade. Candidatos faltantes devem justificar ausência para colar grau	Gazeta do Povo
2012	Enade	31 Instituições particulares de ensino superior são suspeitas de manipular o Enade	Gazeta do Povo
2012	CPC	Quantidade de doutores em cursos terá menos valor em avaliação do MEC	Gazeta do Povo
2012	CPC	De cada 5 cursos, só 1 tem boa qualidade. Para pesquisadores, problemas no ensino básico são decisivos para desempenho insatisfatório na etapa seguinte	Gazeta do Povo
2012	CPC	Cursos tops oferecem 13 mil vagas no vestibular do meio de ano	Folha S. Paulo
2012	CPC	MEC altera forma de calcular notas dos cursos superiores	Gazeta do Povo
2012	CPC	Maioria de cursos com vestibular suspenso são de licenciatura	Folha S. Paulo
2012	IGC	UEM, Cesumar e Faculdade Ingá obtêm melhor desempenho no IGC. As três atingiram nota 4	Gazeta do Povo
2012	IGC	MEC reprova 1/3 das instituições. Cerca de 27% das instituições de ensino superior no Brasil, públicas e privadas, obtiveram conceito 1 (suficiente) ou 2 (insatisfatório) no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2011	Gazeta do Povo
2012	IGC	Novo cálculo de nota ajuda 8% dos cursos do país	Folha S. Paulo
2012	IGC	Ranking estimula a excelência nas universidades, dizem especialistas	Folha S. Paulo
2012	IGC	Cursos tops oferecem 13 mil vagas no vestibular do meio de ano	Folha S. Paulo
2012	IGC	Só 13 graduações do Paraná têm nota máxima em avaliação	Gazeta do Povo

2013	Enade	Universidades federais punidas com suspensão de cursos considerados de má qualidade alegam que resultado negativo deve-se ao boicote de alunos.	Folha S. Paulo
2013	CPC	MEC suspende vestibular de 26 cursos superiores no PR, dois da UFPR.	Gazeta do Povo
2013	CPC	Prova do Enade expõe a falta de domínio da escrita e das regras básicas da língua portuguesa por parte dos universitários.	Gazeta do Povo
2013	CPC	Após cortes, faculdades se dizem empenhadas em melhorar cursos.	Folha S. Paulo
2013	CPC	Alunos do Mackenzie dizem que curso mal avaliado pelo MEC é bom.	Folha S. Paulo
2013	CPC	São Paulo tem 69 cursos com vestibular congelado.	Folha S. Paulo
2013	IGC	Indicadores educacionais divulgados pelo MEC mostram que grupo de instituições que atende a quesitos de qualidade aumenta a cada ano.	Gazeta do Povo
2013	IGC	Inconsistências ao avaliar universidades.	Folha S. Paulo
2013	IGC	Escolas privadas têm desempenho similar ao das públicas em cursos de humanas.	Folha S. Paulo
2014	Enade	Conselho federal quer mais rigor para graduação e querem participar do processo de avaliação	Folha S. Paulo
2014	CPC	Avaliação do MEC dá conceito insatisfatório a 27 cursos de medicina.	Gazeta do Povo
2014	CPC	Ministério suspende vestibular de 27 cursos repetentes. Graduações, que totalizam 3.130 vagas, tiveram desempenho ruim em duas avaliações consecutivas do MEC.	Folha S. Paulo
2014	IGC	Faculdades obtiveram resultados insatisfatórios no Índice Geral de Cursos (IGC); oito delas estão no Paraná.	Gazeta do Povo
2014	IGC	Instituições privadas podem pedir criação de 2.460 vagas para medicina.	Folha S. Paulo
2015	Enade	Resistência a profissionais saídos de cursos virtuais diminui com chegada de nova geração a cargos de gestão e recrutamento.	Folha S. Paulo
2015	Enade	Avaliações do MEC podem orientar busca por escola.	Folha S. Paulo
2015	CPC	MEC suspende vestibular de 68 cursos no Brasil; PR tem duas graduações com conceito 1. As graduações obtiveram, a partir das duas últimas avaliações do MEC, Conceito Preliminar de Curso (CPC) menor do que 3.	Gazeta do Povo
2015	CPC	Índices do MEC ajudam a escolher o curso superior.	Gazeta do Povo
2015	IGC	MEC quer vetar faculdade ruim em programa de financiamento federal.	Folha S. Paulo
2015	IGC	Oferta de novas vagas do Fies vai considerar qualidade e perfil do curso.	Folha S. Paulo
2016	Enade	Especialistas contestam metodologia usada no ranking universitário.	Folha S. Paulo

2016	Enade	Para manter liderança, reitor da UFRJ quer investir em biotecnologia e cultura.	Folha S. Paulo
2016	Enade	Instituições e empresas formam sob medida quem não acham no mercado.	Folha S. Paulo
2016	Enade	USP perde a liderança das universidades para a UFRJ.	Folha S. Paulo
2016	Enade	MEC divulga critérios para julgar denúncias de fraude no Enade.	Gazeta do Povo
2016	Enade	A nota do Enade, avaliação federal voltada para concluintes do ensino superior, deve passar a contar no currículo dos universitários.	Gazeta do Povo
2016	CPC	Censo do ensino superior mostra que metade dos calouros dos cursos de formação de professores fizeram aulas a distância.	Gazeta do Povo
2016	IGC	MEC reformula indicadores de avaliação do ensino superior.	Folha S. Paulo
2017	Enade	Os atuais cursos de pedagogia e licenciatura não preparam os profissionais para se tornar um gestor de escola.	Folha S. Paulo
2017	Enade	Empresas de ensino superior querem que MEC mude critérios de avaliação.	Folha S. Paulo
2017	Enade	Cresce o número de escolas com programas que unem várias áreas.	Folha S. Paulo
2017	Enade	Pergunta sobre transexuais no Enade gera crítica por viés ideológico.	Gazeta do Povo
2017	Enade	Líder em produção científica no RUF, USP perde em ensino.	Folha S. Paulo
2017	CPC	Avaliação da educação superior deve beneficiar a sociedade.	Folha S. Paulo
2017	CPC	Menos de 2% dos cursos de saúde e ciências agrárias obtêm conceito máximo do MEC.	Gazeta do Povo
2017	CPC	Com nota baixa no Enade, mais de 900 cursos superiores terão supervisão.	Folha S. Paulo
2017	IGC	Somente 12 universidades do Brasil atingiram a nota máxima do IGC (Índice Geral de Cursos), indicador de qualidade de ensino superior, divulgado pelo Inep, órgão do Ministério da Educação.	Gazeta do Povo
2017	IGC	Mais de 10% dos cursos superiores avaliados pelo MEC têm nota ruim.	Folha S. Paulo
2018	Enade	O que muda na formação e na carreira. Enade para ingresso na carreira e substituição de estágio por residência pedagógica estão entre as propostas.	Folha S. Paulo
2018	Enade	Em expansão, cursos a distância têm piores notas em prova nacional	Folha S. Paulo
2018	Enade	Exame deveria dispor de informações capazes de pautar a busca por mais eficiência	Folha S. Paulo
2018	Enade	Só 0,5% das licenciaturas a distância tem nota máxima em avaliação federal.	Folha S. Paulo

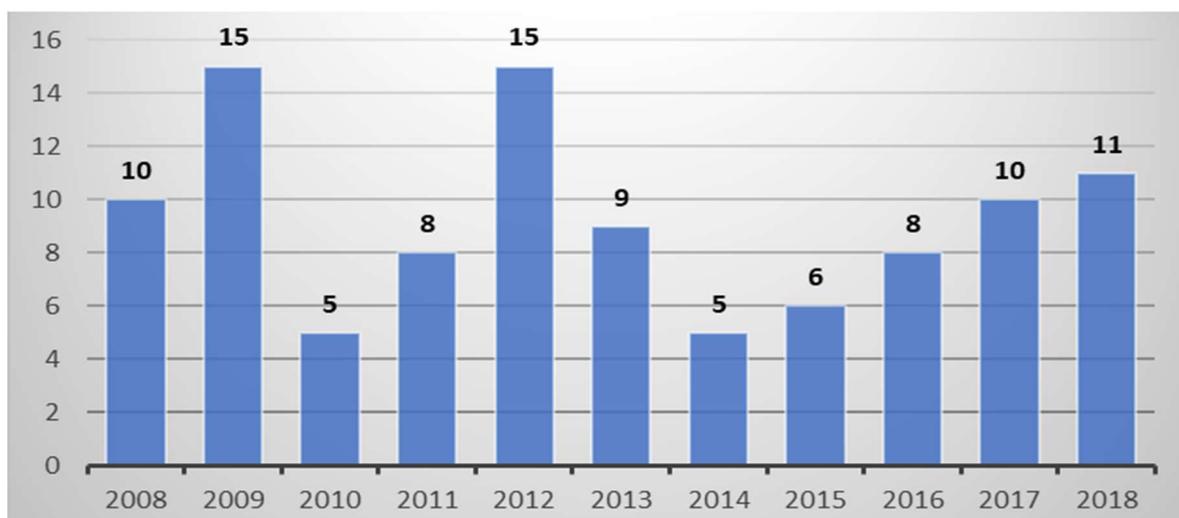
2018	Enade	Comparativo entre cursos a distância e presenciais no ENADE, mencionando que o EAD tem desempenho menor.	Gazeta do Povo
2018	Enade	Estudantes boicotam Enade em Brasília. Eles entregaram as provas antes de completar 10 minutos de prova.	Gazeta do Povo
2018	CPC	Avaliação federal infla qualidade de curso superior, diz tribunal.	Folha S. Paulo
2018	CPC	Brasileiro assume grupo ligado à Unesco que trata de rankings universitários.	Folha S. Paulo
2018	CPC	Só 0,5% das licenciaturas a distância tem nota máxima em avaliação federal.	Folha S. Paulo
2018	IGC	As melhores universidades e faculdades do Brasil, segundo o MEC.	Gazeta do Povo
2018	IGC	A decadência da educação superior no Brasil. A liberação de cursos sem qualquer avaliação, com base no princípio de que a nota 3 significa qualidade, acelera a banalização do ensino superior.	Gazeta do Povo

Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa (2019).

Podemos dizer que as notícias veiculadas pela mídia *on-line* produziram informações à sociedade que, segundo Wolton (2010), buscaram convencer ou mesmo seduzir pelo argumento de que esta ou aquela IES seria a mais adequada a partir de notas e classificações. Entretanto, ao buscar as ancoragens dessas notícias, é possível, ao nos apoiarmos na TRS, compreender a forma como as notícias veiculadas permitem a cada indivíduo se aproximar dessas informações. Segundo Moscovici (2011), pela ancoragem e objetivação constituímos nossas representações que, na maioria das vezes, são classificações “[...] feitas comparando as pessoas a um protótipo, geralmente aceito como representante de uma classe e que o primeiro é definido através da aproximação, ou da coincidência com o último” (p. 64). Ancoramos, explica o autor, quando transformamos “[...] algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada” (p. 61), ou seja, classificamos e damos nome ao buscar em nossa memória um dos paradigmas estocados e estabelecer uma relação positiva ou negativa. Objetivamos ao unirmos a ideia do não familiar com a realidade, ou melhor, descobrimos “[...] a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; [...] reproduzimos] um conceito em uma imagem. Comparar é já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância” (p. 71-72).

Com base, nos dois processos que geram uma RS, segundo Moscovici (2011), podemos inferir que do total de 102 notícias veiculadas entre os anos de 2008 a 2018, conforme apresentado no Gráfico 3, estão algumas das escolhas das famílias e dos estudantes por uma IES no Brasil e mais especificamente nos estados em que as notícias foram veiculadas.

Gráfico 3 – Total de notícias analisadas por ano – 2008 a 2018

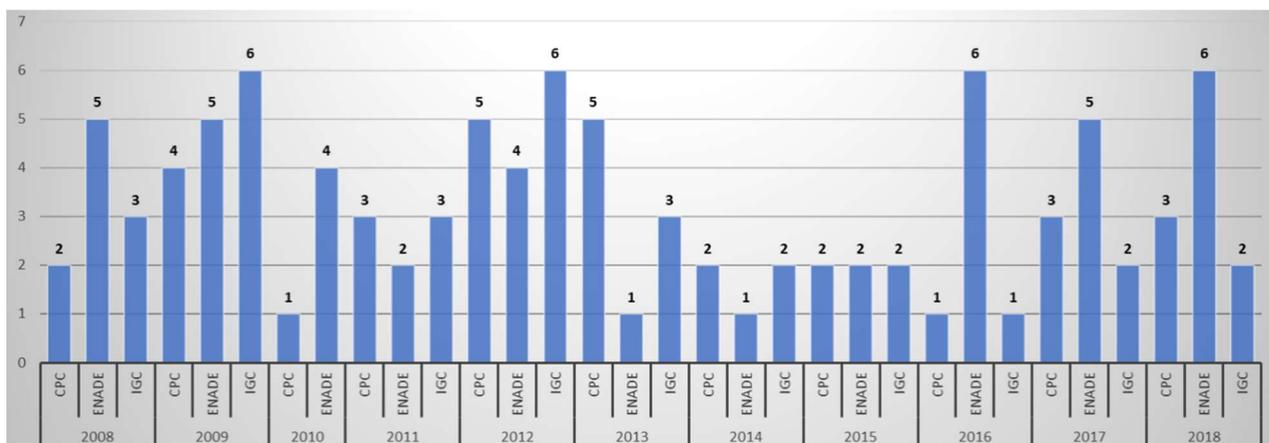


Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa (2019).

Temos que a maior quantidade de notícias está localizada nos anos de 2009 e 2012, com a frequência de 15 notícias em cada um, seguido do ano de 2018, com a frequência de 11 notícias. Nos anos de 2008 e 2017, a frequência foi de 10 notícias publicadas, em cada um dos anos. Em 2013, com a frequência de 9 notícias e em 2011 e 2016 a frequência de oito notícias. No ano de 2015, foi registrada a frequência de seis notícias e nos anos de 2010 e 2014 houve a frequência de cinco notícias, sendo esses dois anos o que houve o menor registro de notícias.

A frequência maior de notícias em 2009 está ligada ao Enade e ao IGC, conforme demonstra o Gráfico 4. Um fato importante para essa análise é que no ano de 2009 tivemos mudança no instrumento de avaliação da IES e dos cursos, o que reverbera a preocupação com os resultados do Enade e seu desdobramento no IGC com um novo instrumento de avaliação.

Gráfico 4 – Notícias por descritores e ano 2008 a 2018



Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa (2019).

Ao olharmos para o ano de 2012, que foi o outro ano com maior frequência, dentro dos pesquisados, tivemos a alteração na forma de considerar os indicadores de qualidade do Enade e do CPC, o que gerou impacto no IGC de cada IES.

Ao estabelecermos os descritores, sendo eles CPC, IGC e Enade, conseguimos mensurar, como se pode verificar no Gráfico 6, a frequência de cada um dos descritores, ano a ano, de 2008 a 2018.

Esses descritores foram estabelecidos haja vista a presente pesquisa, que visa: por meio das notícias divulgadas sobre os indicadores de qualidade da Educação Superior, tem-se a formação de uma representação, porém esses indicadores não são levados em consideração no momento da escolha de uma IES para a formação acadêmica, sendo esse pressuposto refletido no *market share* da IES.

Do total de 102 notícias, 41% têm como descritor a palavra Enade, 30% têm como descritor a palavra CPC e 29% têm como descritor a palavra IGC. Ao observar o Gráfico 4, percebe-se que não se tem linearidade quanto à divulgação das notícias pelos descritores ano a ano, pois elas não seguem uma tendência e não existe uma lógica de crescimento ou redução.

Percebe-se que os três descritores são usados nos dois canais de comunicação, tendo maior tendência para as notícias vinculadas ao descritor Enade, mas os descritores CPC e IGC são igualmente usados, com uma diferença de 1%.

Pelo conteúdo das notícias, observamos que os canais de comunicação possuem maior frequência com o descritor Enade, pois esse envolve a divulgação de

dia de prova, conteúdo da prova e não apenas a divulgação do resultado do Enade de cada curso/IES.

Outro olhar importante para entendermos por que o enfoque maior é dado à divulgação do Enade na mídia jornalística é porque o Enade, enquanto instrumento de avaliação, “[...] adquiriu grande destaque no MEC e na mídia, diferentemente do que propunham os formuladores do SINAES em sua origem” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 212).

O Enade não tem em sua essência o objetivo de avaliar a aprendizagem, mas, sim, tem a pretensão de ser um instrumento que possa contribuir para a aprendizagem, levando em consideração não apenas as competências profissionais, mas também a formação geral e um olhar para os temas transversais a cada conhecimento (DIAS SOBRINHO, 2010).

Com isso, podemos dizer que as escolhas de uma IES estão ancoradas no processo de reconhecimento de um objeto que em um primeiro momento não lhe é familiar, atribuindo a esse objeto uma categoria/nome que o explica diante da realidade da escolha da IES apresentada.

Outro fator a ser considerado, segundo Moscovici (2011), está na importância da comunicação midiática e na popularização das informações veiculadas pela mídia, bem como na sua função de mediadora entre o universo científico e o universo consensual. Dessa forma, as informações são socializadas e transportadas para o senso comum, gerando ressignificações conforme a mensagem vai sendo alterada por receber novos sentidos a partir de normas e valores coletivos, gerando, assim, a possibilidade do surgimento de outra informação, ou seja, ao estabelecer uma representação social, que embasará novas práticas e novas ancoragens.

Podemos inferir que cada descritor, com as informações veiculadas, levam os que buscam tais informações a realizar uma ancoragem às ideias que sua memória estabeleceu quanto ao que significa o Enade, até mesmo se quando estudou realizou essa prova. Busca em suas ideias se as notas divulgadas, na escala de 1 a 5, são consideradas quanto maior melhor, ou quanto menor, melhor. Ainda farão a busca em sua mente do que tem quanto ao conteúdo das siglas IGC e CPC para que possam ancorar e na sequência realizarem a objetivação, ou seja, tornar familiar e material para gerar a representação.

O desafio aqui é conseguirmos identificar o conteúdo das representações sociais que emergem dessas notícias e como eles interferem nas escolhas pelas IES, uma vez que, segundo Moscovici (2011, p. 48), as representações sociais que nos interessam “[...] são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar [...] e os meios de comunicação de massa aceleram essa tendência”. Pois, como explica o autor, “[...] a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas ‘corporificam ideias’ em experiências coletivas e interações em comportamento” (p. 48 Grifo do autor).

Os sistemas de comunicação expressos pela mídia, segundo Moscovici (2011), estão pautados na difusão, na propagação e na propaganda.

Dando continuidade à análise das notícias que foram selecionadas para essa tese, entendemos que a similitude e a nuvem de palavras poderiam trazer alguns aspectos relevantes para a pesquisa.

Utilizando o *Software* IBM® SPSS® Statistic versão 20, foi realizada a análise no *Software* IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires).

Por meio dessa análise de similitude é possível identificar as concorrências entre as palavras e o seu resultado, sendo isso possível uma vez que essa análise tem como base a teoria dos grafos²⁸.

Ao se analisar as 102 notícias, levamos em consideração as relações de força entre os elementos textuais, sustentados nas proposições sobre análise de similitude de Roussiau (2002), conforme se aponta na Figura 7, relação que se deu em cinco blocos.

²⁸ “A teoria dos grafos é um ramo da matemática que estuda as relações entre os objetos de um determinado conjunto. Para tal, são empregadas estruturas chamadas de grafos, onde é um conjunto não vazio de objetos denominado vértices ou nós) e é um subconjunto de pares não ordenados em V ” (FEOFILOFF; KOHAYAKAWA; WAKABAYASHI, 2011, p. 8).

Também não percebemos a presença da relação com a pesquisa e isso se deve ao fato de que a pesquisa tem maior peso enquanto indicador de qualidade na Educação Superior na avaliação dos programas de mestrado e doutorado e não na graduação. Mesmo tendo a Educação Superior o tripé pautado no ensino, na pesquisa e na extensão, a pesquisa não é um item obrigatório para as faculdades, apenas para os centros universitários e universidades (BRASIL, 1996).

A avaliação da Educação Superior é aplicada e medida igualmente para qualquer IES, vinculadas ao Ministério da Educação, independentemente de sua natureza ser pública ou privada, de ter fins lucrativos ou não e não se tem diferenciação quanto a ser faculdade, centro universitário ou universidade.

Como política de Estado, o SINAES deveria ter âmbito nacional e envolver todas as IES, públicas ou privadas, grandes ou pequenas, respeitando o pacto federativo (o regime de colaboração entre o sistema federal e os estaduais), bem como a identidade e as especificidades de cada Instituição. O fato de que parte das IES estaduais e municipais não se submeterem ao regime do SINAES não anula seu caráter nacional. Com efeito, o SINAES é praticado em todos os Estados da Federação, estende-se a todo o território brasileiro, operando no sentido de consolidar a Educação Superior nacional. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 208).

Pela análise de similitude, foi possível identificar o grau de conexidade dos diversos elementos estruturais da representação, ficando evidenciado onde se tem as maiores conexidades e o motivo pelo qual elas se destacam. No caso desse estudo, a análise por similitude permite que seja visível a força de ligação entre os elementos presentes na comunicação midiática, tendo como descritores os temas voltados ao Enade, CPC e IGC.

A Figura 8 salienta, por tamanho da fonte, as palavras que detêm maior importância no *corpus* em virtude da sua frequência, enquanto a configuração da força de relação que mantém entre si pode ser visualizada na nuvem obtida pelo Iramuteq que, ao agrupar as palavras, organiza-as graficamente em função da sua frequência, indicando, assim, a relevância de cada léxico, além de uma visão geral da significação destas, conforme redação das notícias analisadas (MUTAMBO, 2013).

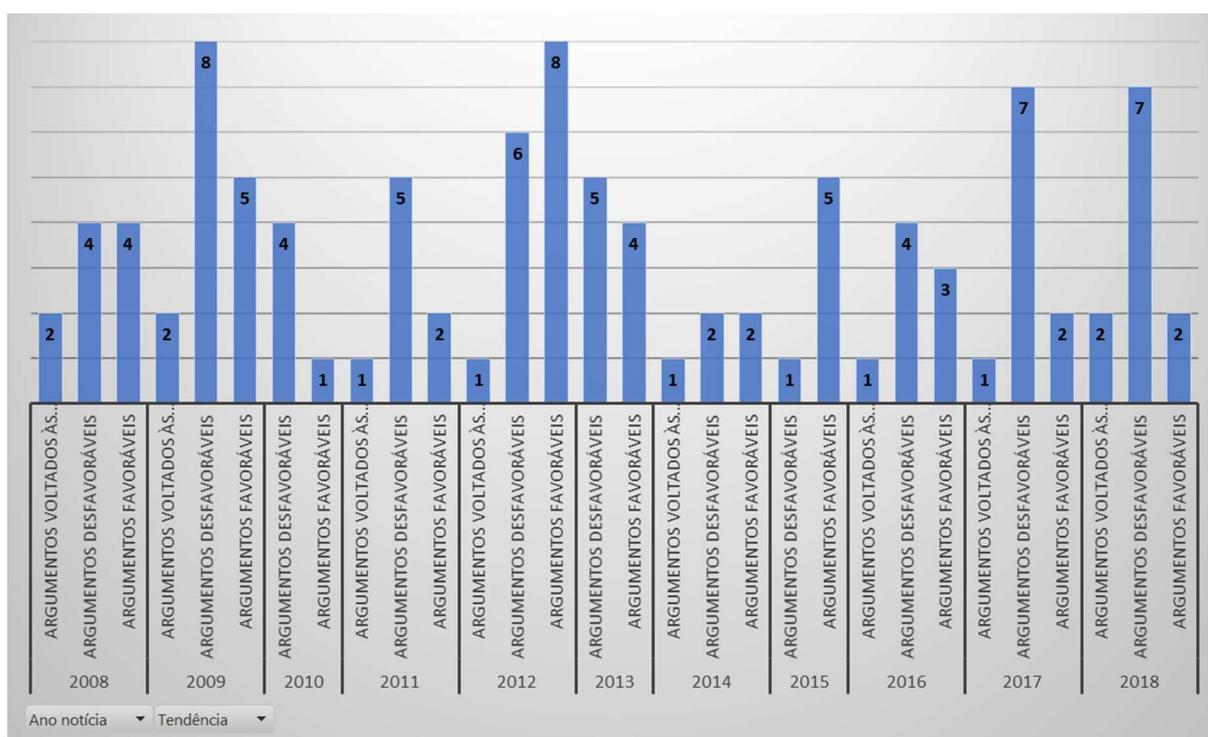
Mediante as relações estabelecidas por similitude, as palavras que detêm maior importância, e conforme preconizado na análise de conteúdo de Bardin (2011), que demonstra como significativa a categorização na fase de exploração do material que está sendo pesquisado, realizamos a categorização das 102 notícias.

Quadro 4 – Categorias de análise

Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa (2019).

Categoria/argumentos	Descritivo da Categoria
Argumentos favoráveis	Notícia que enfatiza apenas os bons resultados dos indicadores de qualidade Elogia o processo e métricas utilizados para medir a qualidade da educação superior
Argumentos desfavoráveis	Notícia que enfatiza os dados dos indicadores de qualidade acadêmica como não adequados. Critica o processo e a construção dos indicadores de qualidade de qualidade acadêmica
Argumentos voltados às informações oficiais	Notícia apenas apresenta os dados oficiais do MEC e INEP, mas sem fazer inferência

Gráfico 5 – Categoria das notícias por ano – 2008 a 2018



Fonte: a autora, com base nos dados da pesquisa (2019).

A tendência dos argumentos favoráveis teve o pico de notícias no ano de 2012, com uma frequência de oito notícias. Já a tendência de argumentos desfavoráveis teve seu pico de frequência de notícias no ano de 2009, também com oito notícias. A tendência de argumentos voltados às informações oficiais manteve-se ao longo desse intervalo da pesquisa, variando de uma notícia por ano.

Não encontramos registro na história da Educação Superior do Brasil que justifique os dois picos nos anos de 2009 e 2012, fazendo referência às tendências que apresentam argumentos favoráveis e argumentos desfavoráveis. Isso fica evidente ao analisarmos o comportamento das tendências ano a ano, já que as notícias de tendência com argumentos favoráveis são sempre em maior proporção do que as de tendência com argumentos desfavoráveis e que apresentam informações voltadas aos dados oficiais sobre as avaliações da Educação Superior.

A tendência das notícias que apresentam argumentos desfavoráveis parece encaminhar o leitor a buscar as IES que tenham bons indicadores, pois essas notícias reforçam quais são as que possuem bom indicador de qualidade acadêmica, seja ele o IGC, o CPC ou o Enade, mas, ao mesmo tempo, essas notícias indicam ao leitor possibilidades de que nem sempre 100% dos dados divulgados sejam confiáveis, já que esses podem ter sido manipulados pelas IES e não representarem em separado a qualidade acadêmica que a IES entrega para a sociedade. A notícia vinculada pela Folha de São Paulo no ano de 2008 traz a seguinte afirmação: “Cursos ‘inadequados’, com CPC abaixo de nota 3, formam 1 em cada 4 médicos do país”. Ela reforça que os bons cursos são os acima da nota três. A notícia vinculada na Gazeta do Povo em 2009: “Cursos privados concentram 74% das notas ruins no Enade, tendo suas notas entre 1, 2 ou 3”, o que também reforça essa ideia de que as notas ruins são desfavoráveis.

A tendência vinculada a argumentos favoráveis leva o leitor a buscar as IES que tenham bons indicadores, pois reforçam quais são os balizadores considerados como mínimo de qualidade para a Educação Superior, bem como apresentam quais foram as melhores IES e cursos por meio de *ranking*, que não oficialmente divulgado pelo MEC, mas amplamente divulgado pela mídia em seus canais de comunicação. Um exemplo de notícia favorável divulgado pela Gazeta do Povo, em 2009, é “Avaliações do MEC ajudam a escolher a faculdade, as melhores têm as maiores notas”. Outro exemplo é a notícia vinculada na Folha de São Paulo, em 2010, que afirma: “A Universidade Estadual de Maringá (UEM) e o Centro Universitário de Maringá (Cesumar) foram consideradas as melhores instituições de ensino superior da cidade pelo Índice Geral de Cursos (IGC) de 2010”.

Já a tendência de argumentos voltados às informações oficiais apenas apresenta os dados, dá ênfase ao processo, mostra como os indicadores são

construídos e apresenta os dados dos indicadores de qualidade acadêmica tanto para o IGC, quanto para o CPC e o Enade. A tendência de argumentos voltados às informações oficiais não faz inferência e não leva a uma tendência, mas é informativa. No meio de comunicação Folha de São Paulo, em 2017, foi vinculada a notícia que exemplifica bem essa teoria: “MEC reformula indicadores de avaliação do ensino superior”.

Quando analisamos o resultado dessas notícias categorizadas à luz da TRS, é importante destacar que a TRS possui três bases dimensionais, sendo elas: a informação que é o conceito, o campo de representação que é a imagem e a atitude que é o que determina a orientação favorável ou desfavorável em relação ao objeto da representação social (MOSCOVICI, 2011).

Com base nas tendências das informações, foi possível compreender que estas partiram dos meios de comunicação midiáticos e, ao entrarem em contato com os sujeitos, estes as decodificam/interpretam e as ancoram às leituras de mundo que possuem sobre avaliação da Educação Superior expresso por meio dos indicadores de qualidade. Após realizarem a ancoragem os sujeitos, objetivam-na, ou seja, unimos o não familiar com a realidade, reproduzindo o que dizem e informam os argumentos favoráveis da mídia que as IES que possuem bons indicadores são as melhores para se estudar, ou se esses indicadores são apenas algumas das variáveis que devem ser levadas em consideração para a escolha da IES, o que faz com que ao elaboramos uma representação social de algo nos preparemos para uma ação, para uma atitude. Como orienta Moscovici (2011, p. 78), “[...] Ancoragem e objetivação são [...] maneiras de lidar com a memória”. A ancoragem coloca a memória em movimento e está sempre classificando, ela é para dentro. A objetivação é direcionada para os outros, para fora, pois faz as coisas familiares a partir do não familiar.

É na memória das pessoas que estão as ideias e os pensamentos a serem considerados para a tomada de decisão de qual será a melhor IES para estudar, atitude essa que provém das informações veiculadas pelas notícias midiáticas, tendo em seu conteúdo informações que geralmente levam o sujeito a ter uma percepção favorável ou desfavorável ou até que essas informações não se constituam em influência, podemos dizer que a formação da representação que resulta na escolha da IES parece estar ancorada na avaliação da Educação Superior representada em nossa pesquisa pelos indicadores de qualidade.

Outro aspecto a ser observado é o de que a própria mídia é portadora de uma representação quanto ao tema aqui investigado e entendemos que essa representação está expressa pela centralidade e conexidade por meio da análise por similitude (Figura 7) e na nuvem de palavras (Figura 8) quando se tem destaque para algumas delas, tais como “Cursos”, “Avaliação”, “Enade”, “MEC” e também quando a mídia faz a opção pela vinculação da notícia seguindo uma tendência.

As notícias midiáticas aqui apresentadas e analisadas são veiculadas por meio do sistema de comunicação denominado por Moscovici (2011) como “propaganda”, sendo esse sistema uma forma de comunicação que apresenta relações conflituosas, momento em que cada sujeito envolvido busca impor suas ideias por meio da “persuasão”.

Sendo a tese dessa pesquisa “As representações contidas na mídia jornalística definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica” e mediante os dados apresentados por meio da representação social contida nas mídias, entendemos que essas representações não vão definir o *market share* das IES, nem tampouco definirão a escolha dos estudantes por uma IES, mas irão influenciar na escolha que eles farão, pois as notícias tornaram-se um conhecimento em sua mente para no momento necessário serem feitas as ancoragens e as objetivações quanto ao tema.

Após termos essa visão quanto à representação estabelecida pelas notícias analisadas, apresentaremos no tópico seguinte os dados referentes à Avaliação da Educação Superior representada pelo Censo da Educação Superior e os Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Apresentaremos o cruzamento de dados entre o indicador de qualidade IGC e a base de ingressantes apresentada por cada IES, nos dados do Censo, compreendidos entre os anos de 2009 a 2017, sendo 2017 o último Censo e indicadores de qualidade divulgados.

5.2 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E MÍDIA: CORRELAÇÃO E INCERTEZAS

A transformação da Educação Superior vem acontecendo de forma rápida. De acordo com Dias Sobrinho (2010, p. 202), ela “[...] não poderia ter ocorrido sem a participação central da avaliação [...]”. Com tal transformação, o processo de avaliação da Educação Superior também se altera

O conjunto de políticas setoriais de Educação Superior implementadas a partir de 1995, no Brasil, passou a necessitar de um aparato legal a lhe dar sustentação e de avaliação eficaz ao incremento e ao acompanhamento da expansão quantitativa e diversificação do sistema. A avaliação se tornou um instrumento importante para informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam oferecendo, bem como para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 202).

Dando resposta às mudanças no processo de avaliação da Educação Superior, há indicadores de qualidade no processo de avaliação que estão definidos pela Portaria Normativa nº 40/2007 (republicada em 2010), a qual “Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade [...]”. Dentre esses, o Conceito Enade, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de cursos avaliados da Instituição (IGC) (BRASIL, 2010).

Esses indicadores de qualidade mantêm relação direta com o Ciclo Avaliativo, atendendo às áreas de avaliação vinculadas aos anos correspondentes.

Em relação à avaliação dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, essa proposta governamental propõe-se a registrar o caráter sistêmico associado à qualidade do curso na IES. O resultado desse processo avaliativo gera o processo de regulação e supervisão da Educação Superior no Brasil (credenciamento, recredenciamento da IES, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação). Essa avaliação é pautada nas dez dimensões avaliativas descritas nos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.861/2004, itens a serem avaliados nos cursos de graduação (BRASIL, 2004).

Os resultados dessa avaliação são divulgados anualmente e traçam um retrato de cada IES e da Educação Superior no Brasil quanto aos Indicadores de Qualidade. A divulgação pública desses dados tem levado as IES a buscar a melhor estratégia para utilizá-los, como a de sua posição no *ranking*, para se promover, na perspectiva de qualidade acadêmica, utilizando os resultados que demonstraram melhor desempenho para a IES ou para seu respectivo curso, em suas divulgações.

O Ministério da Educação não divulga os resultados em formato de *ranking*, mas eles são publicados em Diário Oficial e apresentam os conceitos atribuídos a cada indicador. Por força do “mercado educacional”, diversas empresas de consultoria e a própria mídia divulgam *rankings*, instigando mercadologicamente as IES.

As IES, ao receberem os resultados dos indicadores de qualidade da Educação Superior, utilizam-nos para traçar seus planos de ação e metas voltados à melhoria dos indicadores na busca de uma melhora em seus indicadores, uma vez que esses resultados subsidiam os atos de credenciamento de IES e norteiam políticas de expansão e financiamento da Educação Superior.

Foram analisadas, no ano de 2009, 2.310 IES; em 2010, 2.372 IES; em 2011, 2.361 IES; em 2012, 2.012 IES; em 2013, 2.386 IES; em 2014, foram 2.363 IES, em 2015, 2.359 IES; em 2016, 2.401 IES; e, em 2017, 2.442 IES (BRASIL, 2009-2017).

A quantidade de IES analisadas por ano está representada no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Total de IES analisadas, por ano



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

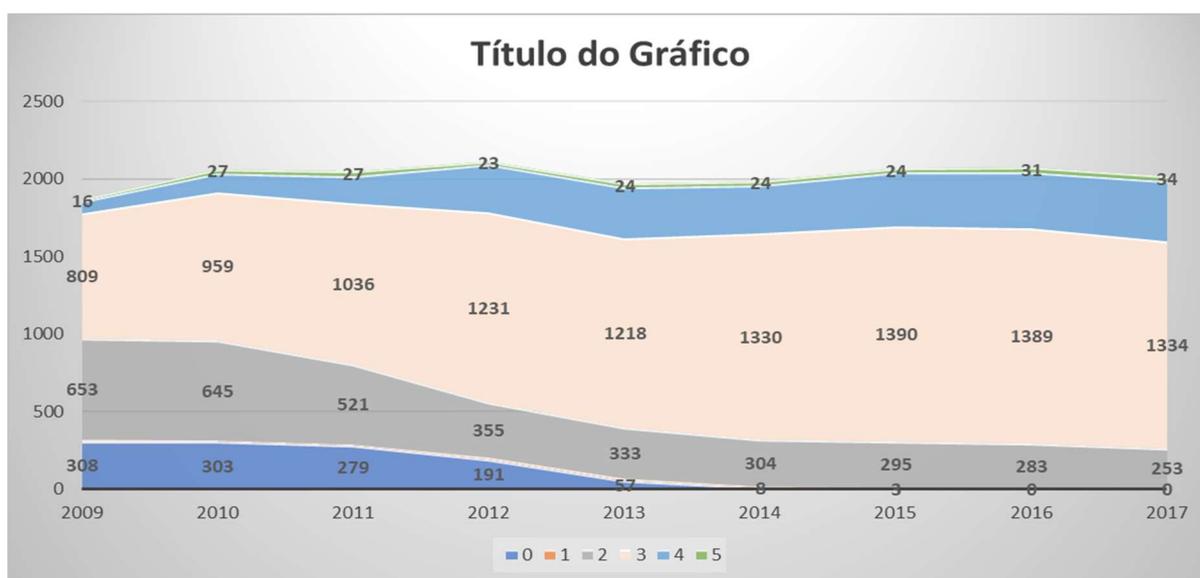
O crescimento ou a diminuição do número de IES analisadas ano contra ano se justifica, pois “[...] pluralidade e diferenciação das demandas e expectativas têm

como consequência a emergência de uma enorme diversificação de instituições de educação superior (IES) [...]” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 197).

A cada ano, as IES têm o IGC que é indicado por uma faixa que varia da nota 1 a 5. Esse indicador de qualidade é composto pelo CPC e pelos indicadores de qualidade da CAPES.

Grande parte das IES que fizeram parte dessa pesquisa estava na faixa de nota 3, seguida de IES com nota 2 e de IES com nota 4. Temos um número reduzido de IES com nota na faixa 1. Na faixa 5, são poucas as IES que alcançam a nota máxima do indicador de qualidade IGC. Essa distribuição das IES nas faixas de IGC está representada no Gráfico 7.

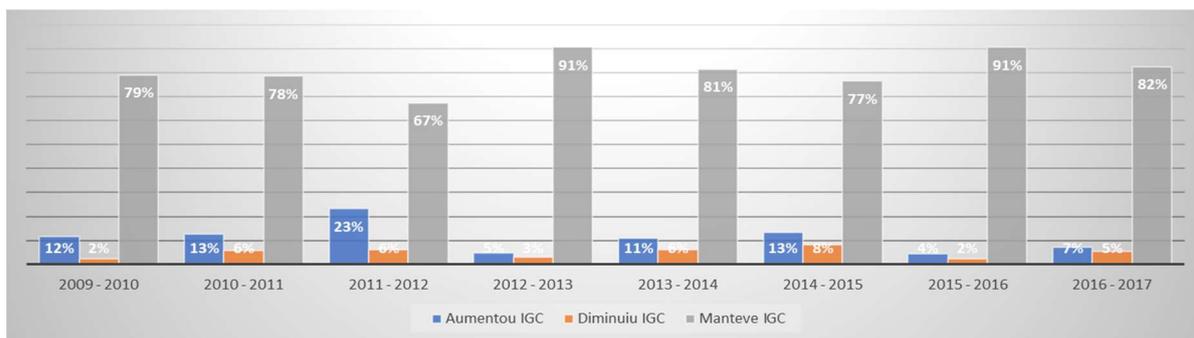
Gráfico 7 – Quantidade de IES por faixa de IGC 2009 a 2017



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

A análise de cada um dos anos quanto ao comportamento do IGC em cada IES permite-nos perceber, conforme apresentado no Gráfico 8, que a frequência das IES que mantêm seu IGC dentro da mesma faixa que estava em relação ao ano anterior é o maior percentual. Quanto a diminuir a faixa do IGC, é a menor frequência que temos e são poucas as IES que conseguem aumentar o seu IGC de um ano para outro.

Gráfico 8 – Comportamento do IGC ano contra ano



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

A preocupação da IES em manter ou melhorar seu indicador já faz parte dos planos de desenvolvimento institucional da maioria das IES, visto que hoje os indicadores de avaliação são tomados como balizadores para o reconhecimento da qualidade acadêmica de cada IES.

Dias Sobrinho (2002, p. 171-172) descreve essa busca por bons resultados nos indicadores de qualidade como um deslocamento ético, pois se deixam de lado

Valores de primeira Ordem [...] que são substituídos por outros ícones economicistas, como eficiência, produtividade, competitividade, utilidade, funcionalidade, lucratividade. Esses valores alcançados ao lugar da centralidade ética são medidos, por um processo simplificador, pela capacidade de demonstrar na atração inicial e na titulação final de mais estudante [...] enfim, através de um conjunto de índices de produtividade, utilidade e competitividade.

Já Paul, Ribeiro e Pilatti (1992, p. 11) lembram-nos que “[...] o processo de elaboração e difusão do saber vai além da simples justaposição de alunos e professores numa sala. [...] e não podem ser reduzidos a simples fatores de produção”, uma vez que o olhar para a qualidade de cada IES se faz presente, pois professores e estudantes são a própria razão da existência da universidade.

A alteração de faixa do IGC para uma IES é um momento que requer uma gestão dos seus indicadores de qualidade de forma estratégica, pois o IGC é formado por uma gama de componentes que podem variar ano contra ano e caberá à IES entender o comportamento de cada um desses componentes para que eles venham a ser analisados e deem a possibilidade para a IES ter sua faixa de IGC alterada.

Vale destacar também que essas faixas são compreendidas entre um mínimo e máximo para mudar de faixa e que qualquer milésimo pode fazer a diferença para a troca da faixa.

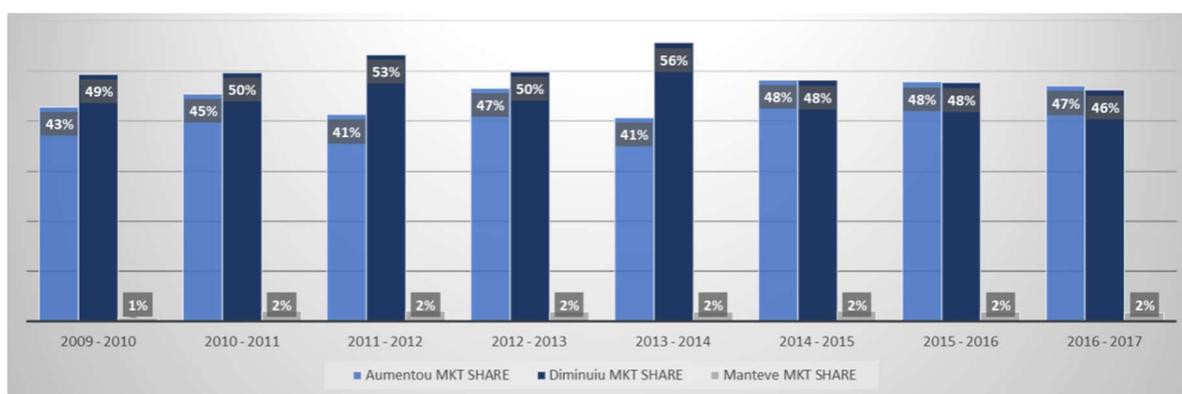
Após análise do comportamento do IGC nas IES, iniciamos a análise do comportamento da base de estudantes ingressantes nas IES que fazem parte dessa pesquisa, respeitando o recorte estabelecido.

5.2.1 Estudantes ingressantes nas IES

Com os dados dos ingressantes, podemos calcular o *market share* de entrantes, realizando a divisão da quantidade de ingressantes que a IES teve em um determinado ano pelo total de ingressantes de todas as IES naquele ano. Dessa forma, obtemos o *market share* de cada IES em cada ano (FARRIS *et al.*, 2010).

O Gráfico 9 demonstra o comportamento do *market share* nas IES ano contra ano. Ao contrário do analisado no comportamento do IGC, em que a maior frequência está na manutenção do indicador, para o *market share*, a menor frequência está registrada nas IES que mantiveram a mesma base de estudantes de um ano para outro. Com exceção do ano de 2016 para 2017, em todos os outros anos contra ano, a maior parte da IES diminuiu seu *market share* ou não tem diferença percentual entre as IES que aumentarem e diminuíram, como ocorreu na comparação entre os anos 2014 para 2015 e de 2015 para 2016.

Gráfico 9 – Comportamento do *market share*



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

Para comprovar a tese proposta nessa pesquisa, cruzaremos os dois dados – o indicador de qualidade IGC com o *market share* de cada IES – e com isso vamos

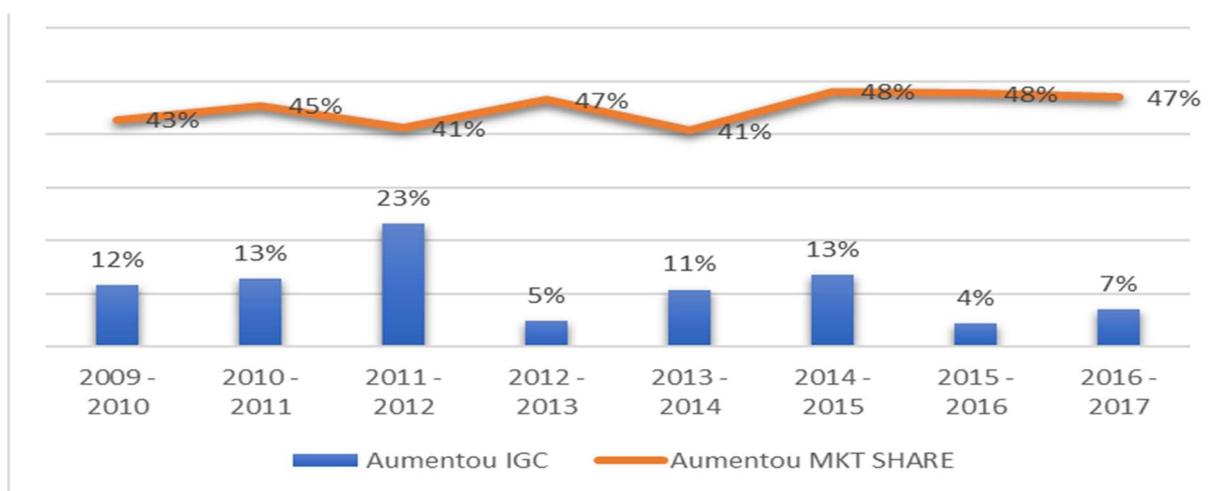
observar que o comportamento do indicador não estabelece uma correlação direta entre a variação da base de estudantes.

5.2.2 Relação entre indicador de qualidade e *market share*

O Ministério da Educação, ao divulgar o indicador de qualidade IGC, não faz uma correlação entre esse indicador de qualidade à quantidade de estudantes que cada IES possui, não sendo feita uma análise quanto à quantidade de entrantes *versus* avaliação da Educação Superior. Apresentaremos o cruzamento dessas duas informações para que possamos fazer a análise à luz do que essa tese se propõe.

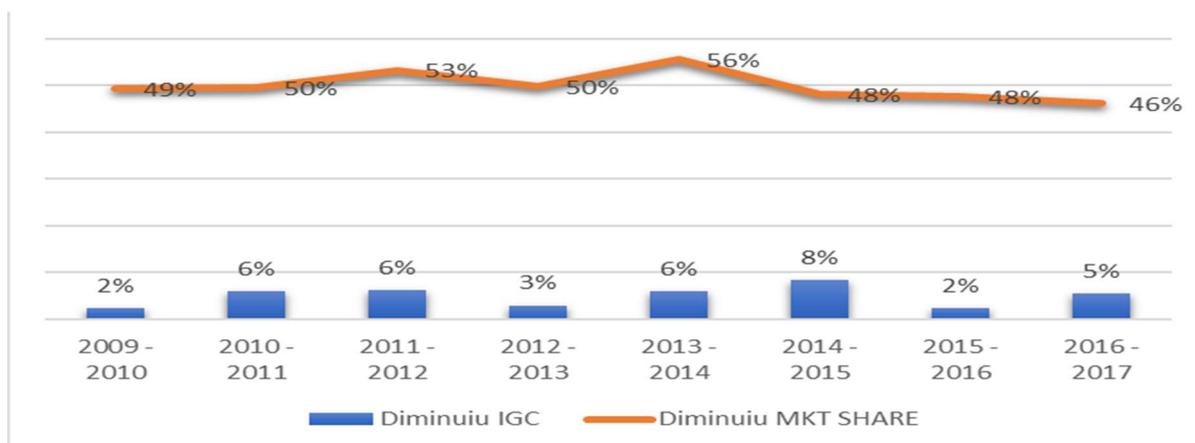
No Gráfico 10, podemos visualizar o comportamento das IES que tiveram aumento de IGC e aumento do *market share*.

Gráfico 10 – Aumento do IGC x Aumento do *market share*



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

No Gráfico 11, podemos visualizar o comportamento das IES que tiveram redução de IGC e redução do *market share*.

Gráfico 11 – Diminuição do IGC x Diminuição do *market share*

Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

Percebemos, pelos dados analisados nos Gráficos 10 e 11, que não se tem uma relação direta entre se aumentou a faixa IGC, aumenta o *market share* e nem que tendo redução da faixa do IGC, tem-se a redução na mesma proporcionalidade do *market share*. Ao analisarmos em percentual direto as variáveis de aumento e as variáveis de redução e não tendo gerado uma correlação direta, entendemos a importância de fazermos uma análise apenas da IES que tiveram aumento de IGC, a fim de podermos mensurar o comportamento do *market share* nessas IES.

Quando as notícias midiáticas geram uma representação em relação aos dados aqui apresentados, os sujeitos também constroem suas representações quanto a se os indicadores de qualidade da Educação Superior são formadores de atitudes para o momento da escolha da IES (MOSCOVICI, 2011).

Quando os dados demonstram que não existe uma correlação direta entre ter um aumento em sua nota e ter um aumento na quantidade de seus estudantes, já que em algumas IES isso ocorre e em outras não, podemos averiguar que a representação social gerada influencia, mas não a define.

Ao olharmos em números absolutos, representados na Tabela 1, podemos ver o recorte das IES que tiveram aumento de IGC e seu comportamento quanto ao *market share*.

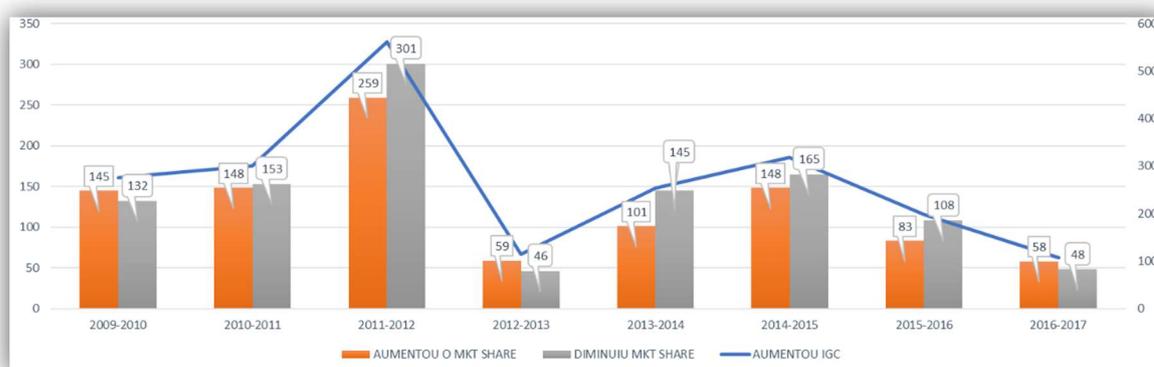
Tabela 1 – IES com aumento de IGC ano contra ano em relação ao *market share*

INTERVALO	AUMENTOU IGC	AUMENTOU O MKT SHARE	DIMINUIU MKT SHARE
2009-2010	276	145	132
2010-2011	301	148	153
2011-2012	561	259	301
2012-2013	115	59	46
2013-2014	254	101	145
2014-2015	318	148	165
2015-2016	198	83	108
2016-2017	107	58	48

Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

O comportamento das IES que aumentaram seu IGC leva-nos a refletir quanto à tese dessa pesquisa, que busca entender se as representações contidas na mídia jornalística definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica. Uma forma de evidenciar esse processo é observar o comportamento dessas IES que tiveram aumento do seu IGC para analisar se elas tiveram também aumento do seu *market share*. O comportamento dessas IES pode ser analisado com base nos dados apresentados no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Comportamento das IES que tiveram aumento de IGC ano contra ano



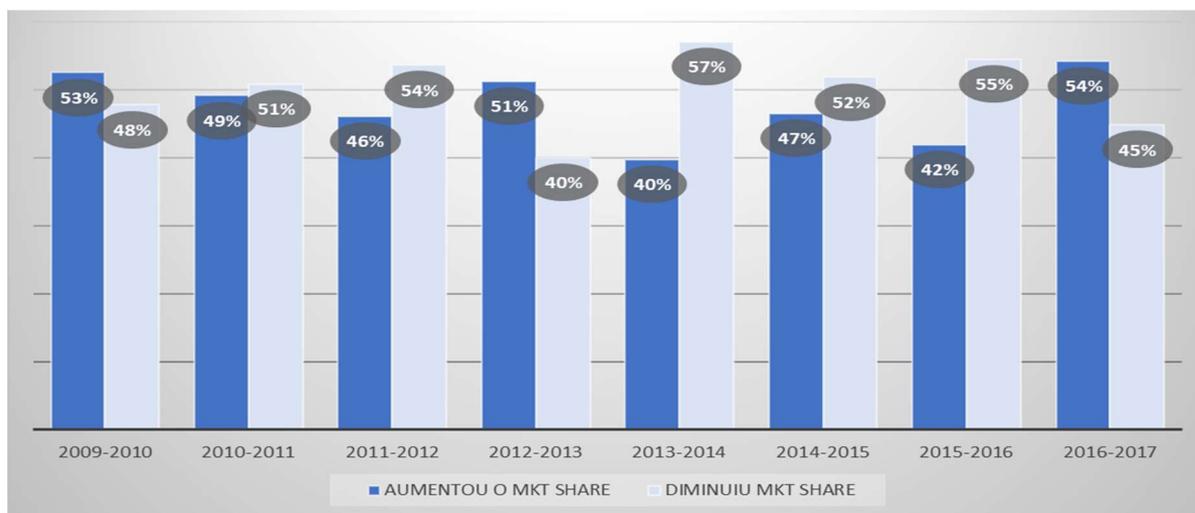
Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

Em todos os anos avaliados, a maior parte das IES que teve aumento do IGC, no comparativo de um ano contra o outro, teve a redução e não o aumento de seu *market share*, ou seja, as representações contidas na mídia jornalística não definem a escolha da IES apenas com esse conhecimento, pois os sujeitos têm em sua

memória diversos outros fatores e imagens nos quais podem se ancorar, mas elas podem influenciar e ajudar na escolha da IES (MOSCOVICI, 2011).

No Gráfico 13, fica evidenciado qual o percentual das IES que tiveram aumento ou redução do *market share* ano contra ano.

Gráfico 13 – Aumento x Redução de *market share*



Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

Observamos que nos anos 2009-2010, 2012-2013 e 2016-2017, temos maior frequência para aumento do *market share* do que para redução, mas o percentual entre a quantidade de IES que aumentou a base de ingressantes ou reduziu a base de ingressantes é muito próxima.

Quando analisamos os anos 2010-2011, 2011-2012, 2013-2014, 2014-2015, 2015-2016, temos maior frequência de *market share* das IES que tiveram aumento na nota do IGC, as quais tiveram redução de sua base de ingressantes.

A Tabela 2 demonstra esse comportamento e evidencia que não existe correlação predominante que se a IES tiver o aumento de seu IGC terá a garantia do aumento de seu *market share*.

Tabela 2 – Comportamento *market share* das IES que tiveram aumento de IGC

INTERVALO	AUMENTOU O MKT SHARE	DIMINUIU MKT SHARE
2009-2010	53%	48%
2010-2011	49%	51%
2011-2012	46%	54%
2012-2013	51%	40%
2013-2014	40%	57%
2014-2015	47%	52%
2015-2016	42%	55%
2016-2017	54%	45%

Fonte: a autora, com base nos dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2009-2017).

5.2.3 Triangulando os dados: indicador de qualidade da Educação Superior IGC, *market share* e as notícias nos meios de comunicação

Ao realizar uma triangulação analítica entre os dados deste capítulo e as notícias analisadas nessa tese, entendemos que a TRS, de acordo com Moscovici (2011), explicita os saberes no nível social e geram a oportunidade de se obter, na coletividade, o processamento de um dado conhecimento veiculado pela mídia, sendo possível a transformação dele pelos sujeitos, pois ele poderá manusear e utilizar de forma coerente com os valores e as motivações sociais da coletividade à qual pertence.

Para Moscovici (2011), a formação das representações sociais depende da história de vida de cada sujeito, pois ele traz consigo o seu conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória de vida, influenciado pelo meio ao que tem acesso e pelas situações sociais que teve.

As representações sociais atualizam-se dentro de relações de comunicação diferentes, ou seja, elas não são estagnadas, estão sempre em movimento, sendo hoje um retrato e amanhã será outro. Dessa forma, a mídia aqui investigada foi integrada por um grupo de sujeitos formadores e difusores de representações sociais. Os meios de comunicação midiáticos e a avaliação da Educação Superior expressa por meio dos indicadores de qualidade são responsáveis pela estruturação de sistemas de comunicação que objetivam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações.

Para finalizarmos este estudo, partiremos para as considerações finais, nas quais descrevemos nossos principais desafios, nossos avanços e retrocessos, nossa caminhada científica e também descreveremos o alcance dos objetivos propostos, se conseguimos responder ao nosso problema de pesquisa e qual a conclusão da tese proposta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, responderemos ao problema de pesquisa “Os resultados da avaliação da Educação Superior, divulgados pela mídia jornalística, influenciam na formação de Representações Sociais que impactam no *market share* (na escolha) das Instituições de Educação Superior?”, abarcando os objetivos propostos na tese aqui apresentada, não deixando de lado a Teoria das Representações Sociais e a Política Nacional de Avaliação da Educação Superior, em conciliação com o aporte metodológico da análise de conteúdo e da hermenêutica. Reiteramos a tese apresentada nessa pesquisa “As representações contidas na mídia jornalística definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica”. Finalizamos pontuando quais foram as limitações, os significados gerados e apontamos sugestões para a continuidade e para o aprofundamento de estudos voltados ao tema aqui pesquisado.

Enquanto metodologia de pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo de Bardin (2011), a fim de compreender o conteúdo das notícias jornalísticas presentes nos meios de comunicação Gazeta do Povo e Folha de São Paulo, dos anos de 2008 a 2018. Levando em consideração as fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e a consonância dela com a hermenêutica, foi possível estabelecer as relações necessárias entre as notícias jornalísticas, os indicadores de qualidade da Educação Superior e o *market share* e, com isso, darmos sustentação para a tese ora proposta.

Tendo como principal objetivo nesse estudo compreender a relação entre indicadores de qualidade da Educação Superior e as representações sociais de mídias jornalísticas sobre o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) na escolha da instituição, utilizamos como aporte teórico a Teoria das Representações Sociais, com base nos conceitos de ancoragem, objetivação, influência social e circulação do conhecimento, de Moscovici (2011), e também no entendimento de como o processo de uma representação social é constituído e constituirá as certezas e as incertezas no processo de reconhecimento e de disseminação de uma representação social. Também nos apoiamos em autores como Jodelet (2001), Umaña (2002), Gerken (2002), Villas Bôas (2004), Pérez (2004), Patriota (2007), Rateau (2012), Santos e Dias Sobrinho (2015).

Em resposta ao primeiro objetivo específico: “Explicitar a política estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: histórico e contexto da política de avaliação”, além da Teoria das Representações Sociais, também trouxemos, enquanto recorte teórico, a Política de Avaliação da Educação Superior, realizando uma breve imersão no conceito de política pública e entendendo a avaliação da Educação Superior, sua história, sua trajetória, suas implicações enquanto geração dos indicadores de qualidade e como eles contribuem para a própria IES e para a sociedade na qual estão presentes as notícias das mídias jornalísticas que propiciam informações para uma tomada de decisão de quem tem acesso às informações. Para embasar essa discussão, utilizamos a legislação vigente quanto à política de Educação Superior expressa em portarias, leis e instrumentos de avaliação e também nas discussões propostas por Dias Sobrinho (2002, 2010) quanto à avaliação da Educação Superior.

Um importante embasamento teórico para dar conta da tese proposta foi trazer os conceitos de comunicação, *market share* e *rankings*. Tratamos o processo de comunicação pautado na mídia, mas embasado na Teoria das Representações Sociais (MOCOVICI, 2011), e apresentamos os motivos pelos quais as IES passaram a adotar a medida do *market share* por uma exigência mercadológica que define a sua participação no mercado por meio da quantidade de estudantes que esta declara ano a ano no Censo da Educação Superior. Também trouxemos a análise que o mercado faz das IES por meio de *rankings*, sejam eles nacionais ou internacionais, e como a proposta de avaliação da Educação Superior não foi idealizada para gerar *ranking*, mas, sim, para atender a uma necessidade de avaliação da Educação Superior, tendo como pressupostos os mínimos necessários para o atingimento de uma educação com qualidade (DIAS SOBRINHO, 2010). Dessa forma, conseguimos dar conta do nosso segundo objetivo específico: “Refletir sobre o conceito de *market share* referente à estratégia de competitividade e possíveis relações com a avaliação das IES;”.

Como desenho da pesquisa, buscamos atender ao preconizado em nosso terceiro objetivo específico: “Indicar a partir da análise das representações sociais que emergem na leitura e exame das matérias difundidas pelas mídias jornalísticas se essas têm ou não relação com o incremento do *market share* das instituições de Educação Superior (IES) e a escolha da instituição”. Para isso, desenvolvemos uma

pesquisa nos meios de comunicação jornalísticos, buscando nos *sites* da Folha de São Paulo e Gazeta do Povo. Realizamos a delimitação da pesquisa entre os anos de 2008 a 2018, para que pudéssemos cruzar esse mesmo espaço temporal com os indicadores de qualidade da Educação Superior. Baseando-nos na análise de conteúdo, definimos os descritores que seriam os propulsores para a busca dentro do *site* de cada um dos canais de comunicação – Enade, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC) – e, na sequência, realizamos a seleção das notícias levando em consideração o objetivo da tese – relação com a Educação Superior e Indicadores de Qualidade Acadêmica. Como forma de delimitar a pesquisa, colocamos como pressuposto que só analisaríamos as notícias que tivessem sido geradas espontaneamente, sem nenhum tipo de patrocínio. Também entendemos como pertinente realizar uma análise quanto à tendência das notícias, pois elas podem influenciar na formação de uma representação social.

Pelo fato de as notícias serem extensas, apresentamos um quadro com o foco da notícia, o ano de sua publicação e o canal jornalístico em que esta foi publicada.

A nossa pesquisa também se utilizou dos dados declarados pelas IES no Censo anual da Educação Superior dos anos de 2009 a 2017 quanto à base de estudantes ingressantes e também utilizamos o indicador de qualidade presente na avaliação da Educação Superior, o IGC. Com isso, nossa pesquisa cruzou as três informações, quais sejam: as representações sociais que emergem das notícias jornalísticas, a quantidade de estudantes ingressantes, que se apresenta como *market share* e também o comportamento do IGC.

Mediante as notícias analisadas, fica demonstrado que estas proporcionam, aos sujeitos, a possibilidade de realização da ancoragem e de objetivação, que são processos da Teoria das Representações Sociais. Quando o sujeito realiza a ancoragem (MOSCOVICI, 2011, p. 78), busca em sua memória, nas suas lembranças, o que o remete a tornar o elemento novo palpável, ocorrendo, simultaneamente, a objetivação, quando o novo é categorizado e está presente nas comunicações e ações da vida cotidiana em grupo.

Moscovici (2011, p. 352) apresenta três categorias quanto à influência social e circulação do conhecimento: a “Difusão através do contrário”, a “Propagação das ideias através da imitação” e a “conformidade”. Tendo nas notícias midiáticas uma das formas de circulação do conhecimento e de gerar influência social, é possível entender

que as informações quanto aos indicadores de qualidade da Educação Superior, por meio de um recorte voltado ao mercado e afastando-se da natureza original da importância da qualidade do processo de avaliação da educação, entra em contato com os sujeitos que realizam suas ancoragens e objetivação, o que gera o campo da representação quanto ao tema, entendendo se realmente as IES que possuem bons indicadores são as melhores para se estudar, ou se esses indicadores são apenas algumas das variáveis que devem ser levadas em consideração para a escolha da IES.

Cada sujeito terá a sua representação social a respeito do tema em questão, pois cada um é dotado de sua historicidade, de seus conhecimentos prévios, das suas convivências e dos grupos sociais nos quais está inserido. Para alguns sujeitos, será possível que surjam pensamentos e ideias quanto a diversas outras variáveis a serem consideradas para a tomada de decisão de qual será a melhor IES para estudar, mas, para outros, não, e essa se tornará a sua representação social para a escolha da IES.

Outro fator que chamou a nossa atenção é que ao categorizar as notícias midiáticas entre argumentos favoráveis, argumentos desfavoráveis e argumentos voltados às informações oficiais, a própria mídia já é portadora de uma representação quanto ao tema aqui investigado e com isso gerará uma contribuição para a formação da representação social de cada sujeito.

Utilizar a análise por similitude proporcionou expressar a centralidade e a conexão existente nas 102 notícias midiáticas analisadas. A nuvem de palavras reafirma as conexões quando se tem destaque para algumas palavras e também quando a mídia faz a opção pela vinculação da notícia seguindo uma tendência.

A propaganda, sendo um dos sistemas de comunicação estudados por Moscovici (2011), é o meio utilizado para disseminar as notícias midiáticas, que leva o sujeito a impor suas ideias por meio da persuasão, construindo, assim, novas ancoragens, objetivações e a formação de uma nova representação social.

O processo de formação de uma representação social, conforme descrito por Moscovici (2011), não é estático, mas dinâmico e se dá no mudo psicossocial, ou seja, não apenas nos conhecimentos preestabelecidos, mas na dinâmica da convivência, na realização da ancoragem e da objetivação.

Não conseguimos afirmar ao longo dessa tese que as representações contidas na mídia jornalística definem o *market share* da IES e a escolha dos estudantes e de

suas famílias pela IES para a formação acadêmica, mas conseguimos demonstrar que essas representações contidas na mídia jornalística influenciam na tomada de decisão quanto à escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES.

Ao gerar tal influência, gerará impactos no *market share* de cada IES, que não necessariamente estará refletindo na premissa de que as IES com os melhores indicadores de qualidade acadêmica, expressos na política de avaliação da Educação Superior, possuem o maior *market share*. Mediante os dados analisados nessa tese, evidenciamos que a curva de crescimento do *market share* não tem uma relação direta com o aumento ou a redução do indicador de qualidade IGC.

O que os dados analisados quanto ao IGC e ao *market share* demonstraram é que não existe correlação predominante que se a IES tiver o aumento de seu IGC terá a garantia do aumento de seu *market share*.

Ao realizarmos uma análise aplicada, por meio da hermenêutica e da Teoria da Representação Social, entre os dados das notícias midiáticas analisadas e os dados do Censo da Educação Superior quanto aos ingressantes e o indicador de qualidade presente na avaliação da Educação Superior IGC, é viável afirmar, de acordo com Moscovici (2011), que os saberes no nível social levam à oportunidade de gerar, na coletividade, o processamento de um dado conhecimento veiculado pela mídia, que pode ser transformado pelo sujeito, uma vez que este sujeito pode manuseá-lo e utilizá-lo de forma coerente com os valores e as motivações sociais da coletividade à qual pertence.

A riqueza em embasar a análise dos dados aqui apresentados utilizando o conceito de representação social dá-se devido à sua dinâmica e à sua história. As representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo o peso da história e da tradição de cada sujeito que participa desse processo, gerando a possibilidade de em cada grupo e/ou sujeito emergir uma representação social (MOSCOVICI, 2011) quanto às representações contidas na mídia jornalística referentes à influência no *market share* da IES e na escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES para a formação acadêmica. A TRS gera uma flexibilização da realidade contemporânea, sendo possível, assim, responder ao problema de pesquisa apontado nessa tese: “Os resultados da avaliação da Educação Superior, divulgados pela mídia jornalística, influenciam na formação de Representações Sociais que impactam no *market share* (na escolha) das Instituições de Educação Superior?”.

O fato de ao longo da pesquisa conseguirmos dar resposta ao problema de pesquisa e de trazermos elementos que deram embasamento para demonstrar que a tese estabelecida para essa pesquisa foi desconstruída, pois as representações sociais contidas na mídia jornalística não definem o *market share* das IES, mas contribuem para a escolha dos estudantes e de suas famílias pela IES não significa dizer que não tivemos desafios e obstáculos ao longo do processo de pesquisa e da construção do conhecimento.

Podemos dizer que lidar com um tema tão delicado e com influências para além da nossa atuação, tais como forças políticas, legislação em vigor, história do processo de avaliação da Educação Superior, fez-nos refletir e repensar a caminhada e, em alguns momentos, parar e entender se estávamos indo no caminho correto ou se estávamos sendo tendenciosas e quem sabe até deixando emergir a nossa representação social sobre o tema em estudo.

Colocar-nos não como sujeitos da pesquisa, mas como pesquisadora, foi, sim, o desafio, pela proximidade de nossa atuação profissional cotidiana com o tema pesquisado. Deixar de lado o saber genérico e nos pautarmos nas teorias propostas para analisar os dados e gerar conhecimento foi um desafio a cada palavra escrita e a cada capítulo elaborado.

Hoje, temos plena convicção de que o estudo aqui proposto foi apenas o início de uma série de aprofundamentos que podemos dar continuidade, tais como avaliar os demais indicadores de qualidade da Educação Superior presentes na política de avaliação da Educação Superior e entender se eles teriam, e caso tivessem, quais seriam os demais fatores que poderiam influenciar na escola da IES pelo estudante e por seus familiares.

Conseguir analisar mais meios de comunicação midiáticos e suas notícias sobre a Educação Superior também é de uma riqueza que gera conteúdos para análises e pesquisas com diversos enfoques e possibilidades de contribuição para a sociedade e para a educação brasileira.

A Teoria da Representação Social é tão vasta e tão rica que só podemos dizer que estamos a cada dia mais imersos e nos deleitando com esse presente científico do legado deixado pelos estudos de Moscovici (2011). Sua precisão em unir estudos já existentes nessa teoria que representa um olhar que possibilita o processo de ancoragem e objetivação, sem serem estanques, mas sinérgicos, que se modificam

de acordo com os sujeitos e tempos envolvidos, leva-nos a crer que estamos apenas no início das nossas formulações e da nossa trajetória de contribuição social.

Nosso propósito inicial de desenvolver uma pesquisa pautada nas notícias midiáticas e nos indicadores de qualidade da Educação Superior, desde quando iniciamos o doutorado, que culminou nessa tese, é fruto de um sonho de deixar uma contribuição para a academia, para a sociedade e para nós enquanto pesquisadores. Entendemos que conseguimos deixar uma contribuição de que é possível, sim, na educação, tratarmos e analisarmos dados e indicadores, associando as teorias e as metodologias corretas, porque a educação é para além de um olhar de mercado capitalista, ela é uma construção social dotada de sentidos, de conhecimento e de ciência.

Não poderíamos finalizar essa tese sem uma citação quanto à teoria da representação social e sem trazer aqui uma fala de Moscovici (2011, p. 352) quanto à propagação das ideias:

[...] aceitar uma opinião ou informação e torná-la minha significa imitar e imitar é repetir, reproduzir em si mesmo o que apareceu em algumas outras mentes. Do mesmo modo que indivíduos ou grupos inferiores imitam indivíduos ou grupos superiores, as ideias dominantes de nosso tempo, que são reproduzidas, são as dos grupos dominantes, instrumentos que os possibilita manter seu poder e tais ideias serão disseminadas.

Nosso desejo é de que essa tese contribua para que os sujeitos ultrapassem a linha da propagação quanto à avaliação da Educação Superior e a escolha da IES pelos estudantes e por seus familiares, para que possamos realizar nossas ancoragens e objetivações gerando novas representações sociais que se renovem a cada dia, a cada novo fato e a cada nova convivência.

Realmente, até aqui foi uma trajetória, a qual nos impulsiona para a continuidade do saber, do pesquisar, do disseminar e do aprofundar.

REFERÊNCIAS

- AAAS. American Association for the Advancement of Science. **Mission and history**. Disponível em: <https://www.aaas.org/mission>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Desmistificando os rankings acadêmicos. 30/05/2018. **Jornal da PUC – Campinas 2053**. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/2812>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ACKOFF, Russel L. **A concept of corporate planning**. New York: Wiley, Interscience, 1970.
- ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das Representações Sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, jul./dez. 2001.
- ALMEIDA, Angela Maria de; SANTOS, Maria de Fátima de S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Techonoplis, 2011. p. 262-297; 492-520.
- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Hermenêutica: o que é isto, afinal? *In*: AZEVEDO, Heloisa Helena Duval de; OLIVEIRA, Neiva Afonso; GHIGGI, Gomercindo (Org.). **Interfaces: temas de Educação e Filosofia**. Pelotas: UFPel, 2009. p. 39-53.
- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. **Para formar homens de lei**. Pesquisa FAPESP. Edição 260, out. 2017. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/10/25/para-formar-homens-de-leis/>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir da abordagem crítica da teoria do capital humano**. São Paulo: Autores Associados, 1982.
- ARQUIVO NACIONAL. **Academia Real Militar**. Memória da Administração Pública Brasileira. Arquivo Nacional. 28/03/2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/126-academia-real-militar>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ARWU. **Classificação Acadêmica das Universidades Mundiais 2015**. Disponível em: <http://www.shanghairanking.com/pt/ARWU2015.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- ARWU. **Sobre**. Classificação Acadêmica das Universidades Mundiais. 2015. Disponível em: <http://www.shanghairanking.com/pt/aboutarwu.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. 3. ed., 1. reimp. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio. História e hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. **OPIS**, v. 7, n. 9, jul-dez 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/9329/6422>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BEZERRA, Artur D'Amico; CUSTÓDIO, Thiago Oliveira; CUSTÓDIO, Douglas Oliveira. A Reforma Universitária de 1968: Expansão e Repressão. **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste**, Reunião Científica Regional da ANPED, Goiânia, 2014. Disponível em: http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Artur-DAmico-Bezerra_-Thiago-Oliveira-Cust%C3%B3dio_-Douglas-Oliveira-Cust%C3%B3dio.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

BIÃO, Armino *et al.* (Org.). **Temas em contemporaneidade, imaginário e teatralidade**. São Paulo: Annablume, 2000.

BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. **Psicologia educacional**, São Paulo, n. 19, p. 143-166, dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 jan. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. Unioeste. 20/07/2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 dez. 2018.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. *In*: COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão Universitária: Os caminhos para a excelência**. São Paulo: Penso, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 29 dez. 2010. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de nov. de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, DF: DEED, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF 25 de jun. de 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.174, de 21 de outubro de 2015. Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 out. 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13174-21-outubro-2015-781821-norma-pl.html>. Acesso em: 2 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-stelameneghel-inep>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1995**. Brasília, DF: MEC, INEP, 1995. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1995/superior/miolo1_Sinopse_Superior95.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 1999**. Brasília, DF: MEC, INEP, 1999. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1999/superior/miolo1_Sinopse_Superior99.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Conceitos dos cursos de graduação e instituições relativos a 2017 estão disponíveis para consulta** Brasília, DF: MEC, INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/72101-conceitos-dos-cursos-de-graduacao-e-instituicoes-relativos-a-2017-estao-disponiveis-para-consulta>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Qualidade da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?** Brasília, DF: MEC, INEP. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019. **Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade 2019**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2019/portaria_n828_de_16042019-enade2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Portaria nº 151, de 28 de fevereiro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 mar. 2019. Portaria Comissão Assessoras de área ENADE. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2019/portaria_n151_de_28022019_CAA_Enade-2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica n.º 20/2019/CGCQES/DAES**. Processo n.º 23036.000216/2019-81. Cálculo da nota final do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2019/nota_tecnica_n20-2019_CGCQES-DAES_calculo_NF_Enade.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Nota Técnica n.º 03/2019**. Metodologia de seleção e indicação de Comissões Assessoras de Área para realização de atividades referentes ao Enade 2019. Disponível em: <https://mail.uol.com.br/?xc=6da7ffddeac639f587d35be9075ab051#/webmail/0//INBOX/page:1/OTkxMjE>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Portaria n.º 518/2019, de 31 de maio de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 jun. 2019. Dispõe sobre o componente de formação geral do Enade 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2019/portaria_n518_31052019_formacao_geral_enade2019.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRUNELLO, Yuri. **Hegemonia**: mais definições em trânsito. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/HEGEMONIA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CADE. Ministério da Justiça. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. **Atos de Concentração no Mercado de Prestação de Serviços do Ensino Superior**. Maio/2016. Brasília. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/caderno-de-educacao-20-05-2016.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; MATIAS, Raone César; LOURENÇO, Henrique da Silva. “*Rankings* na educação superior: as melhores faculdades do Brasil (1982-2000)”. **Estudos de Avaliação da Educação.**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 226-247, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1906/1906.pdf> - Acesso em: 03 out. 2019.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas as organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, n. 6, v. 2, jul-dez, 2013, p. 179-191.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília (DF), n. 57, v. 5, set/out, 2004, p. 611-4.

CATARINA, Irani Arantes. **A educação no Brasil nos anos 60: o pacto do silêncio.** São Paulo: Loyola, 1985.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COBRA, Marcos; BREZZO, Roberto. **O novo marketing.** Rio de Janeiro: Campus, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada.** O Golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

DALBOSCO, Cláudio Almir. Desafios postos pela modernidade à universidade. *In*: MARCON, Telmo (Org.). **Educação e universidade, práxis e emancipação: uma homenagem à Elli Benincá.** Passo Fundo: Ediap, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado.** Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995- 2009): do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar.2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/cpa/periodicos/revista-avaliacao-da-educacao-superior-2010/AVALIACaOETRANFORMACOES_ArtigoRevAval2010_v15n1a11.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

DICIO. **Prêmio Nobel.** Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/premio-nobel/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DILTHEY, Wilhelm. **Filosofia e educação.** Org. de Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. Trad. de Alfred Josef Keller e Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. São Paulo: EdUSP, 2010. p. 13-30.

ESAB. **Entenda o que é o Enade e como funciona.** 26/11/2015. Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB). Disponível em: <https://www.esab.edu.br/voce-sabe-o-que-e-e-como-funciona-o-enade/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FARRIS, Paul W.; BENDLE, Neil T.; PFEIFER, Phillip E.; REIBSTEIN, David J. **Marketing Metrics: The Definitive Guide to Measuring Marketing Performance** (Second Edition). Upper Saddle River, New Jersey: Pearson Education, Inc., 2010.

FÁVARO, Maria de Lurdes. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FAVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação).

FERNANDES, Ivanildo Ramos; GRIBOSKI, Claudia Maffini; MENEGHEL, Stela Maria. Novos indicadores para a educação superior brasileira: Eles são necessários? **Avalies**, 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior, 05 e 06 setembro de 2017, Florianópolis, Santa Catarina, UFSC, INPEAU. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179396>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia à república. **Revista Internacional de Educação Superior (RIESup)**, Campinas, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 401-416, maio/ago. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O que é a medalha Fields, o maior prêmio que um matemático pode receber**. 02/08/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2018/08/entenda-o-que-e-a-medalha-fields-o-maior-premio-matematico.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FONSECA, Sonia Maria. **A hegemonia jesuítica (1549-1759)**. Navegando na História da Educação Brasileira. HISTEDBR. UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_jesuitico_intro.html. Acesso em: 10 jan. 2019.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

FRANZON, Sadi. Os Acordos MEC-USAID e a Reforma Universitária de 1968 – As Garras da Águia na Legislação de Ensino Brasileira. **XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**. PUCPR 26 a 29/10/2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

G1. **USP sobe 3 posições em ranking é a 118ª melhor universidade do mundo; Unicamp sai do top 200**. 06/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/usp-sobe-3-posicoes-em-ranking-e-a-118-melhor-universidade-do-mundo-unicamp-sai-do-top-200.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Universitária São Francisco, 2005.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GEDRAT, Clóvis Victor. **O conceito de verdade a partir da hermenêutica filosófica de Hasn-Georg Gadamer**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Vale dos Sinos, Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GERKEN, Carlos Henrique de Souza. A razão e o outro em Lévy-Bruhl: notas para estudo de um diálogo com a psicologia sócio-histórica de Vygotsky. 2002. **XXIII ANPED**. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/2002t.PDF>. Acesso em: 20 fev. 2019.

GESTEIRA, Cid Santos. Cursos sequenciais. *In*: DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena (Org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Nupes (Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior), 2001. p. 97-103.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: O que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 17-26, jun. 2008.

GODOI, Antonio Roberto de. **Coluna de Contraponto**: O país da malandragem. 17/02/2017. Vida Provinciana. Disponível em: <https://www.aprovincia.com.br/vida-provinciana/vox-populi/ideias/coluna-contraponto-o-pais-da-malandragem-19174/>. Acesso em: 12 abr. 2019.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (Org.) **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. O clássico e o novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-142.

GOMES, Romero. **O que é o Sinaes?** 22/10/2018. Instituto Federal de Roraima Reitoria (IFRR). Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/reitoria/pro-reitorias/prodin/ccii/sinaes/o-que-e-o-sinaes>. Acesso em: 12 abr. 2019.

GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. O ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**,

Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, jan/jul, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/index>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUIA DO ESTUDANTE. **Entenda a avaliação de cursos 2017 do Guia do Estudante**. 16/10/2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/entenda-a-avaliacao-de-cursos-2017-do-guia-do-estudante>. Acesso em: 20 fev. 2019.

HAINES, Stephen G. **The systems thinking approach to strategic planning and management**. New York: St. Lucie Press, 2016.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vitor. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil**. COFEN, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Publicado edital com regras e cronograma do Enade 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/publicado-edital-com-regras-e-cronograma-do-enade-2019/21206. Acesso em: 20 fev. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Documentos e Legislação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/documentos-e-legislacao13>. Acesso em: 20 fev. 2019.

JESUINO, Jorge C. Um conceito recontrado. *In*: ALMEIDA, Angela M. O.; SANTOS, Maria F. Souza; TRINDADE, Zeidi A. **A teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: TechnoPolitik, 2011. p. 33-57.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Trad de Lillian Ulup. Rio de Janeiro: EDURJ, 2001. p. 17-44.

JODELET, Denise. A fecundidade múltipla da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. *In*: ALMEIDA, Angela Maria de; SANTOS, Maria de Fátima de S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília, DF: Techonoplis, 2011. p. 199-224.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LE MOS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de Max Weber: Considerações em torno do tema. **Revista Iluminart**, ano IV, n. 9: 5; nov./2012, p. 113-127.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; LEITE, Denise. Políticas de avaliação e inovação da Educação Superior: Influências na produção do conhecimento. In: LEITE, Denise; FERNANDES, Cleoni Barboza (Org.). Cecília Luiza Broilo Colaboradora. **Qualidade da educação superior: avaliação e implicações para o futuro da universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 29-36. (Série Qualidade Da Educação Superior. Observatório da Educação CAPES/INEP v. 6). Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0206-0.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

LIMA, José Juarez Tavares; ALONSO, Monica Machado; PASSAES, Fernando Mendes; PASSAES, Manoel Fernando; VIDAL, Fabiana Rodrigues Pereira; VALLUIS, Marcel André. A importância do sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES para a qualidade do ensino superior. **Revista Don Domênico**, Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Faculdade Don Domênico, 8. ed., jun. 2016. Disponível em: http://www.faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos8_educacao/8ed8.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

LIMA, Lauro de Oliveira. Prefácio. In: ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

LUCCHESI, Martha Abraão Saad. Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século. **RBPAE**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 513-528, set./dez. 2007.

LUCKMANN, Luiz Carlos; BERNART, Eliezer Emanuel. Da universidade clássica à universidade brasileira: aproximações e desdobramentos. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 211-220, jun./dez. 2014.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. A presença norte-americana na educação superior brasileira. **Thesis**, São Paulo, ano I, v. 3, p. 54-77, 2º Semestre, 2005. Disponível em: https://www.cantareira.br/thesis2/ed_3/3_gabriela.pdf. Acesso em: 23 jan. 2019.

MELO, André Lins de; SANTOS, Elisângela de Jesus Ribeiro dos; ANDRADE, Gercília Pereira de. Ensino superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Anais...** VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas HISTEDBR. São Paulo: UNICAMP, 2009. p. 01-19. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ErJB7MMF.doc. Acesso em: 22 dez. 2018.

MENDES, Daniele Cristina Bahniuk. Considerações elementares da metodologia de análise de conteúdo em pesquisa qualitativa no âmbito das ciências sociais. **Fac. Sant’Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 3, p. 4-15, 1. Sem. 2018. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/download/118/233>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. **Analfabetismo Funcional**. Educa Brasil. 01/01/2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/analfabetismo-funcional/>. Acesso em: 02 maio 2019.

MOROSINI, Marília. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação. Print version, Botucatu, v. 5, n. 9, aug. 2001.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOTA JUNIOR, Antonio Macedo; FREITAS, Valéria Santana. **Panorama atual da educação superior no Brasil**. 11º Encontro Internacional de Formação de Professores (ENFOPE), 12º Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional (FOPIE), 4º Encontro Estadual da Associação Nacional pela Formação de Professores Seção Sergipe. GT 9 – Políticas Públicas e Gestão Socioeducacional. 20/07/2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/8866>. Acesso em: 23 jan. 2019.

NATURE. **Overview**. 2019. Disponível em: https://www.nature.com/npg_/company_info/index.html. Acesso em: 20 fev. 2019.

ORDAZ, Olga; VALA, Jorge. Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**, Lisboa, v. 32, n. 4/5, p. 847-874, 1997.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Edições 70: Lisboa, 1997.

PATRIOTA, Lucia Maria. Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade. **Serviço Social em Revista**, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

PHILOGENE, Gina. O alcance das Representações Sociais: dinâmicas e redes. In: ALMEIDA, Angela Maria de; SANTOS, Maria de Fátima de S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília, DF: Technopolis, 2011. p. 371-389.

PÉREZ, Silva Elena Amador. **La Representación Social de la Tecnología en Mujeres Rurales**: Los Procesos Sociocognitivos como Fundamento de la Relevancia Social. (Tesis). Maestría en Calidad de la Educación. Departamento de Ciencias de la Educación. Escuela de Ciencias Sociales, Universidad de las

Américas Puebla. Cholula, Puebla, México a 16 de julio de 2004. Disponível em: http://catarina.udlap.mx/u_dl_a/tales/documentos/mce/amador_p_se/. Acesso em: 14 fev. 2019.

PORTELA, Karine. **Análise de Conteúdo**. Slideshare. 06/07/2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/karineportelaportela/tcnica-anlise-de-contedo>. Acesso em: 25 jan. 2019.

PAUL, Jan Jacques; RIBEIRO, Zoya; PILATTI, Orlando. As iniciativas e as experiências de avaliação do ensino superior: balanço crítico. *In*: DURHAM, Eunice R.; SCHWARTZMAN, Simon. **Avaliação do ensino superior**. São Paulo: Edusp, 1992. p. 141-167.

QS TOP UNIVERSITIES. **About QS**. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/about-qs>. Acesso em: 20 fev. 2019.

QS TOP UNIVERSITIES. **Methodology**. 2018. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/qs-world-university-rankings/methodology>. Acesso em: 20 fev. 2019.

RATEAU, Patrick; MOLINER, Pascal; GUIMELLI, Christian; ABRIC, Jean-Claude. **Social Representation Theory**. Handbook of theories of social psychology. January, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/292251059>. Acesso em: 12 fev. 2019.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Schleiermacher: a interpretação da religião, o relançamento de Platão e a hermenêutica. *In*: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do Romantismo ao Empiriocriticismo**. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2005. cap. II, p. 21.

ROUSSIAU, Nicolas. Similitud analysis: a methodology for studying the structure of social representations. **European Review of Applied Psychology**, v. 52, n. 3-4, p. 293-304, 2002.

RUF. **O que é o RUF**. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/o-ruf/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SANTOS, Geovane Tavares dos; DIAS, José Manuel de Barros. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP (PRACS)**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan.-jun. 2015.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SIMONEAU, Adriana Sancho; OLIVEIRA, Denise Cristina. **Psicologia e saber social: representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros**. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/psi-sabersocial/article/view/14478>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

SÊGA, Rafael Augustus. O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, jul. 2000.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **RIAAE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017.

SILVA, André Luis Silva. **Conceitos da Hermenêutica**. 2007. Filosofia. Disponível em: <https://www.infoescola.com/filosofia/conceitos-de-hermeneutica/>. Acesso em: 25 jan. 2019.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, ISSN 1677 4280, v. 17, n 1, 2015. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ129.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação do docente. Questões sobre a educação e o ensino superior no Brasil. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 136-152, jul./dez., 2013.

SOUZA, Elane. **O Brasil é um país verdadeiramente laico?** Tire suas conclusões. 2015. JusBrasil. Disponível em: <https://lanyy.jusbrasil.com.br/artigos/183776451/o-brasil-e-um-pais-verdadeiramente-laico-tire-suas-conclusoes>. Acesso em: 27 mar. 2019.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens Preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-58, ago. 1996. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/461/441>. Acesso em: 22 dez. 2018.

SOUZA, Rafael Ferreira. **O Ensino Superior no Brasil: Uma análise histórica**. Porta Educação. 02/06/2015. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/o-ensino-superior-no-brasil-uma-analise-historica/63871>. Acesso em: 05 nov. 2018.

TÁRTARI, Theobaldo. **A natureza do pensamento**: ensaio sobre a origem do senso comum. São Paulo: Baraúna, 2016.

THOMSON REUTERS. **Sobre nós**. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/sobre-nos.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

UMAÑA, Araya Sandra. **Las representaciones sociales**: Ejes teóricos para su discusión. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Sede Académica, Costa Rica: FLACSO, 2002.

UNIBAVE. **Avaliação das Instituições de Educação Superior – Avalies.**

Disponível em: <https://unibave.net/institucional/avaliacao-institucional/avaliacao-externa/avaliacao-das-instituicoes-de-educacao-superior-avalies/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VALA, Jorge. Representações sociais – para uma psicologia social do pensamento cotidiano. *In*: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (Org.). **Psicologia Social**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 475-502.

VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil (1954-1964). **Revista Educação e Sociedade**, v. 4, n. 11, 1982. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1412/1386>. Acesso em: 25 jul. 2019.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 149-186.

WOLTER, Rafael Moura Coelho Pecly. Serge Moscovici: um pensador do social. *In*: ALMEIDA, Angela Maria de; SANTOS, Maria de Fátima de S.; TRINDADE, Zeidi Araújo. (Org.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília, DF: Technoplis, 2011. p. 21-29.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZANARDI, João Batista. **As reformas curriculares no Brasil: as estratégias do desenvolvimento econômico à globalização (1961-2002)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, UEM, Maringá, 2004.

ZANDAVALLI, Carla Busato. “Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES”. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 351-383, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a08v14n2> - acesso em 28/09/2019. Acesso em: 8 maio 2019.

APÊNDICE A – LINKS DAS NOTÍCIAS ANALISADAS NA TESE

ANO	MÊS	CANAL	LINK NOTÍCIA
2008	07/11/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/11/465326-une-organiza-boicote-ao-enade-pelo-segundo-ano-seguido.shtml
2008	31/08/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/08/439796-usp-registra-diploma-irregular-diz-conselho.shtml
2008	07/11/2008	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/no-parana-38-mil-fazem-enade-neste-domingo-b9mgylbvliki4ophfg9husz7y/
2008	22/10/2008	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/verissimo/pros-e-contras-do-enade-b8mpi0g9m40gd5yyon2004bim/
2008	06/08/2008	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/parana-tem-sete-cursos-no-enade-com-nota-maxima-b42nz6bg5liywsa72uae6e5vy/
2008	07/08/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/08/430684-cursos-inadequados-formam-1-em-cada-4-medicos-do-pais.shtml
2008	07/08/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/08/430466-novo-conceito-tira-214-cursos-da-lanterna.shtml
2008	08/09/2008	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/economia/fora-da-elite-mas-acima-da-media-b638ri6azfg0m2lv0froiru4u/
2008	09/09/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u442954.shtml
2008	08/09/2008	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2008/09/442710-mesmo-com-reitoria-em-crise-unifesp-e-apontada-como-melhor-universidade-do-pais.shtml
2009	25/08/2009	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/08/614474-usp-decide-continuar-fora-da-avaliacao-do-enade.shtml
2009	04/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enade-revela-qualidade-baixa-na-pedagogia-bt9g67l6x3xng5urshtyhfta/
2009	04/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/curso-da-ufpr-tem-nota-maxima-no-enade-bt795axkkcuw1iyzu5g84fj9q/
2009	03/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cursos-privados-concentram-74-das-notas-ruins-no-enade-bt70wxeaxspiux63cfe8d8gni/
2009	07/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/avaliacoes-do-mec-ajudam-a-escolher-a-faculdade-btcu04hrrjiew8fjqlq4ok95a/
2009	14/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mec-fecha-2-mil-vagas-do-curso-de-pedagogia-bwc9bnclslrg7xt0zfb72lz66/
2009	03/09/2009	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/09/619292-engenharia-eletronica-do-ita-obteve-a-melhor-avaliacao-do-mec.shtml
2009	03/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cursos-privados-concentram-74-das-notas-ruins-no-enade-bt70wxeaxspiux63cfe8d8gni/

2009	04/09/2009	Folha S. Paulo	https://agora.folha.uol.com.br/saopaulo/ult10103u619318.shtml
2009	01/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/uem-mantem-lideranca-no-pr-bt1wira21e3ol68wg1iyn62xa/
2009	07/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/avaliacoes-do-mec-ajudam-a-escolher-a-faculdade-btcu04hrrjiew8fjqlq4ok95a/
2009	04/02/2009	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/02/498673-piores-faculdades-crescem-mais-que-a-media.shtml
2009	02/09/2009	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/09/618311-diferenca-de-nota-entre-universidades-publicas-e-privadas-cai.shtml
2009	01/09/2009	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/faculdades-dao-ao-pr-pior-resultado-do-sul-bt3eumyggshzhtzydb87rdce/
2009	31/08/2009	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2009/08/617440-so-1-das-universidades-obtem-conceito-maximo-de-qualidade-no-mec.shtml
2010	24/10/2010	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/vestibular/prontos-para-o-enade-0hdwxul81z9n8ykqm9gdv6uku/
2010	26/05/2010	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/faculdades-reclamam-de-fiscais-do-enade-f4r6nhkywq5ypp1g352tkg1fy/
2010	07/08/2010	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/vestibular/sindicato-teme-vazamento-dados-do-enade-27vh9gflkxna0ytxvibtf3ny/
2010	06/01/2010	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/anulacao-de-questoes-do-enade-faz-mec-assumir-prova-ayl4ovl1jpnvki6v7iffi98we/
2010	05/03/2010	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0503201009.htm
2011	29/11/2011	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2011/11/1013725-mec-corta-3986-vagas-de-cursos-da-saude-com-conceito-baixo-veja.shtml
2011	06/11/2011	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enade-divide-opinioes-de-estudantes-9a51ebuimfqz58fdpguzvtpvy/
2011	13/01/2011	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/vestibular/33-das-instituicoes-de-ensino-superior-ficam-abaixo-da-media-e5bt116kjlw0k3b9a7m2cdu5am/
2011	17/11/2011	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2011/11/1008044-mec-corta-50-mil-vagas-de-cursos-superiores-mal-avaliados.shtml
2011	05/07/2011	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2011/07/939159-oab-divulga-90-faculdades-sem-aprovados-em-exame-veja.shtml
2011	18/11/2011	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/medicina-da-uem-e-considerada-a-melhor-do-pais-pelo-ministerio-da-educacao-a8twfj2aba6b5jpo390npmt6/
2011	22/11/2011	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2011/11/1010239-mec-divulga-70-instituicoes-punidas-por-resultado-insatisfatorio.shtml

2011	13/01/2011	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/vestibular/falta-qualidade-em-34-dos-cursos-e6bmovbshblcrsf5z6xtidbv2/
2012	25/12/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/1206181-faculdades-reprovadas.shtml
2012	03/03/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/unip-e-acusada-selecionar-so-os-melhores-para-o-enade-72pbsqhzf11t1bg825v12kvny/
2012	26/11/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/201-dos-estudantes-nao-fizeram-a-prova-do-enade-1lqmdzzvbce41fw8ejhqe0y8e/
2012	23/03/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/vida-na-universidade/31-instituicoes-de-ensino-sao-suspeitas-de-manipular-o-enade-8do6zeevaxlfpj62jdceur7y/
2012	29/11/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/quantidade-de-doutores-em-cursos-tera-menos-valor-em-avaliacao-do-mec-1pije9dipzt9q73qmbj261cge/
2012	25/01/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/de-cada-5-cursos-so-1-tem-boa-qualidade-79qy049g2pymquxc1ehpcqfym/
2012	20/05/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/saber/1093086-cursos-tops-oferecem-13-mil-vagas-no-vestibular-do-meio-de-ano.shtml
2012	29/11/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mec-altera-forma-de-calculer-notas-dos-cursos-superiores-1ranls47bwdlft3vg6jok3m6/
2012	19/12/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2012/12/1203645-maioria-de-cursos-com-vestibular-suspenso-sao-de-licenciatura.shtml
2012	07/12/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uem-cesumar-e-faculdade-inga-obtem-melhor-desempenho-no-igc-f44qg99mu7vfoa4udhd5jowum/
2012	06/12/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mec-reprova-um-terco-das-instituicoes-2bifwxf83050f8shfbuphap8u/
2012	07/12/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2012/12/1197442-novo-calculo-de-nota-ajuda-8-dos-cursos-do-pais.shtml
2012	04/09/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2012/09/1147984-ranking-estimula-a-excelencia-nas-universidades-dizem-especialistas.shtml
2012	20/05/2012	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/saber/1093086-cursos-tops-oferecem-13-mil-vagas-no-vestibular-do-meio-de-ano.shtml
2012	16/12/2012	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/so-13-graduacoes-do-parana-tem-nota-maxima-em-avaliacao-2y0lc0lsbh59b344hoc6e97bi/
2013	07/12/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/12/1382246-universidades-federais-alegam-equivoco-ou-boicote-de-alunos.shtml
2013	06/12/2013	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mec-suspende-vestibulares-de-26-cursos-superiores-no-pr-dois-da-ufpr-4rqaeujglavd358th95ftomz2/

2013	15/04/2013	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/com-diploma-e-sem-portugues-e4f5vkuyhoh6pcfbhrct02moe/
2013	07/12/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/12/1382237-apos-cortes-faculdades-se-dizem-empenhadas-em-melhorar-cursos.shtml
2013	09/01/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/01/1212081-alunos-do-mackenzie-dizem-que-curso-mal-avaliado-pelo-mec-e-bom.shtml
2013	06/12/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/12/1381675-sao-paulo-tem-69-cursos-com-vestibular-congelado.shtml
2013	21/12/2013	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/em-processo-de-evolucao-gradual-5b0qipdfv9wkosoaaa962jd5a/
2013	20/02/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/02/1233443-ruy-chaves-inconsistencias-ao-avaliar-universidades.shtml
2013	02/12/2013	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/12/1379659-desempenho-das-privadas-em-cursos-de-humanas-se-aproxima-das-publicas.shtml
2014	18/12/2014	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/200563-conselho-federal-quer-mais-rigor-para-pos-graduacao.shtml
2014	18/12/2014	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/avaliacao-do-mec-da-conceito-insatisfatorio-a-27-cursos-de-medicina-ehjdi9gr68kid6yyorom5sqq6/
2014	20/12/2014	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/201057-ministerio-suspende-vestibular-de-27-cursos-repetentes.shtml
2014	18/06/2014	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mec-abre-processo-contr-79-instituicoes-de-ensino-superior-9nkfreurbzy66liy1mgrwfv2/
2014	29/12/2014	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2014/12/1568299-privadas-podem-pleitear-criacao-de-2460-vagas-para-curso-de-medicina.shtml
2015	30/07/2015	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial2/227749-o-y-da-questao.shtml
2015	17/05/2015	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/219478-avaliacoes-do-mec-podem-orientar-busca-por-escola.shtml
2015	18/12/2015	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mec-suspende-vestibular-de-68-cursos-no-brasil-pr-tem-duas-graduacoes-com-conceito-1-8fl8hc78bwb6lsg48t7k7v2dy/
2015	25/05/2015	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/indices-do-mec-ajudam-a-escolher-o-curso-superior-cceqrr6dsoaegicneyutuhge/
2015	11/02/2015	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/02/1588228-mec-quer-vetar-faculdade-ruim-em-programa-de-financiamento-federal.shtml
2015	11/02/2015	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/02/1588374-oferta-de-novas-vagas-do-fies-vai-considerar-qualidade-e-perfil-do-curso.shtml
2016	19/09/2016	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2016/09/1814906-especialistas-contestam-metodologia-usada-no-ranking-universitario.shtml

2016	19/09/2016	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2016/09/1814896-para-manter-lideranca-reitor-da-ufrrj-quer-investir-em-biotecnologia-e-cultura.shtml
2016	19/09/2016	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2016/09/1813965-instituicoes-e-empresas-criam-faculdades-para-formar-quem-nao-acham-no-mercado.shtml
2016	19/06/2016	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2016/09/1813940-usp-perde-a-lideranca-das-universidades-para-a-ufrrj.shtml
2016	12/12/2016	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/mec-divulga-criterios-para-julgar-denuncias-de-fraude-no-enade-7ljsiy84sy54fb1zbk1xcjn53/
2016	15/04/2016	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/nota-do-enade-deve-passar-a-contar-para-alunos-do-ensino-superior-erime5t4o7d1z1ixgw3v8xtsn/
2016	25/03/2016	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ensino-a-distancia-de-formacao-docente-concentra-50-dos-calouros-0fcuh08955r110kvtlw15nv9j/
2016	28/04/2016	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/04/1765526-mec-reformula-indicadores-de-avaliacao-do-ensino-superior.shtml
2017	28/09/2017	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/09/1922544-gestor-escolar-precisa-de-formacao-especifica-dizem-especialistas.shtml
2017	15/05/2017	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2017/05/1883724-empresas-de-ensino-superior-querem-que-mec-mude-criterios-de-avaliacao.shtml
2017	18/09/2017	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2017/09/1918929-cresce-o-numero-de-escolas-com-programas-que-unem-varias-areas.shtml
2017	27/11/2017	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/pergunta-sobre-transexuais-no-enade-gera-critica-por-vies-ideologico-1c1gdgtzfcv9oygyv36ww2nwe/
2017	18/09/2017	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2017/09/1918819-lider-em-producao-cientifica-usp-perde-em-ensino.shtml
2017	18/09/2017	Folha S. Paulo	http://ruf.folha.uol.com.br/noticias/2017/09/1918950-opiniao-avaliacao-da-educacao-superior-deve-beneficiar-a-sociedade.shtml
2017	24/11/2017	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/menos-de-2-dos-cursos-de-saude-e-ciencias-agrarias-obtem-conceito-maximo-do-mec-30fkaztabnkk4lm5tn4a6ytzf/
2017	08/03/2017	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/03/1864669-com-nota-baixa-no-enade-mais-de-900-cursos-superiores-terao-supervisao.shtml
2017	28/11/2018	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/somente-12-universidades-do-brasil-tem-nota-maxima-em-avaliacao-do-mec-ebi26zflcl895r9l9pmq37zy/
2017	08/03/2017	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/03/1864624-10-dos-cursos-superiores-avaliados-em-2015-pelo-mec-tem-nota-ruim.shtml
2018	18/12/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/base-nacional-docente-veja-o-que-muda-na-formacao-e-carreira.shtml
2018	09/10/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/em-expansao-cursos-a-distancia-tem-piores-notas-em-prova-nacional.shtml

2018	13/10/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/10/ampliar-o-enade.shtml
2018	18/12/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/so-05-das-licenciaturas-a-distancia-tem-nota-maxima-em-avaliacao-federal.shtml
2018	10/10/2018	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/enade-cursos-a-distancia-tem-desempenho-menor-que-os-presenciais-4uvvnb9m9vk6b6kvitxyj5f7/
2018	09/11/2018	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-universitarios-boicotam-enade-em-brasilia-b9pfz3mr19wwkg4e1ncv5zqry/
2018	16/06/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/avaliacao-federal-infla-qualidade-de-curso-superior-diz-tribunal.shtml
2018	28/06/2018	Folha S. Paulo	https://abecedario.blogfolha.uol.com.br/2018/06/28/brasileiro-assume-grupo-ligado-a-unesco-que-trata-de-rankings-universitarios/
2018	18/12/2018	Folha S. Paulo	https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/so-05-das-licenciaturas-a-distancia-tem-nota-maxima-em-avaliacao-federal.shtml
2018	18/12/2018	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/as-melhores-universidades-e-faculdades-do-brasil-segundo-o-mec-0725bxlie3iub7wzgr7glcbym/
2018	16/04/2018	Gazeta do Povo	https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-decadencia-da-educacao-superior-no-brasil-14g077xnh38r9uptye7dcw7n3/

Fonte: a autora (2019).

ANEXO A – LEGISLAÇÃO VOLTADA À REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (1999-2019)

2019

- [Portaria nº 231, de 30 de abril de 2019](#) – Prorrogar, para 15/05/2019, o prazo estabelecido na Res. nº 03, de 28/06/2012, para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo (FIES), simplificados e não simplificados, do 1º semestre de 2019.
- [Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019](#) – Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019.
- [Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019](#) – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.
- [Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância.
- [EDITAL nº 29, de 23 de abril de 2019](#) – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA – SISU | PROCESSO SELETIVO – SEGUNDA EDIÇÃO DE 2019.
- [Resolução nº 26, de 22 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica na Área de Atuação em Neurorradiologia.
- [Despachos de 22 de abril de 2019](#) – Fica homologado o Parecer CNE/CES nº 01/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, e respectivo projeto de resolução que o acompanha, o qual estabelece as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em engenharia, conforme consta do Processo nº 23001.000141/2015-11.
- [Resolução nº 27, de 18 de abril de 2019](#) – Disciplina a oferta de estágio optativo no âmbito dos programas de residência médica.
- [Resolução nº 25, de 16 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a cooperação entre a CNRM e as sociedades médicas de especialidades nas visitas de avaliação in loco dos Programas de Residência Médica no Brasil.
- [Resolução nº 24, de 16 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina Nuclear.
- [Resolução nº 23, de 16 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Radioterapia no Brasil.
- [Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019](#) – Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade 2019.
- [Portaria nº 79, de 9 de abril de 2019](#) – Instituir o Grupo de Trabalho Pós-graduação Internacional.
- [Resolução nº 22, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Ortopedia e Traumatologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 21, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Otorrinolaringologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 20, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Genética Médica. Clique aqui, para acessar a Resolução.

- [Resolução nº 19, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Urologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 18, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Gastroenterologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 17, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Endocrinologia e Metabologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 16, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Pneumologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 15, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Patologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 14, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Hepatologia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 13, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Medicina do Trabalho. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 12, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Alergia e Imunologia no Brasil. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 11, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Anestesiologia no Brasil. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 10, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Oncológica. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 9, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Neurocirurgia. Clique aqui, para acessar a Resolução.
- [Resolução nº 8, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Dermatologia no Brasil.
- [Resolução nº 7, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Plástica no Brasil.
- [Resolução nº 6, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia da Mão no Brasil.
- [Resolução nº 5, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia do Aparelho Digestivo no Brasil.
- [Resolução nº 4, de 8 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Oncologia Clínica.
- [Resolução nº 3, de 8 de abril de 2019](#) – Dispõe a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia.
- [EDITAL nº 26, de 9 de abril de 2019](#) – Fundo de Financiamento Estudantil – FIES; Programa de Financiamento Estudantil – P-FIES – Processo Seletivo – Primeiro Semestre de 2019

- [Portaria nº 77, de 4 de abril de 2019](#) – Instituir o Grupo de Trabalho (GT) de Critérios Avaliativos para Propostas de Cursos Novos na Modalidade EAD.
- [Resolução nº 2, de 4 de abril de 2019](#) – Dispõe sobre a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia Cardiovascular no Brasil.
- [Resolução nº 1, de 4 de abril de 2019](#) – Aprova a matriz de competências dos Programas de Residência Médica em Cirurgia de Cabeça e Pescoço no Brasil.
- [Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 \(*\)](#) – Publicado no DOU nº 66, sexta-feira, 5 de abril de 2019, Seção 1, páginas 94 a 97 – Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.
- [Portaria nº 756, de 3 de abril de 2019](#) – Altera a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC.
- [EDITAL nº 21, de 2 de abril de 2019](#) – Chamada Pública para Cadastramento e Seleção de colaboradores para elaboração e revisão de itens para a realização do ENADE 2019.
- [EDITAL nº 20, de 1º de abril de 2019](#) – Chamada Pública Para Cadastramento e Seleção de Colaboradores Para Elaboração e Revisão de Itens das Áreas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharias e do Componente de Formação Geral Para A Realização do ENADE 2019.
- [Portaria nº 154, de 1º de abril de 2019](#) – Dispõe sobre o prazo para realização da renegociação dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), até o 2º semestre de 2017, conforme estabelecido na Resolução nº 28, de 31 de outubro de 2018.
- [Portaria nº 689, de 25 de março de 2019](#) – Tornar sem efeito a [Portaria nº 271, de 22 de março de 2019](#), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que “Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019”.
- [EDITAL nº 24, de 22 de março de 2019](#) – Programa Universidade para todos – PROUNI – Processo Seletivo Semestre de 2019
- [Portaria nº 271, de 22 de março de 2019](#) – Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no ano de 2019.
- [Portaria nº 650, de 22 de março de 2019](#) – Revoga a [Portaria MEC nº 427, de 11 de maio de 2016](#), que instituiu a Comissão para a Política de Oferta e Gestão do Fundo de Financiamento Estudantil.
- [DESPACHO nº 16, de 22 de março de 2019](#) – Aprova padrão decisório para revogação de medidas cautelares, arquivamentos ou aplicação de penalidades a instituições de educação superior com ato institucional vencido.
- [EDITAL nº 14, de 21 de março de 2019](#) – Torna pública a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019.
- [Portaria nº 60, de 20 de março de 2019](#) – Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.
- [Portaria nº 59, de 20 de março de 2019](#) – Revoga a Portaria nº 251, de 09 de novembro de 2018, que dispõe sobre a reformulação do Programa Demandas Espontâneas e Induzidas no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

- [RESOLUÇÃO nº 1, de 19 de março de 2019](#) – Extensão da delegação de competência para a prática de atos de regulação compreendidos no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, previstos na Resolução CNE/CES nº 6, de 8 de julho de 2011.
- [Portaria nº 244, de 19 de março de 2019](#) – Constitui comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – edição 2019.
- [Portaria nº 58, de 18 de março de 2019](#) – Instituir Comissão Especial para acompanhar e monitorar a implantação do Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG-2011-2020.
- [EDITAL PRORROGAÇÃO DO EDITAL S/Nº CONVOCAÇÃO DE IFES/2018](#)
- [DESPACHO nº 10, de 26 de fevereiro de 2019](#) – Dispõe sobre a SUSPENSÃO do Despacho do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior nº 20 de 27 de abril de 2018, prorrogado pelo Despacho nº 85 de 29 de novembro de 2018.
- [RESOLUÇÃO nº 1256, de 22 de fevereiro de 2019](#) – Proíbe a inscrição e o registro de egressos de cursos de medicina veterinária ofertados na modalidade a distância e dá outras providências.
- [Portaria nº 42, de 18 de fevereiro de 2019](#) – Institui Grupo de Trabalho para propor estratégias e ações para o fomento à convergência de modalidades educacionais, por meio de tecnologias e sistemas híbridos, e ao desenvolvimento de competências digitais na formação de professores, mestres e doutores.
- [RETIFICAÇÃO](#) (Publicado no DOU nº 34, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2019, Seção 1, página 28) Na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014
- [Portaria nº 1, de 15 de fevereiro de 2019](#) – Institui a Comissão Permanente de Gestão Técnica do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.
- [Portaria nº 32, de 12 de fevereiro de 2019](#) – Avaliação de Propostas de Cursos Novos, APCN, de Pós-Graduação stricto sensu.
- [Portaria nº 315, de 7 de fevereiro de 2019](#) – Designa Unidade responsável pela coordenação da estruturação, da execução e do monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do Ministério da Educação.
- [Portaria nº 314, de 7 de fevereiro de 2019](#) – Institui o Subcomitê Assessor de que trata o art. 20 da Política de Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação e dá outras providências.
- [Portaria nº 313, de 7 de fevereiro de 2019](#) – Institui o Comitê de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles do Ministério da Educação e dá outras providências.
- [Portaria nº 30, de 31 de janeiro de 2019](#) – Altera a Portaria nº 12, de 11 de janeiro de 2019, que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2019.
- [EDITAL nº 6, de 24 de janeiro de 2019](#) – Secretaria de Educação Superior Sistema de Seleção Unificada – SISU Processo Seletivo – Primeira Edição de 2019 – Programa Unificada para Todos PROUNI.

- [EDITAL nº 5, de 23 de janeiro de 2019](#) – Fundo de Financiamento Estudantil – FIES – Programa de Financiamento Estudantil – P-FIES Processo Seletivo – Primeiro Semestre de 2019.
- [EDITAL nº 1, de 2 de janeiro de 2019](#) – Processo Seletivo – 1º Semestre de 2019 – FIES e P-FIES.

2018

- [Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018](#) – Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior – IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.
- [Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017](#) - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 35 a 40 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 742, de 3 de agosto de 2018).
- [Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017](#) - Republicada em 03 de setembro de 2018 para consolidação do texto normativo publicado no Diário Oficial da União nº 245 de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 25 a 29 - Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- [Portaria Nº 1.186, de 12 de novembro de 2018](#) - Institui a Avaliação Especial da Educação Superior no âmbito do Sistema Federal de Ensino.
- [Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018](#) - Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- [Portaria Normativa nº 741, de 02 agosto de 2018](#) - Altera a Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- [Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018](#) – Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.

2017

- [Portaria Normativa nº 01, de 3 de janeiro de 2017](#) - Estabelece os prazos de validade para atos regulatórios de credenciamento e credenciamento das Instituições de Educação Superior.
- [Portaria Normativa nº 07, de 24 de março de 2017](#) - Dispõe sobre os procedimentos de monitoramento para o funcionamento dos cursos de

graduação em Medicina em instituições de educação superior privadas, no âmbito do Programa Mais Médicos.

- [Portaria Normativa nº 10, de 18 de maio de 2017](#) – Dispõe sobre a alteração do inciso IV do art. 57 da Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e dá outras providências.
- [Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017](#) - Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
- [Portaria Normativa nº 13, de 20 de julho de 2017](#) - Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 7, de 24 de março de 2017, que estabelece procedimentos de monitoramento para funcionamento dos cursos de medicina.
- [Portaria Normativa nº 15, de 11 de agosto de 2017](#) – Dispõe sobre o processo de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social com atuação na área de educação.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de Dezembro de 2017](#) - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Portaria Normativa Nº 20, de 21 de dezembro de 2017](#) – Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.
- [Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017](#) – Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC.
- [Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017](#)– Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino.
- [Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017](#) – Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- [Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017](#) – Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC em 2018.
- [Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017](#) – retificação do item 3 da Portaria Normativa nº 24, de 21 de dezembro de 2017.
- [Retificações – Portaria Normativa nº 21, 22, 23, 24](#)

2016

- [Portaria nº 19, de 28 de setembro de 2016](#) - Dispõe sobre procedimentos para transferência de manutenção de Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos.

- [Portaria Normativa nº 1.442, de 9 de dezembro de 2016](#) - Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas Instituições de Educação Superior - IES no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade.
- [Portaria Normativa nº 01/2016](#) – Estabelece o Calendário 2016 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC.
- [Portaria Normativa nº 02/2016](#) – Estabelece os prazos dos atos regulatórios de credenciamento e recredenciamento das Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino
- [Portaria Normativa nº 10/2016](#) - Dispõe sobre procedimentos de alteração no número de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, por meio de aditamento de atos autorizativos
- [Portaria Normativa nº 20, de 13 de outubro de 2016](#) - Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa nº 10, de 6 de maio de 2016.
- [Portaria Normativa nº 21, de 1º de dezembro de 2016](#) - Dispõe sobre o aditamento de atos autorizativos de cursos de graduação ofertados por Instituições de Educação Superior.
- [Portaria Normativa nº 22/2016](#) - Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.
- [Portaria Normativa nº 26/2016](#) - Estabelece o Calendário Anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC

2015

- [Portaria Conjunta nº 1/2015 SERES-SESu/MEC](#) - Dispõe sobre a autorização para expedição de diplomas e outros documentos acadêmicos dos alunos das Faculdades Integradas de São Carlos (FADISC) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e dá outras providências.
- [Portaria nº 167/2015](#) - Altera a Portaria MEC nº 863, de 3 de outubro de 2014, que regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior - IES como Instituições Comunitárias de Educação Superior.
- [Portaria Conjunta nº 2/2015 SESU-SERES/MEC](#) - Designa servidores representantes das Secretarias para comporem Comissão de Acompanhamento do recolhimento e transferência dos acervos acadêmicos de Instituições de Educação Superior (IES) descredenciadas para a UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
- [Portaria Normativa nº 5/2015](#) - Estabelece os procedimentos de pré-seleção e adesão de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público.

2014

- [Portaria Interministerial nº 10/2014](#) - Institui a Comissão Executiva dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde e o Comitê Nacional dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde.

- [Portaria nº 12/2014](#) - Designa representantes para a composição de Comissão de Implementação e Acompanhamento do Processo de Transferência Assistida dos discentes da Universidade Gama Filho (UGF) e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade)
- [Portaria nº 41/2014](#) - Altera a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013.
- [Portaria nº 91/2014](#) - Institui o Sistema de Consulta de Graduados -SCG.
- [Portaria nº 92/2014](#) - Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- [Portaria nº 143/2014](#) - Dispõe sobre a divulgação do resultado da seleção das propostas apresentadas em atenção à chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida de alunos do Centro Universitário da Cidade.
- [Portaria nº 144/2014](#) - Dispõe sobre a divulgação do resultado da seleção das propostas apresentadas em atenção à chamada pública para adesão ao processo de transferência assistida de alunos Universidade Gama Filho.
- [Portaria nº 219/2014](#) - Determina à Universidade Gama Filho e ao Centro Universitário da Cidade, bem como à sua mantenedora Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A, no âmbito do processo administrativo nº 23000.017107/2011-53, que proceda à entrega, em 10 (dez) dias, do acervo acadêmico às IES vencedoras do processo de transferência assistida.
- [Portaria nº 277/2014](#) - Dispõe sobre a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades, manutenção de medidas cautelares incidentais já aplicadas e aplicação de medidas cautelares adicionais para a Faculdade Roraimense de Ensino Superior - FARES (cód. 2536) e para a Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR (cód. 27), com processos de supervisão instaurados pelo Despacho SERES/MEC nº 17, de 2011, e Despacho SERES/MEC nº 236, de 2011. Apresentação de resultado insatisfatório no Índice Geral de Cursos - IGC referente ao ano 2012.
- [Portaria nº 336/2014](#) - Dispõe sobre os procedimentos de aproveitamento de estudos necessários para a regularização da vida escolar dos alunos da Faculdade Alvorada de Educação Física e Desporto (e-MEC nº 775), descredenciada pelo Despacho SERES/MEC nº 165, de 06 de setembro de 2013.
- [Portaria nº 345/2014](#) - Dispõe sobre a abertura de processos administrativos para aplicação de penalidades em face das Instituições de Educação Superior (IES) cujos cursos da área de saúde obtiveram resultados insatisfatório em Conceito Preliminar de Curso (CPC) no ano de 2010, e que não tenham assinado Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) perante o MEC, constantes do ANEXO.
- [Portaria nº 361/2014](#) - Dispõe sobre a abertura de processos administrativos para aplicação de penalidades em face das Instituições de Educação Superior (IES) que obtiveram resultados insatisfatórios em Índice Geral de Curso (IGC), e que não tenham assinado Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) perante o MEC, constantes do ANEXO.

- [Portaria nº 543/2014](#) - Divulga a relação dos municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3, de 22/10/2013, para implantação de cursos de graduação em medicina por instituição de educação superior privada.
- [Portaria nº 730/2014](#) - Dispõe sobre transferência do acervo acadêmico da Faculdade de Humanidades Pedro II, descredenciada, para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, e autoriza que a Universidade Federal do Rio de Janeiro (cód. 586) expeça diplomas e demais documentos acadêmicos dos alunos da Faculdade de Humanidades Pedro II.
- [Portaria nº 773/2014](#) – Altera a Portaria SERES nº 336, de 8 de maio de 2014, publicada no DOU de 29/05/2014, seção I, página 12, que dispõe sobre os procedimentos de aproveitamento de estudos necessários para a regularização da vida acadêmica dos alunos da Faculdade Alvorada de Educação Física e Desporto (e-MEC nº 775), descredenciada pelo Despacho SERES/MEC nº 165, de 6 de setembro de 2013.
- [Portaria nº 863/2014](#) - Regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior como Instituições Comunitárias de Educação Superior, nos termos da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013.
- [Portaria nº 1.005/2014](#) - Dispõe sobre a criação de unidades vinculadas e cursos superiores de tecnologia, na modalidade presencial, pelas Instituições de Educação Superior mantidas pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem .
- [Portaria Normativa nº 1/2014](#) - Estabelece o Calendário 2014 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC.
- [Portaria Normativa nº 5/2014](#) - Altera a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013.
- [Portaria Normativa nº 7/2014](#) - Altera os Anexos II e IV da Portaria Normativa nº 1, de 2 de janeiro de 2014.
- [Portaria Normativa nº 8/2014](#) - Dispõe sobre o ENADE 2014.
- [Portaria Normativa nº 14/2014](#) - Estabelece os procedimentos de habilitação para autorização de cursos de Medicina em unidades hospitalares, por instituições de educação superior privadas, precedida de chamamento público.
- [Portaria Normativa nº 20/2014](#) - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em direito ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, em trâmite no Ministério da Educação até a publicação desta Portaria Normativa.
- [Portaria Normativa nº 24/2014](#) – Estabelece o Calendário 2015 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no Sistema e-MEC.

2013

- [Portaria nº 641, de 22 de outubro de 2013](#) – Estabelecer os procedimentos de divulgação do Conceito Preliminar do Curso (CPC)
- [Portaria nº 689, de 27 de novembro de 2013](#) – Alterações da portaria nº 429, de 06 de dezembro de 2012
- [Portaria Normativa nº 24, de 25 de novembro de 2013](#) – Regulamenta o art. 2º do Decreto 8.142 de 21 de novembro de 2013 e o art. 35 do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, com as alterações dadas pela redação do Decreto nº 8.142, de 2013
- [Despacho do Secretario SERES, de 02 de janeiro de 2013](#) – Torna público os critérios para revisão da medida imposta pelo Despacho SERES/MEC nº 192, de 2012 aos cursos que obtiveram resultado insatisfatório nos CPC referente

aos anos de 2008 e 2011, mas que apresentaram tendência de melhora em seus indicadores contínuos

- [Instrução Normativa SERES nº 1, de 14 de janeiro de 2013](#) – Dispõe sobre os procedimentos do fluxo dos processos de regulação de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na modalidade EaD
- [Portaria nº 1.224/2013](#) - Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.
- [Portaria nº 1.261/2013](#) - Determina que o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, aprovado pela Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, é de uso obrigatório nas IFES.
- [Portaria Normativa nº 1/2013](#) - Estabelece o Calendário 2013 de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC.
- [Portaria Normativa nº 2 /2013](#) - Estabelece os procedimentos e o padrão decisório para os pedidos de autorização dos cursos de graduação em medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, protocolados no Ministério da Educação até o dia 31 de janeiro de 2013.
- [Portaria Normativa nº 3/2013](#) - Estabelece os procedimentos de aditamento de atos regulatórios para alteração no número de vagas de cursos de graduação de medicina ofertados por Instituições de Educação Superior - IES, integrantes do Sistema Federal de Ensino, e dá outras providências.
- [Portaria Normativa nº 12/2013](#) – Altera a Portaria Normativa MEC nº 01, de 25 de janeiro de 2013, e a Portaria Normativa MEC nº 3, de 1º de Fevereiro de 2013. Publicado no DOU EM 03/07/2013
- [Portaria Normativa nº 13/2013](#) – Estabelece os procedimentos para pré-seleção de município para a autorização de funcionamento de curso de medicina por instituição de educação superior privada, precedida de chamamento público, e para a celebração do termo de adesão ao chamamento público pelos gestores locais do SUS, a serem observados pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES.
- [Portaria Normativa nº 14/2013](#) – Dispões sobre os procedimentos de adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências.
- [Portaria Normativa nº 015/2013](#) - Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior.
- [Portaria Normativa nº 17/2013](#) - Dispõe sobre os procedimentos de adesão das instituições públicas estaduais e municipais de educação superior e de saúde; programas de residência em Medicina de Família e Comunidade Medicina Preventiva e Social e Clínica Médica; e de escolas de governo em saúde pública ao Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.
- [Portaria Normativa nº 18/2013](#) – Institui a Política de Transferência Assistida de estudantes regulares do Sistema Federal de Ensino, no âmbito dos processos de supervisão que resultem em desativação de cursos e descredenciamento de instituições de educação superior pelo Ministério da Educação.
- [Portaria Normativa nº 19/2013](#) - Dá nova redação ao artigo 3º da Portaria Normativa nº 14, de 9 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos de

adesão das instituições federais de educação superior ao Projeto Mais Médicos e dá outras providências.

- [Portaria Normativa nº 24/2013](#) - Regulamenta o Decreto no 8.142, de 21 de novembro de 2013, que altera o Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006.

2012

- [Portaria nº 1.006/2012](#) - Institui o Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - PARES.
- [Portaria nº 1.342/2012](#) - Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior deste Ministério, e cria no âmbito da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, o encargo de Ouvidor.
- [Portaria Normativa MEC nº 24/2012](#) - Acrescenta o artigo 36-A à Portaria Normativa MEC nº 40/2007, republicada em 29/12/2010.
- [Portaria nº 61, de 05 de março de 2012](#): Exclusão de avaliação no Basis
- [Portaria Normativa nº 06, de 14 de março de 2012](#): Disposições sobre os indicadores de qualidade e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)
- [Portaria nº 207, de 22 de junho de 2012](#): Definições estabelecidas pela Comissão Assessora da Área de Formação Geral sobre o ENADE
- [Portaria Normativa nº 13, de 27 de junho de 2012](#): Disposições sobre os indicadores de qualidade e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)
- [Portaria nº 1.006, de 10 de agosto de 2012](#): Institui o Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (PARES)
- [Portaria nº 386, de 17 de outubro de 2012](#): Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às Instituições de Educação Superior (IES)
- [Portaria Normativa nº 24, de 03 de dezembro de 2012](#): Alteração da Portaria Normativa nº 40
- [Despacho da Secretária nº 185, de 03 de dezembro de 2012](#): Torna público os procedimentos e prazos para renovação de reconhecimento de cursos de graduação, a serem abertos, de ofício, pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, tornando como referência o ciclo avaliativo – ano 2011
- [Portaria nº 429, de 06 de dezembro de 2012](#): Publicação dos resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2011 (IGC-2011)
- [Despacho do Secretario nº 189, de 06 de dezembro de 2012](#): Desabilita a funcionalidade de abertura de processo de renovação de reconhecimento no Sistema e-MEC

2011

- [Portaria Inep nº 21 de 31 de janeiro de 2011](#) - Resultados do Índice Geral de Cursos do ano de 2009 (IGC -2009) e os resultados do Conceito ENADE 2009 e do Conceito Preliminar de Cursos do ano de 2009
- [Nota técnica Inep/SERES, 09 de fevereiro de 2011](#) - Avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de

renovação de reconhecimento e credenciamento do sistema nacional de avaliação da educação superior - Sinaes

- [Portaria Normativa MEC nº 8, de 15 de abril de 2011](#) - Institui os cursos que serão avaliados pelo ENADE no ano de 2011
- [Resolução CNE/CES Nº 6, de 08 de julho de 2011](#) - Delegação de competência para a prática de atos
- [Portaria Inep Nº 188, de 12 de julho de 2011](#) - O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas de conhecimento
- [Decreto nº 7.590, de 26 de outubro de 2011](#) - Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância
- [Portaria Inep nº 420, de 16 de novembro de 2011](#) - Publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição do ano de 2010 (IGC-2010), os resultados do Conceito ENADE 2010 e do Conceito Preliminar de Cursos do ano de 2010 (CPC-2010)
- [Despacho do Secretário SERES nº 257, 16 de dezembro de 2011](#) - Torna públicos os procedimentos e prazos para renovação de reconhecimento de cursos de graduação e credenciamento de instituições de educação superior, a serem protocolados tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo – ano 2010

2010

- [Resolução CNE/CES nº 1](#), de 20 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários
- [Resolução CNE/CES nº 3](#), de 14 de outubro de 2010 - Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino
- [Portaria normativa nº 40](#), de 12 de dezembro de 2007 - Republicada em 29 de dezembro de 2010

2009

- [Portaria nº 1, de 5 de janeiro de 2009](#), que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação para fins de reconhecimento dos cursos superiores de Tecnologia.
- [Portaria nº 2 de 5 de janeiro de 2009](#), que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação para reconhecimento de cursos de graduação – Bacharelados e Licenciaturas.
- [Portaria nº 3 de 5 de janeiro de 2009](#), que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação para reconhecimento de cursos de graduação em Direito.

2008

- [Portaria Normativa nº 12 de 5 de setembro de 2008](#), que trata sobre o IGC.
- [Portaria nº 148, de 4 de setembro de 2008](#), altera o prazo para requerimento de avaliação do CPC.

- [Portaria 1.081 de 29 de agosto de 2008](#), que aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação para fins de renovação de reconhecimento dos cursos de Graduação.
- [Portaria nº 4 de 5 de agosto de 2008](#), regulamenta a aplicação do conceito preliminar dos cursos superiores para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos.
- [Portaria nº 840, de 4 de julho de 2008](#), que aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de curso de graduação de Direito.
- [Nota técnica](#) esclarecendo o ofício nº. 913/2008, de 15 de abril de 2008, sobre auto-avaliação.
- [Portaria nº 474, de 14 de abril de 2008](#), que aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de curso de graduação de Medicina.

2007

- [Portaria Normativa MEC nº 40/2007](#) - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
- [Portaria Normativa de nº 5, de 20 de março de 2007](#) – Resolve que serão avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, no ano de 2007, as áreas de Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Tecnologia de Radiologia, Tecnologia em Agroindústria, Terapia Ocupacional e Zootecnia.
- [Decreto nº 6092, de 24 de abril de 2007](#) - Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, instituído pela Medida Provisória nº 361, de 28 de março de 2007
- [Decreto nº 6303, de 12 de dezembro de 2007](#) - Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- [Portaria N°- 1016, de 30 de outubro de 2007](#) - Aprova, em extrato, o instrumento de avaliação elaborado pelo INEP para credenciamento de novas Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- [Portaria N°- 1015, de 30 de outubro de 2007](#) - Aprova, em extrato, as diretrizes para elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de novas Instituições de Educação Superior, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.773/2006.
- [Portaria N°- 928, de 25 de setembro de 2007](#) - Aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para autorização de cursos de graduação, Bacharelados e Licenciaturas, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.
- [Portaria Normativa N°- 40, de 12 de dezembro de 2007](#) - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações

relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

- [Portaria Conjunta N°- 608, de 28 de junho de 2007](#) - Dispõe sobre o reconhecimento dos cursos de graduação com pedidos até a data de publicação desta portaria.
- [Portaria Normativa N° 1, de 10 de janeiro de 2007](#) - Divulga, o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES para o triênio 2007/2009.
- [Portaria Normativa N° 2, de 10 de janeiro de 2007](#) - Divulga, a normatização do credenciamento de instituições para oferta de educação na modalidade a distância (EAD).
- [Anexo à Portaria Normativa N° 2, de 10 de janeiro de 2007](#) - Divulga, a lista oficial dos pólos de apoio presencial em funcionamento com base no Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior (Sied-Sup).

2006

- [Portaria nº 1.751, de 27 de outubro de 2006](#) - Divulga, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, a relação nominal dos avaliadores de instituições de educação superior e de cursos de graduação, selecionados pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA, que passam a integrar o Banco de Avaliadores dos Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.
- [Portaria nº 169, de 31 de outubro de 2006](#) - O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso VI, do art. 16, do Anexo I, do Decreto n.º 4.633, de 21 de março de 2003, Portaria MEC 2.255, de 25 de agosto de 2003 e do procedimento disposto na súmula CONED/STN nº 04/2004, considerando: a necessidade de descentralização de programa de trabalho mediante a conjugação de recursos e interesses comuns entre INEP e a FUB; a implantação do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis, instituído pela PORTARIA MINISTERIAL N° 1.027, de 15 de maio de 2006, que constitui-se em cadastro nacional e único de avaliadores selecionados pelo INEP para a composição das comissões de avaliação in loco; a atribuição do INEP em manter o banco de avaliadores, assegurada a publicidade de todos os avaliadores cadastrados e de todos os procedimentos, relatórios e resultados de avaliação in loco; e, a conclusão da montagem do Banco de Avaliadores do SINAES - BASis.
- [Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006](#) - Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação - CTAA e dá outras providências. [Decreto Federal 5.773, de 09 de maio de 2006](#) - Dispõe sobre o exercício das funções de Regulação, Supervisão e Avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Seqüenciais no Sistema Federal de Ensino.
- [Edital de credenciamento N° 1/2006](#) – publicado em 10/3/2006 - credencia docentes para compor as comissões de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior e dos Cursos de Graduação da Educação Superior.

- [Portaria nº 563, de 21 de fevereiro de 2006](#) - Aprova, em extrato, o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes.
- [Portaria MEC nº 300, de 30 de janeiro de 2006](#) - Aprova o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

2005

- [Resolução CONAES nº 1, de 11 de janeiro de 2005](#) - Estabelece prazos e calendário para a avaliação das instituições de educação superior
- [Portaria MEC nº 930, de 18 de março de 2005](#) – O Ministro de Estado da Educação resolve aprovar o Regimento Interno da Comissão Nacional de Avaliação da Educação
- [Portaria MEC nº 3.225, de 22 de setembro de 2005](#), revoga a portaria MEC nº 3.060, de 6 de setembro de 2005.
- [Portaria INEP nº 194, de 23 de setembro de 2005](#), reconstitui a Comissão Técnica em Avaliação Institucional e dos Cursos de Graduação.
- [Portaria MEC Nº 2.864, de 24 de agosto de 2005](#): As instituições de educação superior deverão tornar públicas e manter atualizadas, em página eletrônica própria, as condições de oferta dos cursos por elas ministrados.
- [Portaria nº 2.413, de 8/7/2005](#), que dispõe sobre a renovação de reconhecimento de cursos de graduação e de tecnologia.
- [Portaria MEC nº 2.261 de 30/06/05](#) Suspensão de Credenciamento de Universidades. Esta portaria revoga a portaria nº 2.115 de 16/06/05.
- [Resolução nº 1 de 4 de maio de 2005](#) - (DOU Seção 1 - nº 85 de 05.05.2005 Pg. 13) - Dispõe sobre a composição das Comissões Multidisciplinares de Avaliação de Cursos e sua sistemática de atuação
- [Portaria Inep nº 31, de 17/2/2005](#) - estabelece os procedimentos para a organização e execução das avaliações institucionais externas das IES e dos cursos de graduação, tecnológicos, seqüências, presenciais e a distância.
- [Termo de compromisso de docente-avaliador](#) (DOU seção 1, nº 11, segunda-feira, 17/01/2005).
- [Portaria MEC nº 398, de 03 de fevereiro de 2005](#) - estabelece que compete ao Presidente do INEP normatizar, operacionalizar as ações e procedimentos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, à Avaliação Institucional - AI e à Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG.
- [Portaria nº 328, de 1/2/2005](#) – Dispõe sobre o Cadastro de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e define as disposições para sua operacionalização.
- [Portaria nº 327, de 1/2/2005](#) – Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Docentes e Define as disposições para sua operacionalização.
- [Portaria nº 4, de 13/1/2005](#) – Implanta o Instrumento de Avaliação Institucional Externa para fins de credenciamento e credenciamento de universidades.
- [Portaria nº 46 de 10/01/05](#) – As Instituições de Educação Superior - IES deverão responder, anualmente, conforme calendário estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, ao CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior - SIEd-Sup.

2004

- [Portaria MEC nº 1263, de 13 de maio de 2004](#) – Institui a Secretaria de Educação Superior - SESu como órgão responsável pela regulação do Sistema Federal de Ensino Superior.
- [Portaria MEC nº 1685, de 08 de junho de 2004](#) – Institui a Secretaria de Educação Média e Tecnológica como o órgão responsável pela supervisão e regulação do ensino profissional de nível tecnológico, compreendendo o credenciamento e o reconhecimento dos Centros de Educação Tecnológica, e autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, nas modalidades presencial e a distância.
- [Decreto nº 5262, de 3 de novembro de 2004](#) - Delega competência ao Ministro de Estado da Educação para designar os membros da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.
- [Portaria nº 4.359 de 29/12/2004](#) – A SESu e a SETEC, exercendo a prerrogativa de regulação e supervisão das instituições e cursos de educação superior, deverão selecionar anualmente um conjunto de cursos superiores autorizados pelo MEC ou criados por instituições de educação superior com base em sua autonomia, que serão submetidos à verificação in loco.
- [Portaria nº 4.360 de 29/12/2004](#) – As Instituições de Educação Superior em processo de credenciamento e as Instituições de Educação Superior já credenciadas pelo MEC, bem como suas respectivas entidades mantenedoras, que iniciarem a oferta de cursos superiores antes da finalização dos procedimentos formais, determinados pela legislação, terão imediatamente arquivados os processos de seu interesse no âmbito deste Ministério.
- [Portaria nº 4.361 de 29/12/2004](#) – Os processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior (IES), credenciamento para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu, credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior para oferta de cursos superiores a distância, de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como de transferência de manutenção, aumento e remanejamento de vagas de cursos reconhecidos, desativação de cursos, descredenciamento de instituições, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aditamento de PDI, além de outros processos afins, deverão ser protocolizados por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior - SAPIEnS/MEC.
- [Portaria nº 4.362 de 29/12/2004](#) – Institui o Banco Único de Avaliadores da Educação Superior do Ministério da Educação, tendo como referência o perfil do docente avaliador.
- [Portaria nº 4.363 de 29/12/2004](#) – Refere-se aos cursos superiores de formação específica e os cursos superiores de complementação de estudos com destinação coletiva ou individual serão ofertados por instituições de educação superior credenciadas que possuam curso de graduação na área de conhecimento reconhecido pelo MEC.
- [Portaria nº 3.643 de 9/11/2004](#) – Institui um modelo de gestão que propicie a administração integrada e resolutiva dos processos de avaliação e regulação das instituições e dos cursos de educação superior do Sistema Federal de Ensino Superior.
- [Portaria nº 3.065 de 30/9/2004](#) – Trata dos processos em tramitação no Ministério da Educação referentes à autorização de cursos superiores cujos

projetos pedagógicos sejam considerados inovadores, e que contribuam significativamente para a melhoria da qualidade da educação superior, serão priorizados no que se refere aos atos terminativos no âmbito do MEC.

- [Portaria nº 132](#), de 26 de agosto de 2004 – Cadastro para compor o Banco de Avaliadores Institucionais do INEP.
- [Portaria nº 106](#), de 23 de julho de 2004 – Nomeia os membros da Comissão de Avaliação Institucional.
- [Portaria nº 2.051](#), de 9 de julho de 2004 – Regulamenta a Lei do SINAES.
- [Lei nº 10.870](#), de 09 de maio de 2004 - Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.
- [Edital de credenciamento nº 01](#), de 04 de maio de 2004 - torna público que será efetuado o credenciamento de profissionais especialistas para compor o Cadastro de Avaliadores ad hoc do Inep.
- [Lei nº 10.861](#), de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior -SINAES e dá outras providências.

2003

- [Decreto nº 4.914](#), de 11 de dezembro de 2003 – Dispõe sobre os Centros Universitários, vedando a constituição de novos Centros Universitários.
- [Portaria 3.284](#), de 07 de novembro de 2003 – Trata sobre acessibilidade para portadores de deficiências.

2002

- [Resolução CNE nº 23](#), de 05 de novembro de 2002 – Dispõe sobre o credenciamento de universidades e centros universitários do sistema federal de educação superior.
- [Parecer CNE/CES No 267/2002](#), de 04 de setembro de 2002 – Reexame do Parecer CNE/CES 111/2002, que dispõe sobre credenciamento de Universidades e Centros Universitários – homologado 13.09.2002.
- [Portaria nº 990](#), de 03 de abril de 2002 – Estabelece as diretrizes para a organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação.
- [Parecer CNE/CES No 111/2002](#), de 13 de março de 2002 – Dispõe sobre credenciamento de Universidades e Centros Universitários.

2001

- [Decreto nº 3860](#), de 09 de julho de 2001 – Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

1999

- [Parecer 1017/99 CNE](#), trata das condições para autorização de cursos no 1º ano.